

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

IABNA INFAGA

**A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL PARA A ÁFRICA DE 2003 A 2010**

Porto Alegre

2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

IABNA INFAGA

**A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL PARA A ÁFRICA DE 2003 A 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira

Porto Alegre  
2017

## Ficha Catalográfica

I43 Infaga, Iabna

A projeção internacional do Brasil para a África de 2003 a 2010 / Iabna Infaga . – 2017.

119 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira.

1. Política externa. 2. Empresas brasileiras. 3. Cooperação Sul-Sul. 4. Brasil. 5. Angola, Moçambique. I. Madeira, Rafael Machado. II. Título.

IABNA INFAGA

**A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL PARA A ÁFRICA DE 2003 A 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira (Orientador)  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Izabel Mallmann  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre  
2017

## DEDICATÓRIA

Especialmente para o meu pai, Agostinho Infaga. Mas também incluo, na dedicatória, meus irmãos e meus tios.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos a Deus, pela vida e saúde. Aos meus pais, principalmente pela educação de base, apoio e amor infindável. Dedico também minha gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida, sem a qual cursar o mestrado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul não teria sido possível.

Meus sinceros agradecimentos ao PPGCS-PUCRS (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), aos professores, colegas e funcionários.

Dedico minha especial gratidão ao meu orientador professor Rafael Machado Madeira e a professora Maria Izabel Mallmann- principais responsáveis em tornar este projeto acadêmico uma realidade. Agradecendo pela paciência e dedicação que, ao longo destes dois anos, acrescentaram algo significativo para mim em termos de novos conhecimentos. Esse trabalho não seria possível sem as suas orientações e incentivos que contribuíram muito para a minha evolução como estudante e pesquisador.

Para terminar, agradeço muito ao professor Marçal de Menezes Paredes, que trabalha com pesquisas voltadas para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, cujos livros e materiais foram importantíssimos para o desenvolvimento do trabalho.

## RESUMO

Esta dissertação analisa a evolução da política externa brasileira de cooperação internacional do Brasil para a África no período de 2003 a 2010, compreendendo as razões que estimularam esse processo. O desenvolvimento deste trabalho está ancorado em dois principais eixos, a Cooperação Sul-Sul (CSS) e a atuação das empresas brasileiras na África, especialmente em Angola e Moçambique, que são dois países africanos de língua oficial portuguesa delimitados para aprofundamento deste estudo. A obra estuda a projeção internacional do Brasil para a África, principalmente em Angola e Moçambique, que resulta de cooperação técnica e atuação das empresas. Os principais resultados a que chegamos, com esta pesquisa, são dois: primeiramente, que o Brasil - no âmbito da CSS – implementou projetos extremamente importantes para o desenvolvimento socioeconômico dos dois países africanos estudados. E, por outro lado, a atuação das empresas brasileiras nesses países, ainda que representem algum impacto econômico positivo, nem sempre corroboram as expectativas lançadas pelo discurso político diplomático que dizem respeito ao estabelecimento de uma boa imagem do Brasil no continente africano. Esta pesquisa foi desenvolvida com base em fontes bibliográficas e documentais, além de consulta a sites de jornalismo investigativo.

**Palavras-chave:** Política externa, Empresas brasileiras, Cooperação Sul- Sul, Brasil, Angola, Moçambique.

## ABSTRACT

This dissertation analyses the evolution of the Brazilian foreign policy about international cooperation of Brazil to Africa, in the period of 2003 to 2010, understanding the reasons that stimulated this process. The development of this research is anchored in two main axes, which are, the South-South Cooperation (SSC) and the operation of Brazilian companies in Africa, specially Angola and Mozambique that are two countries with Portuguese as official language used for the deepening of this research. This article studies of international projection of Brazil to Africa, mainly in Angola and Mozambique, what is a result of technical cooperation and the performance of companies. The main results found in this research, are two: first, that Brazil – in the SSC scope - implemented extremely important projects for the socioeconomic development of those two African countries. On the other side, the performance of Brazilian companies in those countries, even though they represent some positive economic impact, do not always corroborate with the expectations launched by the political and diplomatic discourse that concern with the establishment of a good image of Brazil in the African continent. This research was developed based on bibliographic and documental sources, besides the investigative journalism.

**Keywords:** Foreign policy, Brazilian companies, South-South Cooperation, Brazil, Angola, Mozambique.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 - Viagens presidenciais ao continente africano, 2003-2006.....	42
Gráfico 01 - Relação econômico-comercial Brasil-África.....	54
Quadro 02 - Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP: Eixos Estratégicos e Redes Estruturantes.....	65
Figura 01 - Empresas brasileiras na África.....	78
Gráfico 02 - Distribuição setorial das empresas brasileiras na África.....	80
Figura 02 - Hidrelétrica de Cambambe (Angola).....	81
Figura 03 - Aeroporto de Nacala (Moçambique).....	82
Figura 04 - Capital Maputo (Moçambique).....	83
Figura 05 - Via Expressa Luanda (Angola).....	84
Figura 06 - Aeroporto Internacional de Mukanka no Lubango (Angola).....	84
Figura 07 - Barragem de Moamba Major (Moçambique).....	85

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABC - Agência Brasileira de Cooperação

ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ANIP - Agência Nacional para o Investimento Privado

APEX - Agência Brasileira para a Promoção de Exportações e Investimentos

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEDEAO - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CES - Cooperação Estruturante em Saúde

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRIS - Centro de Relações Internacionais em Saúde

CSS - Cooperação Sul - Sul

ECOWAS - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENSPA - Escola Nacional de Saúde Pública de Angola

EUA - Estados Unidos da América

FESA - Fundação Eduardo dos Santos

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

IAA - Instituto de Agricultura de Angola

IED - Investimento Externo Direto

IIAM - Instituto de Investigação Agrária de Moçambique

JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão

MEC - Ministério da Educação

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

MRE - Ministério das Relações Exteriores

NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

OMC - Organização Mundial de Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

OPAS - Organização Pan-americana da Saúde

PALOP- Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa

PDP- Política de Desenvolvimento Produtivo

PE- Política Externa

PEB - Política Externa Brasileira

PEC-G - Programa de Estudantes - Convênio de Graduação

PEC-PG - Programa de Estudantes - Convênio de Pós-Graduação

PEI - Política Externa Independente

PMEs - Pequenas e Médias Empresas

PT - Partido dos Trabalhadores

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SNIA - Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola

UA - União Africana

UAB- Universidade Aberta do Brasil

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

ZEE - Zona Econômica Especial

ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA</b> .....	<b>16</b>
1.1. A Política Externa Brasileira .....	16
1.2. Cooperação Sul-Sul .....	21
<b>2. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA</b> .....	<b>24</b>
2.1. A África na Política Externa do Brasil .....	24
2.2. A Política Externa de Lula para a África .....	37
2.1.1. Razões morais .....	44
2.1.2. Razões estratégicas .....	48
2.1.3. Razões econômicas e comerciais .....	50
<b>3. PROJEÇÃO DO BRASIL NA ÁFRICA</b> .....	<b>57</b>
3.1. Cooperação Sul-Sul no Governo Lula .....	57
3.1.1. Agricultura .....	59
3.1.2. Saúde .....	63
3.1.3. Educação profissional .....	70
3.2. Empresas e negócios .....	72
3.2.1. Empresas antes do governo Lula .....	73
3.2.2. Empresas no governo Lula .....	74
3.2.3. Efeitos das empresas .....	76
3.2.4. Impactos da atuação das empresas .....	90
3.2.5. Impactos negativos da atuação das empresas .....	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>106</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca identificar a projeção internacional do Brasil para a África, com o foco principal na política externa brasileira de cooperação internacional, durante os dois governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, no período entre 2003/2010.

Brasil e África sempre tiveram uma história intimamente relacionada, desde que os colonizadores portugueses ocuparam as duas margens do Oceano Atlântico Sul no século XVI e implantaram uma economia escravista no Brasil com mão-de-obra proveniente da África.

Após o fim da escravidão e do tráfico negreiro, houve um longo período de esquecimento da África por parte do Brasil. O continente africano estava sob o domínio colonial europeu, enquanto o Brasil estruturava-se como Estado independente. Mas, ao longo da segunda metade do século XX, com o início da independência dos países africanos, década de 1960, a aproximação do Brasil ao continente foi progressiva. Primeiro no plano político-diplomático e, depois, no econômico-comercial.

Desde então, as relações entre Brasil e países africanos passaram por períodos de maior ou menor aproximação. Momento marcante foi o do governo Geisel (1974-1979), quando a política do Brasil para a África é claramente definida em detrimento, inclusive, da histórica ligação do país com Portugal.

Durante o governo de Lula da Silva, período de análise nesta dissertação, tais relações foram intensificadas tanto no âmbito da cooperação técnica quanto no da projeção de interesses privados, fundamentadas em argumentos de ordem moral, econômica e estratégica.

No decorrer de seus mandatos, o presidente Lula fundamentou a intensificação das relações com base em sentimento de solidariedade e razões morais vinculadas à “dívida histórica” do Brasil para com a África, bem como pela necessidade de ampliação de mercado para produtos e empresas brasileiras.

Esta dissertação pretende analisar a evolução da política externa brasileira de cooperação internacional do Brasil para a África, no período de 2003 a 2010, compreendendo suas razões e a atuação das empresas brasileiras nesse processo. Destacando que o desenvolvimento deste trabalho está ancorado nos eixos da cooperação técnica no âmbito Sul-Sul entre governos e a atuação das empresas

brasileiras na África, principalmente em Angola e Moçambique. As fontes utilizadas são bibliográficas e documentais (governamentais e privadas) e fontes de jornalismo investigativo para melhor entender os impactos negativos causados por certas empresas brasileiras nos países africanos.

A delimitação deste trabalho dar-se-á a partir dos dois Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), quais sejam, Angola e Moçambique, nos quais são aprofundados os estudos das relações Brasil-África e também das seis (6) empresas brasileiras que operam com maiores volumes de negócios no continente - Petrobras, Vale, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Odebrecht e Queiroz Galvão.

A escolha do tema deu-se, de modo geral, pela intensidade das relações do Brasil com o continente africano durante o período estudado. A delimitação feita, contemplando Angola e Moçambique, justifica-se em razão da similaridade histórica da colonização portuguesa e por serem os maiores receptores da cooperação técnica no âmbito das relações Sul-Sul do Brasil, no continente africano. Por outro lado, são países africanos de grande procura pelas empresas brasileiras, sobretudo para o desenvolvimento dos seus negócios, principalmente Angola – o principal destino das empresas brasileiras na África.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo se refere às linhas gerais da política externa do Brasil e aos períodos históricos de sua projeção internacional. Além disso, é apresentada a política de Cooperação Sul-Sul que baliza a diversificação da PEB durante o período estudado, especialmente sua aproximação a países africanos.

O segundo capítulo trata da política externa do Brasil para a África, especificamente. Aborda o processo de aproximação do Brasil com os países africanos, na segunda metade do século XX. Trata especialmente da política externa do governo Lula para o continente africano. E analisa as razões de ordem moral, estratégica e econômica que a sustentaram, com base na análise dos pronunciamentos e documentos oficiais. Observa-se que, no plano discursivo, a projeção do Brasil para a África é coroada de boas intenções e até mesmo acompanhada por bons programas de cooperação. No entanto, a atuação de empresas brasileiras, no continente africano, ainda que apresentem algum impacto econômico positivo, nem sempre corroboram as expectativas iniciais proferidas nos

discursos do presidente Lula, sobretudo aquelas que dizem respeito à imagem do Brasil no continente africano.

O terceiro capítulo trata especialmente da cooperação técnica realizada no âmbito da Cooperação Sul-Sul e de aspectos econômicos empresariais, ou seja, dos negócios das empresas brasileiras na África, principalmente em Angola e Moçambique durante o período estudado. O objetivo é analisar as duas vias de projeção do Brasil para a África e destacar a internacionalização das empresas brasileiras no continente africano, analisando seus projetos e ações nos dois países de forma a compreender seus efeitos, tanto para as condições socioeconômicas dos africanos, quanto para a imagem do Brasil. Entende-se que o Brasil, como uma potência média, aumenta muito sua presença nos países menos desenvolvidos através de acordos de cooperação e atuação de grandes empresas.

As considerações finais dizem respeito aos assuntos tratados ao longo dos capítulos e enfatiza os alcances e as limitações da política externa do governo Lula no que se refere ao desenvolvimento dos países africanos e à imagem internacional do Brasil.

## **1. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

Este capítulo se refere às linhas gerais da política externa do Brasil e aos períodos históricos de sua projeção internacional. Além disso, é apresentada a política de Cooperação Sul-Sul que baliza a diversificação da PEB durante o período estudado especialmente sua aproximação com países africanos.

### **1.1. A Política Externa Brasileira**

A política externa, na definição de Manfred Wilhelmy, segundo Oliveira (2005, p.5) é “o conjunto de atividades políticas, mediante as quais cada Estado promove seus interesses perante os outros Estados”. No que concerne à ação externa do Brasil ao longo dos séculos XX e XXI, para Pinheiro (2004), ela foi orientada pela busca de autonomia e projeção internacional, pela aproximação a um dos novos polos de poder mundial, ou como resultado da diversificação das parcerias. E, ainda, pela busca de uma maior participação nas instituições internacionais.

Nesse contexto, a PEB “foi marcada pela busca de recursos de poder que garantissem maior autonomia do país no plano mundial” (PINHEIRO, 2004, p.7), mesmo quando o alinhamento automático com alguma potência, por vezes os EUA, era o ponto focal da estratégia. As relações externas do Brasil tiveram, nos países europeus e nos Estados Unidos, seus parceiros preferenciais para atividades econômicas do interesse nacional, ou seja, exportação de açúcar e café - como principais produtos de destino para essas economias centrais; e a importação de manufaturados.

A diversificação dessas parcerias ocorreu ao longo da segunda metade do século XX, especialmente quando a multipolaridade econômica “de uma Europa reconstruída e a emergência do Japão, como potência econômica, de diversificar as relações internacionais do Brasil passou a ser o conceito-chave da estratégia de inserção internacional do país” (JÚNIOR; CASTRO, 1997, p.44).

Nesse sentido, para atender os interesses brasileiros no plano externo, percebe-se que o país apresenta uma dupla inserção no âmbito da política externa. Para Oliveira (2005, p.169) “uma decorre de seus laços históricos e tradicionais com o Ocidente e, a outra, representada pela vinculação pelo conjunto de países que

apresenta problemas e vulnerabilidades similares”, com situação de pouco poder de influência dentro do sistema internacional. Essa inserção, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, tende a diminuir a dependência em relação aos EUA.

Em razão disso, pode-se destacar que os países buscam as alternativas que possam trazer melhores benefícios para o seu desenvolvimento econômico, social e cultural, no sentido de obter certa relevância para uma expansão internacional. O Brasil estabeleceu a sua política externa em cumprimento aos eixos fundamentais que determinam a ação externa e crescimento do país em termos da sua economia. Foi nessa base que o Brasil desencadeou uma política sólida, sem prejudicar os interesses estratégicos norte-americanos, colocando na sua agenda externa a América Latina, Ásia, África e Oriente Médio. E, assim, destacando a sua autonomia e projeção.

Dessa forma, a atuação internacional do Brasil foi norteadada “por um conjunto de ideias e valores que definem a ‘autonomia’ como o principal objetivo e o ‘desenvolvimento econômico’ como meio de se atingi-lo” (PINHEIRO, 2004). Nessa base, os dois aspectos eram fundamentais para caracterizar o desejo de crescimento do Brasil em nível global.

Para Pinheiro (2000, p. 313) apoiado na definição de Russel e Tokatlian, para quem o termo ‘autonomia’ se caracteriza pela habilidade de Estado- envolvendo sua capacidade e disposição para tomada de decisão com base nas necessidades e objetivos pretendidos, sem influência externa de controlar as ações que se desejam desencadear, além de suas fronteiras. Enquanto o ‘desenvolvimento econômico’, segundo Meier & Baldwin (1968, p.12), “é um processo pelo qual a renda nacional real de uma economia aumenta durante um longo período de tempo”, no qual se obtém pela existência de crescimento econômico contínuo.

Essa autonomia, a de superar as limitações e caminhar com a própria ação sem a interferência dos países externos desenvolvidos, tem sido fator fundamental na evolução da inserção internacional do Brasil. Levando em conta que as novas formas de conduzir as atividades econômicas passaram a ser direcionadas com amplos interesses para o mercado internacional, o qual impulsionava o desenvolvimento econômico nacional, transformando assim as ações externas em benefício da realidade econômica interna do país.

O modelo de desenvolvimento econômico implantado implicava não só a necessidade de diversificação de fornecedores de empréstimos, tecnologia, meios energéticos e matérias-primas, mas também de mercados que pudessem consumir os excedentes. De outra perspectiva, além da internacionalização da economia brasileira, o País procurava também diversificar suas relações externas de forma a poder ampliar seu peso específico no cenário mundial (OLIVEIRA, 2005, p. 146).

Diante deste cenário, percebe-se que a política externa do Brasil oscila entre as duas orientações: globalistas ou alinhadas. O *alinhamento* do Brasil se refere à política adotada “sob a hegemonia norte-americana, quer sob o ponto de vista político, quer sob o econômico e cultural” (CERVO; BUENO, 2012, p.289), que concebia os Estados Unidos como o eixo da política externa. Enquanto o *globalismo* para Pinheiro (2004, p. 64) trata da “diversificação das relações exteriores do Brasil como condição para aumentar seu poder de barganha, inclusive junto aos Estados Unidos”.

A chamada Política Externa Independente, implementada nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-64), constitui a primeira manifestação sistemática das questões do *globalismo*, num período em que o país buscava criar melhores condições para atender seus interesses econômicos, e de sorte que não dependesse da total hegemonia norte-americana. Com o golpe militar de 1964, a ênfase no *globalismo* desapareceu num primeiro momento, cedendo espaço ao *alinhamento*. Essa situação foi revertida somente durante o governo Geisel (1974-1979), quando o *globalismo* voltaria a ser o principal modelo da política externa brasileira. Entretanto, possibilitou mais articulações das ações de cooperação econômica e técnica para inserção interacional do Brasil até o período estudado.

Dessa forma, entre 2003 a 2010, pode-se constatar um grande esforço da PEB na implementação dos projetos de cooperação internacional que, de acordo com CerVO; Bueno (2012, p.528) “preserva valores, interesses e padrões de conduta veiculados historicamente, como a vocação industrial e a harmonização do nexos entre Estado e sociedade”. Os acordos de cooperação da política externa brasileira ampliaram-se em sentido horizontal e vertical, como a forma de atingir todos os níveis das relações com diferentes países do mundo.

Durante esse período, o Brasil exerceu sua influência de autonomia, com “intensa presença nos órgãos de negociação multilateral e aumenta em mais de trinta por cento o número de países com representação diplomática” (CERVO; BUENO, 2012, p.528). Por outro lado, havia um forte interesse do país em expandir os negócios

no exterior pela via de comércio e de internacionalização das empresas brasileiras. Porém, na política externa, “as ideias e interesses são resultado da interação dinâmica entre os principais atores e instituições que compõem a arena de formulação e implementação da política” (PINHEIRO, 2004, p.9).

A estratégia da política externa brasileira, na busca de maior intercâmbio com os parceiros não tradicionais, tais como a Índia, a China e a África do Sul, gerou grande expectativa da imagem do país. O Brasil “avança em seu processo de consolidação como economia altamente dinâmica e contribuiu fortemente para a montagem de esquemas de cooperação entre países em desenvolvimento” (CRUZ; SENNES, 2006, p.8). Nessa base, Angola e Moçambique obtiveram importância para a política externa brasileira no continente africano - o que veremos nos próximos capítulos deste trabalho.

O Brasil passou a estabelecer ou fortalecer as relações de Cooperação Sul-Sul de maior relevo com os países em via de desenvolvimento, os quais têm as mesmas dificuldades do país. Resultou, portanto, o reconhecimento da sua importância política nos grandes foros de tomada de decisão das políticas internacionais.

O Brasil gera um importante reforço das instituições internacionais e processos decisórios multilaterais, ampliando o espaço para a projeção política e econômica do Brasil. Tanto o histórico do Brasil ante essas instituições como sua consolidação como liderança sul-americana o credenciam para ocupar lugar de destaque nos principais foros internacionais (CRUZ; SENNES, 2006, p.8).

Nesse sentido, ao longo da última década, o Brasil tem chamado muito a atenção da comunidade internacional no campo da Cooperação Sul-Sul (CSS), entendida como mecanismo importante para expansão das relações com os diferentes países, levando em conta as experiências ou conhecimentos que precisam ser compartilhadas entre nações. Com essa expectativa, o Brasil busca, de forma mais aprofundada, a integração na América Latina, a recuperação da tradição multilateral da atuação do país e a busca de parcerias estratégicas com países em desenvolvimento, ou seja, países similares em todos os continentes e, principalmente, da África – como Angola e Moçambique - que estão entre os principais parceiros de CSS do Brasil, no continente africano. E são países que compõem a amostra da análise para aprofundamento deste estudo.

Considerando-se, também, que durante esse período é possível observar melhor avanço no incremento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, a fim de diversificar as relações políticas e econômicas e aumentar a capacidade de influência do país nos assuntos internacionais (SILVA; ANDRIOTT, 2012).

O advento do processo da globalização, fato que possibilitou ainda mais as relações entre os Estados, deu ênfase à política externa brasileira, fazendo-a identificar mais facilmente as questões externas, que trariam melhores benefícios para as necessidades internas. Sendo assim, a política externa pode ser considerada como o processo no qual um determinado Estado apresenta seus interesses perante outros Estados, o efeito desses interesses é de melhorar as situações internas com as possibilidades externas, o que é a visão moderna da política externa brasileira (LAFER, 2007). Desta forma, portanto, criando credibilidade e autonomia para interagir com o mundo através da sua diversificação das relações internacionais.

Desde a democratização, no final dos anos 1980, “a formulação e a implementação da política exterior vêm sendo postas ao escrutínio, nas mais diversas faixas de percepção da sociedade civil” (SARAIVA, 2002, p. 2). Nesta linha que para Cervo; Bueno (2012, p.526) tem havido a “ascensão da sociedade quanto à distribuição do poder e das responsabilidades para promover crescimento e desenvolvimento econômico, bem quanto à condição da ação externa”. A política externa passou a ter maior visibilidade nos debates da sociedade brasileira, podendo refletir demandas e expectativas de setores diversos. Por exemplo, da população afrodescendente. Desta maneira, citar-se-iam as relações do Partido dos Trabalhadores com o Movimento Negro, o que em parte despertou interesse do PT para atender as antigas aspirações da comunidade brasileira de afrodescendentes, no sentido de estreitar relações com os povos africanos (GALA, 2007). E que resultou, em 2002, na inclusão da proposta “*voltar-se para a África*” - no Programa do Governo da Coligação Lula.

## 1.2. Cooperação Sul-Sul

O marco histórico foi a construção da concepção da Cooperação Sul-Sul de um modelo de cooperação técnica entre os países em desenvolvimento. Uma estratégia que vem sendo adotada pelos países em desenvolvimento, no âmbito das suas relações e nas quais a articulação política e de intercâmbio constituem aspectos fundamentais entre as regiões do sul. O Brasil foi estimulado para exercer a expansão dessa atividade, que foi se transformando numa importante ferramenta da política externa e de projeção internacional do país.

A cooperação Sul-Sul (CSS) é um notável mecanismo que facilita a relação de trocas políticas, econômicas e culturais entre os países em desenvolvimento (SARAIVA, 2007), particularmente países que dispõem de recursos e de capacidades relativamente limitadas em relação às potências, mas que através da ação coletiva e das instâncias multilaterais procuram exercer algum grau de poder e influenciar decisões em nível internacional, os chamados *system-affecting states* (KEOHANE apud SOARES DE LIMA, 2005).

Segundo a Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Cooperação Sul-Sul:

É essencialmente um processo pelo qual dois ou mais países trabalham em conjunto para alcançar o desenvolvimento de capacidades por meio de intercâmbios de conhecimentos, habilidades, recursos e tecnologias (UNDP, 2004). Sua principal característica incide no compartilhamento de capacidades especializadas e experiências exitosas entre os países, numa relação mais horizontal, solidária e integral do que a clássica cooperação “norte-sul” com tendência unidirecional (SANTOS; CERQUEIRA, 2015, p. 29).

A CSS ganhou relevância, ou seja, grande projeção depois da Conferência de Bandung, Indonésia (1955), quando passou a ser compreendida como meio de promover uma maior interação entre países do Sul, estimulando assim o desenvolvimento dos mesmos. Na conferência, foi destacada a necessidade de uma maior cooperação entre o continente africano e asiático, maximizando o intercâmbio de comércio e trocas de experiências entre dois lados (RENZO et al., 2013, p.1). Essa relação horizontal deu melhores possibilidades para que países em desenvolvimento conseguissem a forma mais dinâmica que facilitaria as suas relações. E, isso, tanto no âmbito social quanto no político e econômico- comercial.

Para o Brasil, a CSS - definida em termos de cooperação técnica - pode ser entendida como um instrumento de política externa brasileira, utilizado com o fim de atingir os objetivos pretendidos para o desenvolvimento da nação, assim como a sua inserção externa. Nesse campo, O Brasil tem sido elemento fundamental no alargamento deste instrumento, aproximando-se dos países com diferentes níveis de desenvolvimento, realizando intercâmbio de informações, experiências e tecnologias entre as partes do Sul (SANTOS & CERQUEIRA, 2015, p. 28).

Ainda que a cooperação internacional tenha feito parte da política externa do Brasil desde os anos 1950, somente nos finais da década de 1980 é que foi criada a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Na base da sua atribuição tem como objetivos de “negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos que o Brasil desenvolve na base da cooperação técnica com os outros países ou organismos internacionais” (ABC, 2016a). E fica sob a orientação do MRE as prioridades do país em termos de desenvolvimento definida pelo Governo nos planos setoriais.

A troca de experiências e de conhecimentos materializa o sentimento de solidariedade e responsabilidade entre os povos, beneficiando todas as partes envolvidas na cooperação. Os projetos de cooperação técnica revelam-se eficientes promotores do desenvolvimento social, além de representarem os esforços de muitos profissionais, demonstrando que com disposição e vontade política é possível realizar atividades de importante valor socioeconômico (ABC, 2016b).

Para a ABC, a CSS definida como cooperação técnica entre países em desenvolvimento e:

Está centrada no fortalecimento institucional de nossos parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos sejam efetivadas. Sem fins lucrativos e desvinculada de interesses comerciais, a cooperação técnica pretende compartilhar êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros. Além disso, a ABC tem mantido contato cada vez mais frequente com entidades da sociedade civil organizada, com a intenção de ampliar o leque de oportunidades da cooperação horizontal brasileira (ABC, 2016b)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A Cooperação Sul-Sul é definida pela Agência Brasileira de Cooperação como a de contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento para a ampliação dos seus intercâmbios, para a geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, para a capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições, por meio do compartilhamento de políticas públicas bem-sucedidas.

Para a África, a CSS do Brasil, “apesar de não serem novas, ganham impulso no início de século XXI, principalmente com o governo de Lula da Silva” (MUNÖZ, 2016). As práticas de CSS do país, em relação ao continente africano, tem envolvido ações nas áreas de agricultura, saúde, educação profissional, energia e proteção social, como será visto na parte 3.1 deste trabalho.

A África tornou-se um importante parceiro nessa modalidade de cooperação, principalmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde), cuja relevância é indiscutível nessa modalidade de cooperação, haja vista as razões históricas e institucionais que aproximam o Brasil desses países. Em 2010, os PALOP receberam 74% dos recursos destinados a toda região da África (CABRAL; WEINSTOCK, 2010). Nesse âmbito de cooperação, para Renzo et al. (2013, p.5) “a ABC estabelece parceria com instituições técnicas que serão responsáveis pela gestão e execução do programa ou projeto de cooperação” (algumas instituições como Fiocruz, Embrapa e SENAI) junto dos parceiros africanos.

Angola e Moçambique, sem dúvida, têm grande importância para o aprofundamento deste estudo, uma vez consideradas as características que interessam à política externa brasileira no âmbito das cooperações. Isso reflete nas relações que envolvem o Brasil e a África que, por diversas razões, criaram vínculos de importância no campo da CSS, sendo que o Brasil disponibiliza serviços que atendem as demandas desses países nas áreas já mencionadas acima, o que naturalmente contribui para o desenvolvimento.

Ao longo da última década, e no âmbito da CSS, o Brasil protagonizou várias iniciativas que incentivaram melhores mudanças para o desenvolvimento econômico, social e cultural desses países africanos, os quais viviam em momento de estabilidade, principalmente Angola - que recém saiu de uma guerra civil, em 2002. Foi uma estratégia adotada na política externa brasileira, com base do esforço que leva, de forma assertiva, a uma maior aproximação em relação à África, e na qual os dois países serviam de ponte de articulação para atingir o continente como um todo, buscando a sua inserção no cenário internacional.

## **2. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA**

Este capítulo trata da política externa do Brasil para a África, especificamente. Aborda o processo de aproximação do Brasil com os países africanos, na segunda metade do século XX. Refere-se, de forma específica, à política externa do governo Lula da Silva em relação ao continente africano. E analisa as razões de ordem moral, estratégica e econômica que a sustentaram. Destacando-se, em boa parte, os discursos proferidos durante suas visitas aos países africanos.

### **2.1. A África na Política Externa do Brasil**

A partir da segunda metade do século XX “o Brasil começou a se consolidar como potência regional através de um bem-sucedido processo de industrialização via substituição de importações” (LECHINI, 2008, p.55). Desde então, o país tem procurado se firmar no cenário internacional através de uma agenda econômica, cultural e geopolítica que também contempla os interesses dos países em desenvolvimento.

O continente africano tem sido uma fronteira importante para a expansão das alianças políticas e comerciais do Brasil, ainda que essa aproximação não tenha sido constante ao longo do tempo. Os países africanos passaram a figurar tardiamente na política externa do Brasil. Somente nos anos 1960, a África figurou com destaque nas formulações da PEB e apenas nos anos 1970 houve a implementação de políticas concretas.

Como a literatura especializada informa, apesar da importância da política externa de Getúlio Vargas (1951- 1954) para a implementação de uma política externa menos alinhada aos centros de poder, seu governo não buscou relações especiais com África (CERVO, 2008, p.28). Em 1957, já no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Brasil assistiu, sem manifestação explícita, à independência formal da primeira nação da África Negra, a Gana, e ainda manteve silêncio em relação à independência de 17 países africanos em 1960. O Brasil de Kubitschek priorizava as Américas em sua política externa, buscando reforçar laços, principalmente com o Estados Unidos, uma vez que havia a expectativa de receber ajuda para o desenvolvimento, e assim, não deu atenção às potencialidades do continente africano

que começava a organizar-se. Uma das razões possíveis para que o Brasil não tenha apoiado a descolonização africana é sua relação preferencial com Portugal, mantida após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, “ao longo da segunda metade do século XX, a dimensão das potencialidades africanas foi sendo incorporada de forma progressiva e substancial à política externa brasileira” (RIBEIRO, 2008, p.57). A aproximação com a África serviria para afirmar sua autonomia em relação aos Estados Unidos e buscar reconhecimento de potência emergente.

Sendo assim, o país ampliaria seu poder de negociação internacional e deixaria de buscar, nas relações estreitas com os Estados Unidos, o aumento de seu poder de barganha (PINHEIRO, 2004, p.34).

Diante desse cenário, foi apenas no início dos anos 1960, no governo de Jânio Quadros, que foi lançada uma política africana – quando, então, o Brasil tomou a primeira posição em favor do direito à autodeterminação dos povos coloniais, principalmente aqueles da colônia portuguesa, que iniciavam a luta armada pela libertação. E, por outro lado, possibilitando relações de cooperação cultural, que proporcionaram o estabelecimento de programa de bolsas de estudo para os africanos no Brasil, o que viria a dar origem ao Programa de Estudantes Convênio (PEC-G) (VISENTINI; PEREIRA, 2008). Cabe destacar, também, a criação de novas embaixadas junto aos governos de Gana, Nigéria e Senegal, além de aberturas de consulados que aconteciam durante esse período, nos países africanos.

A formulação da Política Externa Independente (PEI), do presidente Jânio Quadros, dizia respeito “ao não realinhamento aos Estados Unidos, pois era uma política sem compromissos, que procurava obter vantagens para o país” (CERVO; BUENO 2012, p.332) no âmbito das relações com para os outros parceiros internacionais. Na base dessa ideia, Jânio levou a cabo o direito que os povos têm de autodeterminação. E orientava-se, para o país, mais liberdade de movimentos no cenário mundial, tendo em vista os interesses econômicos que se fazia necessário expandir. A África serviu de importância nas diretrizes gerais definida de 15 pontos para orientação externa, dois desses pontos destacam-se: “8) reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e da Ásia; 9) estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos” (CERVO; BUENO, 2012, p.335).

Nesse período, Jânio percebeu que o Brasil podia servir de uma ponte entre África e Ocidente, tendo em conta as ligações entre ambos os povos, o que possibilitaria aumento do mercado para a produção brasileira. Nesse sentido, ele deu atenção especial às relações com a África Negra, principalmente aos países da colônia portuguesa, conforme a frase enfaticamente repetida: “Portugal pode perder Angola, mas o Brasil não!”. Sendo assim, várias iniciativas foram adotadas na política brasileira para a África. Perante a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil adotou a medida de apoio ao anticolonialismo e de afastamento, nesse aspecto, em relação a Portugal, que praticava o colonialismo<sup>2</sup>.

Na sequência dessa situação, no governo João Goulart (1961-1964) a sua perspectiva em relação ao continente africano baseou-se na questão sobre a Angola – que no plenário da ONU, a delegação brasileira, na pessoa de Afonso Arinos de Melo Franco, “observou que a posição do Brasil era determinada pelo anticolonialismo, mas, também pelos seus laços históricos, culturais e de amizade que o ligavam a Portugal” (CERVO; BUENO, 2012, p.335). Isso fez com que o Brasil adequasse sua estratégia política ao equilíbrio entre os dois lados, de modo que reiterava as formas da boa relação de amizade com Portugal e, ao mesmo tempo, apoiava Angola na busca da independência de colonização portuguesa.

Com a chegada do período militar, resultado de golpe de 1964 que tirou da presidência João Goulart, “o primeiro presidente do regime, Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), reverteu a direção da política exterior e prendeu, inclusive, seguidores dos movimentos para a independência da África portuguesa” (FERREIRA, 2016, p.136). Desta forma, restaurou fortemente as relações com os Estados Unidos e Portugal, acreditando que tudo o que era bom para os EUA e Portugal, também o seria para o Brasil.

Abandona o exercício de uma presença cada vez mais marcante e ativa na África (ainda que severamente limitada pelo apoio a Portugal), na medida em que não cabe ao Brasil levar a cabo um movimento de penetração comercial e influência política naquele continente. Obriga, enfim, a um alinhamento sistemático em relação à política continental norte-americana (SANTOS, 2003, p.3).

---

<sup>2</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política externa do Brasil**. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

O governo seguinte, sob o comando do Marechal Arthur da Costa e Silva (1967-1969), voltou a dar importância aos países do Terceiro Mundo, adotando uma política mais crítica em relação ao colonialismo na África. Nesse sentido, surgiu um renovado interesse, “que envolvia igualmente os objetivos de explorar novas oportunidades de comércio e de fortalecer os contatos com os países africanos exportadores de café, foram criados novos postos diplomáticos na África” (FERREIRA, 2013, p.139).

Costa e Silva reconhecia que o Brasil marchava no mesmo caminho com a África nos fóruns internacionais, o que o impulsionava a ampliar os contatos bilaterais, mas sem afetar os vínculos com Portugal que mantinha interesses coloniais na África. Paralelamente, a Divisão do Departamento de África, no Itamaraty, realizava estudos para o continente africano no sentido de coletar informações para melhor planejar a política africana nos campos político, cultural, econômico e comercial. O governo brasileiro também se posicionava contra a segregação racial na África do Sul, país com o qual se buscava intercâmbio econômico (CERVO; BUENO, 2012, p.450).

Esse renovado interesse da política externa de Costa e Silva, na aproximação do Brasil com a África, aconteceu sem a intermediação de Portugal, o que criou um clima desfavorável da parte do governo Salazar, o qual questionou a postura do Brasil em relação ao contexto. Então, para acalmar essa situação que poderia trazer uma ruptura, o governo Costa e Silva resolveu retomar a costumeira política de manter sempre apoio a Lisboa.

O longo período de 1960 até 1970 foi marcado ora por aproximação, ora por distanciamento da África, sendo que

Os interesses materiais concretos, tais como comércio e fluxo de capitais, eram negligenciados e quase nunca implementados. Dessa forma, a questão africana era discutida dentro de um contexto no qual o peso geopolítico dessas relações se colocava numa perspectiva de superdimensionamento ideológico (FERREIRA, 2016, p. 138).

De 1969 a 1974, período do governo Emílio Garrastazu Médici, fica evidente o grande desenvolvimento econômico do Brasil e das iniciativas de reaproximação com a África. Segundo Visentini; Pereira (2008, p.3) “o Brasil do “milagre econômico”, com sua renda concentrada e indústria em rápida expansão, precisava dos mercados para saída dos seus produtos e matérias-primas, especialmente petróleo”. Disso resultou uma nova justificativa para as relações com o continente africano.

Por outro lado, era possível constatar que a tecnologia intermediária utilizada era importante para o crescimento dos serviços e também servia de modelo de inspiração para os Estados africanos. Dessa forma, o Brasil precisava da simpatia diplomática dos africanos para obter de certa forma alguns ganhos, ou seja, para legitimar a expansão do mercado dos negócios (VISENTINI; PEREIRA, 2008).

O interesse africano em receber estas tecnologias e serviços mais simples e adequados à sua realidade, os produtos mais robustos de nossa indústria, e a disposição, não encontrada nos parceiros do mundo desenvolvido, em repassar tecnologias e desenvolver programas consequentes de treinamento de pessoal. Estas características de nossa presença comercial estimularam, e deram base real, aos anseios africanos de diversificação de parceiros (SANTOS, 2003, p.8).

De modo que, “acentuava-se a tendência de aproximação com a África independente, pelo crescente interesse que representava, como parceiro econômico, comercial, político, cultural e histórico” (CERVO; BUENO, 2012, p.450) para as relações externas do Brasil. As trocas de visitas evidenciavam as melhores afinidades entre os dois lados, criando oportunidades de maior aproximação. Os acordos de cooperação técnica, científica e cultural foram colocados em prática nos países como: quatro com Costa de Marfim, dois com Gana, Togo, Daomé e Camarões, um com Zaire, Senegal e Quênia. O Brasil contava com seis Embaixadas sede na África e dez cumulativas, estabelecendo relações diplomáticas com 20 dos 37 países independentes da África, em contraparte a esse efeito, 13 países africanos fixavam representação em Brasília (CERVO; BUENO, 2012, p.451).

O surgimento da crise do Petróleo, em 1973, e o início de governo Ernesto Geisel (1974-1979), proporcionaram o aprofundamento da política africana no contexto da política externa brasileira. Foi quando seis novas embaixadas foram abertas na África, e o tempo em que alguns países africanos começavam a tornar-se independentes dos países europeus da colonização, especialmente os Países da Língua Oficial Português- PALOP. O Brasil não hesitou em reconhecer o governo independente de Guiné-Bissau (1974) e foi o primeiro país a reconhecer o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em 1975, assim como outros reconhecimentos (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe), o que simbolizava a nova política do Brasil para a África.

Durante esse período, o Brasil partiu com um novo espírito diplomático de compreender as situações que cada país africano enfrentava, indo contra movimentos que criam a instabilidade no continente (no entanto, Brasil condena regime racista da África do Sul). Era momento da expansão dos interesses brasileiros na procura pela matéria-prima, a fim de abastecer as indústrias nacionais, assim como a atividade de exportação dos produtos e inserção das empresas no continente.

O processo de desenvolvimento industrial brasileiro, dos anos 1960, foi voltado para exportação. Nos anos 70, com essa crise do petróleo, o comércio exterior foi priorizado. E então a conquista de novos mercados passou a assumir o “caráter de operação de ponta a partir da base industrial brasileira, incrementando-se o intercâmbio Sul-Sul” (SANTOS, 2003, p.8). A partir desta estratégia, a África surge como área privilegiada.

Ao mesmo tempo em que o Brasil exportava bens de consumo, alimentos, automóveis e a construção de infraestruturas, importava crescentes quantidades de petróleo. A Braspetro, subsidiária da Petrobras, iniciou atividades de prospecção na África, a Vale do Rio Doce desenvolvia projetos de mineração e as construtoras Mendes Jr. e Odebrecht construía rodovias, pontes, portos e barragens hidroelétricas. Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar oficialmente a África: Nigéria, Senegal, Guiné Bissau, Cabo Verde e Argélia (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p.3).

Portanto, no período do governo Geisel, a política externa brasileira de cooperação com a África teve grande impulso. Ao final do seu governo, o balanço comercial era extremamente positivo. Entre 1972 e 1981, as exportações brasileiras para a África passaram de 90,4 milhões a 1,96 bilhão de dólares, e as importações, de 152,9 milhões a 1,98 bilhão (CERVO; BUENO, 2012, p. 453).

O governo do general João Figueiredo (1979- 1985) foi marcado pela continuidade e pela consolidação dos vínculos nas esferas política e econômica. Foi o primeiro presidente brasileiro a visitar oficialmente a África: Nigéria, Senegal, Guiné Bissau, Cabo Verde e Argélia (VISENTINI; PEREIRA, 2008). Para além das explícitas “aspirações mútuas de cooperação e intercâmbio, ampliou sua rede diplomática pelo continente, chegando a 22 embaixadas na região” (CERVO; BUENO, 2012, p.480).

Durante esse período, o Brasil exportava manufaturados e serviços, com tecnologia adaptada às condições de um sistema produtivo similar, e importava matérias-primas, particularmente petróleo, o que dava um crescente aumento no volume de intercâmbio comercial. Ainda assim, o país desempenhava um papel

importante, pela sua presença, nos órgãos africanos de apoio ao desenvolvimento, nos quais auxiliava na realização dos objetivos materiais, contribuindo para esse fim a tradicional cooperação prestada, de caráter assistencial ao continente.

A política externa brasileira para a África facilitou a movimentação econômica entre ambas as partes. Pode-se constatar que desde o período da Política Externa Independente (1961-1964) até 1970 as relações do Brasil com a África se davam em termos ideológicos, numa perspectiva de busca pela autonomia. Somente no período do governo militar, especialmente no governo Geisel (1974-1979), é que os interesses materiais foram introduzidos na política externa do Brasil para a África, uma vez que

Para o Brasil, a África representou uma opção alternativa diante do protecionismo e das barreiras alfandegárias criadas pelos países ricos a suas exportações; para a África, o Brasil veio a construir nova fonte de suprimento de bens e serviços, aliviando sua dependência das ex-metrópoles (CERVO; BUENO, 2012, p.481).

Em seguida veio o governo José Sarney entre 1985- 1990, posterior ao regime militar. E este teve, como uma de suas características, o desafio de consolidação da democracia no país, passando por momento de crescentes dificuldades na economia. Esse governo manteve, em termos de laços, um alto nível de relação entre o Brasil e a África, de tal sorte que conseguiu realizar visitas aos países africanos, primeiramente a Cabo Verde e, posteriormente, Angola e Moçambique, os quais atravessavam o período difícil de instabilidade, principalmente a guerra civil angolana.

De acordo com dois diplomatas diretamente ligados a sua execução, por um lado, embora o governo Sarney tivesse uma política externa na qual buscasse atribuir características próprias, ele não tinha uma política específica para o continente africano. “A África não era uma prioridade para o [governo] Sarney”. Ainda que se reconhecesse a importância das relações Brasil-África, ela era encarada como menos relevante no quadro geral da política externa deste governo. Portanto, na gestão Sarney, as relações com o continente africano guiaram-se por “[...] uma política muito mais focada na área de laços culturais, de laços emocionais, de um passado (RIBEIRO,2008, p.41).

Entretanto, não havia elementos suficientemente relevantes para se aplicar condições de mudanças na política externa brasileira em relação ao continente africano. Para Ribeiro (2008) fica perfeitamente nítido que, na gestão Sarney, a relação estabelecida entre o Brasil e a África perdeu o destaque que houvera alcançado no governo anterior, sendo que os ajustes se faziam no sentido de

fortalecer ainda mais as relações com os EUA e os países do Cone Sul, especialmente com a Argentina.

Mas, mesmo assim, não se pode desprezar a hipótese de que houve ações importantes em relação à África, em que

Ao longo da governação do José Sarney pode-se constatar esforços governamentais, ainda que limitados, no sentido de desenvolvimento das relações Brasil-África. Também é importante salientar que a política externa do governo Sarney demonstrou preocupação em assegurar a presença do Brasil no Atlântico Sul, recolhendo apoio político do continente africano para transformá-lo, em 1986, pela Resolução 41/11, (e à revelia da representação Norte-americana, que votou contra o projeto), numa Zona de Paz e Cooperação. A criação da ZOPACAS tem um importante significado estratégico relevante, pois reverte favoravelmente ao Brasil a função estratégica do Atlântico Sul. No contexto da Guerra Fria, as marinhas sul-americanas receberam do governo norte-americano equipamentos destinados prioritariamente a possíveis conflitos antissubmarino e à missão de auxiliar na defesa do Atlântico Sul contra uma suposta incursão de submarinos soviéticos (RIBEIRO, 2008, p.43).

A criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em 1986, do ponto de vista do Ministério das Relações Exteriores-MRE, foi uma iniciativa adotada pelo governo Sarney, cujo objetivo era o de evitar a proliferação de armas nucleares e reduzir, até eventualmente eliminar por completo, a presença militar no Atlântico Sul de países externos à organização.

Nessa ação conjunta, os membros buscam formas de integração e colaboração regional, tais como a cooperação econômica e comercial, científica e técnica, política e diplomática. Através dessa zona, portas são abertas para aproximação de blocos localizados parcialmente nessa área. Assim, permitindo o estreitamento de relações entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), na América do Sul; a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), na África Austral; a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), na África Ocidental e ainda, entre Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), instituída somente em 1996 (CERVO; BUENO, 2012, p.524).

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS) também apresenta enorme potencial para a diplomacia brasileira na construção de acordos de âmbito multilateral, capazes de reunir grupos de nações com interesses convergentes e que possam apoiar-se mutuamente e favorecer objetivos em comum nos fóruns globais. Tanto a CPLP quanto a ZPCAS podem servir como espaço de intersecção entre vários processos de integração econômica na região do Atlântico Sul, favorecendo o intercâmbio entre Mercosul, SADC e ECOWAS. O governo brasileiro tem favorecido significativamente um

crescente número de empresas brasileiras, principalmente as exportadoras de serviços, que tem se dirigido ao continente africano para a realização de projetos (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p.6).

A iniciativa para fortalecer a paz e cooperação entre os países que a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (1986), integrava os 24 países banhados pelo Atlântico Sul: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (MRE, 2002). Portanto, uma das áreas de grande influência para a política exterior do Brasil.

Para Rodrigues (1982, p.397) o Atlântico Sul nos conduz à África, ao ver que muita coisa nos liga, desde as similitudes da geografia (clima, solos, vegetação), até as forças étnicas, as precedências históricas e os interesses econômicos. Ademais, sua dimensão une o Brasil a toda parte da África Ocidental, o que permite a implementação da política intercontinental mais facilmente, em termos da promoção de melhorias. Não somente de ponto de vista das condições relacionadas à proteção e segurança, mas também no que diz respeito a alianças econômicas e de amizade.

Nesse contexto, a política externa desenvolve a percepção de crescimento do Estado e de poder da influência no âmbito internacional. Com essa base, que a geopolítica foi entendida de diferentes formas, mas todas elas ligadas ao espaço territorial, e às estratégias de ação dos Estados, como forma de expandir o território nacional, ou seja, de defender as fronteiras, em detrimento das suas ações políticas (HEINSFELD, 2008).

A perspectiva do Estado brasileiro desde a criação da política africana em 1961, pelo governo Jânio Quadros, se adequou e melhorou a sua forma de relação com o continente africano, sobretudo nos aspectos da cooperação Sul-Sul, cuja relação menos desigual. O que originou a criação do departamento espacial no Itamaraty para resolução dos assuntos africanos, como forma de ter uma visão espacial e mais atenciosa na relação com o continente, no exercício do poder de influência internacional.

[...] o Brasil combina influências marítimas e continentais ambas superlativas- a maior conta atlântica entre todos os atlânticos e a maior fronteira terrestre entres todos os países americanos-, encontram o seu destino geopolítico na medida em que são capazes de explorar a fundo ambas as influências, transformando-as em fonte de benefícios para os seus povos, em instrumento de poder (MATTOS, 1977, p. 106).

No continente africano, os interesses econômicos e estratégicos do Brasil pretendiam inaugurar e desenvolver canais de comércio com os países situados na faixa tropical, em vista dos vínculos históricos com este continente e com participação efetiva junto dos Países Africanos da Língua Oficial Português (PALOP), especialmente Angola e Moçambique desde o processo de descolonização.

Esse interesse expressava a concepção geopolítica de que o Atlântico Sul era o caminho eficaz para a segurança do estado brasileiro. Essa percepção tem alimentado os governos brasileiros o sentimento do ingresso do país no círculo de grandes potenciais mundiais, por isso o controle dessa fronteira era estratégia fundamental para viabilizar a política de defesa no Atlântico Sul (SCHÜTZER, 2011).

O Atlântico Sul apresenta grande potencial para os países, de forma que “oferece não apenas melhor via de comunicação entre grandes centros costeiros do país ou a rota indispensável ao comércio exterior do Brasil, propicia, também, uma fonte de recursos econômicos da maior importância” (MATTOS, 1977, p.88). Em razão disso, o Brasil interessava muito em manter melhor segurança no Atlântico Sul, o que colocava a África nas prioridades das ações estratégicas do país no âmbito internacional.

O Brasil desempenhou papel importante para instalação dessa resolução que foi submetida para que a ONU aprovasse o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e que resultou no Brasil a realização da primeira Conferência do Atlântico Sul, em 1988, na cidade do Rio de Janeiro, com a participação 19 países africanos. Nesse encontro, o Brasil destacou uma posição firme para que a Namíbia se tornar independente, fazendo crítica ao *Apartheid* e o apoio a paz em Angola com a retirada das forças estrangeiras (sul-africanas e cubanas), que eram pontos centrais da atenção dessa política, em busca do desenvolvimento (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p.3).

Esse processo evidenciou momento importante nas relações Brasil-África, respeitando as ações propostas desde começo da política externa africana materializado pelo país, como forma de manter uma interação entre os dois lados do Atlântico Sul. Nos finais dos anos 1980, se percebe cada vez menos relevância na interação entre as partes, resultando no declínio dos indicadores que reforçavam essas relações, impossibilitando, assim, a “sustentação de uma política externa para

o continente africano, nem mesmo conseguiu manter as bases que vinham sendo desenvolvidas sob o período militar” (RIBEIRO, 2008, p.55).

[...] ao fim dos anos 80, essas relações traduzem um cenário marcado pela crise da dívida externa nos dois lados do Atlântico, pelo arrefecimento do sistema bipolar e posterior fim da Guerra Fria, pelas mudanças políticas na África Austral, em particular pela independência da Namíbia e início da implosão do apartheid e pela revisão dos parâmetros das relações Norte-Sul. Com a crise do endividamento no Brasil e nos países africanos, inviabiliza-se a manutenção das linhas de crédito brasileiras para os parceiros africanos. Ao mesmo tempo, observa-se, no plano das relações bilaterais, o contencioso de dívidas não-pagas e o ônus, para o Brasil, da não-renovação de antigas linhas. Em consequência registra-se um afastamento do Brasil em relação aos parceiros africanos (RIBEIRO, 2008, p.56).

No governo Fernando Collor (1990-1992) em meio às novas diretrizes diplomáticas do país, no âmbito da sua gestão, os vínculos históricos, étnicos e culturais que ligam os dois lados não são levados como elementos relevantes para interesse do país. Ainda que, o “contexto do fim da Guerra Fria e da criação do Mercosul, em 1991, a África foi considerada um cenário secundário, nos marcos de uma diplomacia baseada numa visão primeiro-mundista e neoliberal da globalização” (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p.3).

A transição para a década de 1990 representou um momento muito difícil para a política externa brasileira, com o fim da Guerra Fria, que é caracterizada com a queda do muro de Berlim, em 1989, e com grande superação do mundo bipolar. As profundas transformações na ordem internacional possibilitaram, assim, uma nova forma de atuação internacional dos Estados, pautada pelas iniciativas de desenvolvimento que o processo de globalização abarcou durante esse período, sendo o momento considerado como das grandes mudanças no rumo do Brasil (SANTOS, 2003).

Com o fim da Guerra Fria, em 1991, parecia que as relações internacionais dariam lugar apenas às questões comerciais, sendo que a forma clássica de se entender as relações de espaço e poder, que se limitava sobre questões voltadas à segurança sofreram alterações, que além das disputas militares, as disputas econômicas passaram a ocupar lugar mais significativo nas relações internacionais dos diferentes países (HEINSFELD, 2008).

Com o curto período que se instalou no poder o governo Collor, observa-se um ambiente pouco relevante para as relações político- comerciais no marco da Cooperação Sul-Sul e a insuficiência na promoção ou manutenção do intercâmbio político- comercial entre o Brasil e a África. A sua inserção internacional era a maior aproximação com os países desenvolvidos, percebidos como parceiros em melhores condições de garantir ao Brasil o seu ingresso aos eixos dinâmicos da economia globalizada (SARAIVA, 2007).

O período do governo Itamar Franco (1992-1995) deparou-se com o contexto político - interno e externo - particularmente desfavorável. No ambiente interno, o governo enfrentava os problemas que levou ao processo de impeachment do presidente Collor, por consequência do desequilíbrio econômico. Já no ambiente externo, uma forte pressão dos Estados Unidos referente à implementação das reformas econômicas, as quais lhes possibilitariam mais negócios, isso impediu a visibilidade em relação à África, aprofundando a agenda com os países desenvolvidos. E, com países vizinhos, as agendas foram plenamente mantidas (RIBEIRO, 2009).

O governo Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002), de acordo com Visentini; Pereira (2008, p.4) “o lugar da África nas relações internacionais do Brasil continuou modesto”, sendo que, durante o seu primeiro mandato, os países do continente africano não eram uma das prioridades do seu governo. “Ele priorizou o Mercosul e fechou postos e embaixadas na África, justamente pela política de seletividade dos parceiros internacionais” (VARGEM, 2008, p.6).

[...] como chefe do Executivo, após 1995, e dando prosseguimento ao processo seletivo de articulação de parcerias, que em ampla medida excluía a África de suas prioridades, embaixadas foram fechadas, durante sua gestão, em diversos países africanos: em Adis Abeba (Etiópia), Dar Es Salam (Tanzânia), laundé (Camarões), Kinshasa (República Democrática do Congo), Lomé (Togo) e Lusaca (Zâmbia). A diminuição da participação do Estado na economia, componente estratégico do projeto político implementado no período, relegou a África ao restrito investimento privado no que toca ao fomento e à prospecção de investimentos no continente, principalmente no setor de construção civil. Essa condição reduziu drasticamente o volume de recursos transacionados, sendo que os esforços foram concentrados na regionalização Platina e nas trocas com os países desenvolvidos (MENDONÇA JÚNIOR & FARIA, 2015, p.9).

Mas, durante o mandato de Cardoso, houve algumas iniciativas importantes tomadas em relação à África, sobretudo a participação ativa do exército brasileiro nas missões de manutenção de paz da ONU em Angola, em 1995. E, no ano seguinte, o

presidente visitou Angola e África do Sul, firmando acordos em diversas áreas de interesse da política externa do país. No ano de 2000, houve a assinatura de acordo entre a África do Sul e o Mercosul, a fim de obterem facilidades de troca em termos econômicos e comerciais entre os dois lados do Atlântico Sul (VISENTINI; PEREIRA, 2008).

A política externa brasileira, como normalmente funciona, não se restringiu ao âmbito comercial, mas de alguma forma levou em consideração outros fatores que pudessem facilitar certas estratégias políticas, conforme um discurso oficialmente baseado nas justificativas de seletividade das parcerias do país com o continente africano. Nesse período, a política externa do Brasil vivenciou momento de uma relação mais estratégica na inserção do país no ambiente internacional.

Em meio às novas diretrizes diplomáticas do país, percebe-se que as relações com o continente africano não são consideradas como essenciais à política externa brasileira. Ainda que se reafirme a importância dos vínculos históricos, étnicos e culturais que ligam o Brasil ao continente africano, a política externa em sua direção não é encarada como relevante para a promoção dos interesses internacionais do Brasil (RIBEIRO, 2009, p.308).

Assim, pode-se considerar que a política externa do governo de Fernando Henrique Cardoso demonstrou uma preferência em manter relações mais ligadas aos países do Primeiro Mundo (ou conhecidos como os países desenvolvidos) e com os da América Latina, especialmente no âmbito da regionalização da política. Eram evidentes, pois, as restrições aos países considerados do Terceiro Mundo, principalmente em relação ao continente africano - que não estava como uma das prioridades do seu governo, haja vista que a estratégia política adotada pelo então presidente brasileiro demonstrava acentuada queda nas relações Brasil-África.

Basta ver a evolução do quadro de diplomatas brasileiros no exterior para verificar a diminuição gradativa da importância estratégica do Brasil para a África. Ao contrário da tendência de ampliação do número de diplomatas acreditados junto aos demais Estados amigos, a África esteve na contramão desta tendência. As três dezenas de diplomatas profissionais que atuavam naquele continente, nas diferentes missões diplomáticas no início da década de 1980, foram reduzidas em cerca da metade. Foram deslocados diplomatas brasileiros da África para outros continentes e áreas de maior prioridade, como a própria Europa, a América do Sul e os Estados Unidos (SARAIVA, 2002, p.4).

O governo de Cardoso adotou a política da seletividade na relação com os países africanos, sobretudo na esfera comercial. Ações de maior relevância aconteceram na África, com a iniciativa de acordo de parceria, a qual colocou em destaque as trocas comerciais do Brasil com a Nigéria e Angola, concentradas, normalmente, em óleo bruto. Após esse período, a política externa brasileira deu maior destaque para as relações Brasil-África, com a considerável diplomacia presidencial do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010), que durante o seu mandato conseguiu implementar projetos de cooperação mais ousados em toda a história das relações entre o Brasil e o continente africano (MENDONÇA JÚNIOR; FARIA, 2015).

O início do século XXI apontou as novas perspectivas geopolíticas desenvolvidas pelo Brasil, voltadas mais para o quadro econômico e estratégico do que para os aspectos militares - como acontecia na época anterior ao governo Fernando Henrique. A estratégia da política externa de Lula para a África abrange questões mais amplas para sua inserção no continente, partindo para a busca de cooperação de forma assertiva, através da parceria com o SADC<sup>3</sup>, principalmente com a África do Sul. E, por outro lado, criando vantagens para a aproximação do mercado sul-americano junto ao NEPAD<sup>4</sup> e ZOPACAS<sup>5</sup> pela procura de fortes alianças com os países do Sul (SCHÜTZER, 2011). Nesse sentido, que para Cervo; Bueno (2012, 530) “a política exterior brasileira do século XXI opera por meio do multilateralismo da reciprocidade” para o comércio internacional, assim como outras iniciativas da ordem internacional (economia, segurança, saúde, questões ambientais e direitos humanos).

## **2.2. A Política Externa de Lula para a África**

Com a sua chegada à presidência, em 2003, houve uma mudança na escolha e diversificação dos parceiros estratégicos internacionais do Brasil, na qual a África entrou como uma das prioridades de sua gestão. No seu programa de governo, Lula já tinha a proposta de conseguir uma aproximação com países de importância regional como a África do Sul, a Índia, a China e a Rússia, além de retornar à política africana,

---

<sup>3</sup> Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

<sup>4</sup> Nova Parceria para o Desenvolvimento da África.

<sup>5</sup> Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

explorando os laços étnicos, culturais, bem como construindo novas relações econômicas e comerciais.

As possíveis perspectivas em relação ao continente africano estavam configuradas como um espaço estratégico e fundamental para a política externa brasileira. Para esse efeito, uma das primeiras atitudes do governo Lula. No primeiro mandato, foi a de modificar a estrutura do Itamaraty em relação à África, o que possibilitou a criação do *Departamento da África e do Oriente Médio* para dar maior exclusividade ao continente.

Esse tratamento, que vem sendo levado no centro da política externa em relação à África, tinha interesses amplos, que para Lechini (2008) além dos laços históricos e étnicos que unem o Brasil e o continente africano, a África servia de relevo para aspectos econômicos e estratégicos da política externa brasileira. A política africana brasileira recuperou seu lugar, pelas iniciativas que vem sendo levada a cabo na aproximação Brasil-África.

Desta forma, no seu primeiro discurso na sessão de posse, no Congresso Nacional, como presidente do Brasil, em 01 de janeiro de 2003, em Brasília, Lula destacou fatos evidentes de aproximação e a valorização do continente africano, declarando que “reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades” (LULA DA SILVA, 2003a, p.10).

A iniciativa de Lula de aproximar as relações do Brasil com a África não apenas buscava construir parcerias estratégicas na região, mas também se relacionava ao compromisso assumido com a população afrodescendente do Brasil, no âmbito das eleições, de dar mais atenção a questões relacionadas com as ligações entre a África e o Brasil (como o papel da diáspora africana) (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011, p.43).

Nesse âmbito, o continente africano foi de fundamental importância nas relações com o Brasil, que na década passada não configurava no plano estratégico da política externa brasileira. Para os efeitos de mudança, a política externa de Lula evidenciou, desde o início, sua motivação para acelerar o processo da “busca de multilateralização do sistema internacional, sendo crítico do unilateralismo e sem perder a capacidade de diálogo com os países desenvolvidos” (RAMANZINI JÚNIOR, 2010, p.60).

E é o que se observa no discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim, por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, no dia 01 de janeiro de 2003, em Brasília:

Desenvolveremos, inclusive por meio de parcerias com outros países e organizações, maior cooperação com os países africanos. Angola e Moçambique, que passaram por prolongados conflitos internos, receberão atenção especial. Valorizaremos a cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (a CPLP), inclusive com seu mais novo membro, o Timor Leste. Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão. O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social. O Brasil atuará, sem inibições, nos vários foros internacionais, regionais e globais. Incentivaremos a promoção universal dos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação. Lutaremos para viabilizar o desenvolvimento sustentável e para eliminar a pobreza” (AMORIM, 2003a).

Esses discursos tornaram-se realidade na política externa brasileira, sobretudo na relação com a África. O mais evidente, na restauração da política africana do governo, foi a viagem realizada pelo chanceler Celso Amorim a sete países africanos, o que aconteceu apenas quatro meses depois de ter assumido a pasta de Ministro das Relações Exteriores do Brasil e também pelo “Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio”, organizado de 09 a 10 de junho de 2003, em Fortaleza, pelo MRE em cooperação com o Grupo de Embaixadores Africanos em Brasília.

O Fórum proporcionou ocasião especial para discussão e temas relevantes para a promoção e aprofundamento das relações do Brasil com o continente africano, com ênfase em três áreas: política e questões sociais; economia e comércio; e educação e cultura, tendo a participação de Lula na cerimônia da abertura (AGÊNCIA BRASIL, 2003).

Nos primeiros quatro anos de governo, Lula reabriu embaixadas que foram fechadas na gestão de FHC, como forma de manter maior aproximação com o continente africano. Desta maneira, inaugurou representações diplomáticas e um consulado-geral, totalizando 13 novos postos, e fazendo com que o Brasil mantivesse uma forte relação com a África. A presença diplomática, no continente, passou de 17 para 37 embaixadas, ou seja, a maior representação diplomática na região (PINHO, 2014).

E foi a oportunidade para se observar a existência de vários países africanos interessados na abertura de postos diplomáticos no Brasil, tais como Benin, Guiné-Conacri, Guiné-Equatorial, Namíbia, Quênia, Sudão Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Tudo isso fez com que a relação Brasil-África se intensificasse claramente, observando que, entre 2003 e 2006, o número de embaixadores africanos, em Brasília, saltou de 16 para 25, o que evidentemente representa maior interação dos países africanos com o Brasil (LEITE, 2011).

A África passou a atingir um lugar de destaque na PEB, com grande investimento em termos diplomáticos. E é nesse período que se observa o número significativo das novas embaixadas abertas, as quais ampliaram a participação do Brasil na relação com os países africanos, que de certo modo obtiveram esse momento oportuno para maximizar os laços culturais, políticos e econômicos. Um dos fatores relevantes para costurar essa forte interação do governo com o continente, em parte por questão ideológica.

O Partido dos Trabalhadores, filiação de Lula, como base ideológica foi importante no encaminhamento da política externa, predominantemente voltada para a busca do equilíbrio internacional pela valorização do multilateralismo. Isso implicou na ampliação e adensamento das relações diplomáticas (em organizações regionais e globais bem como de forma bilateral) com o intuito de aumentar o intercâmbio econômico, tecnológico e cultural, e conseqüentemente, o poder e a influência internacional e regional do Brasil (CASTRO, 2011, p.2).

A África é vista como uma das oportunidades para inserção estratégica e de expansão comercial, especialmente para exportação dos produtos brasileiros para o continente. Nesse sentido, Lula realizou inúmeras viagens à África, acompanhado de diplomatas do Itamaraty (inclusive pelo Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim) e por comitivas de empresários brasileiros, interessados na possibilidade de expansão de suas empresas.

Nesse contexto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenhou papel exponencial como financiador da internacionalização das empresas brasileiras, fornecendo empréstimos às empresas nacionais que atuavam em setores estratégicos (como infraestrutura, mineração e energia) em países africanos, o que foi fundamental para a execução dos projetos de muitas empresas, tais como a Petrobras, a Odebrecht, a Camargo Correa, a Andrade Gutierrez, a Queiroz Galvão. Empresas que assumiram a responsabilidade de

prestação de serviço e implantação de infraestrutura em diversos países do continente, fortalecendo os laços com o Brasil (MIYAMOTO, 2011).

O processo de revalorização da África abre grande espaço para projeção internacional do Brasil, especialmente quando realiza o perdão de dívidas de países menores, estimulando e facilitando a promoção de empresas brasileiras relacionadas à área de saúde e fornecendo know-how para desenvolvimento de boas práticas sociais (CASTRO, 2011, p.3).

[...] O continente africano passou a ser alvo elegível frente às novas demandas do Brasil. A chamada cooperação Sul-Sul é um dos princípios base seguido pelo Brasil. O país despendeu largos investimentos diplomáticos no continente, com a reabertura e inauguração de postos diplomáticos como consulados, representações e embaixadas, como consequência do interesse nacional de estar “fisicamente” presente nos países africanos. Em números, o presidente Lula visitou 39 dos 53 países africanos durante seus dois mandatos, alguns mais do que uma vez. Atualmente, todos estes países possuem embaixadas brasileiras, diferente de quando, em 2002, essas estavam presentes em 16. Essas visitas têm um simbolismo muito grande para o Brasil na medida em que representa um novo ciclo na inserção internacional brasileira, agora mais afirmativa e incisiva na consecução de sua agenda (CASTRO, 2011, p.2).

As relações do Brasil com o continente africano ganharam grande impulso, sobretudo no plano econômico. A política externa do governo de Lula da Silva firmou posições tradicionais da ideologia do Partido dos Trabalhadores, que defende, preferencialmente, uma parceria com os países no âmbito da relação Sul-Sul (RIBEIRO, 2007).

Dessa forma, o governo Lula buscou, desde o primeiro ano do seu mandato, ressaltar a importância da cooperação com os países em desenvolvimento e a expansão das relações do país fora do eixo norte-sul. Mas o fez sem menosprezar as relações com os países desenvolvidos que compõem esse eixo, em particular a Europa e os Estados Unidos (SILVA; ANDRIOTTI, 2012, p.70). Essa preferência pela África tem sido observada a partir das visitas realizadas:

#### Quadro 01 - Viagens presidenciais ao continente africano, 2003-2006.

ANO	MÊS	PAÍSES VISITADOS
2003	Novembro	São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul
2003	Dezembro	Egito e Líbia
2004	Julho	São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde
2005	Abril	Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal
2006	Fevereiro	Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul
2006	Novembro	Nigéria

**Fonte:** Cláudio Oliveira Ribeiro, elaborado a partir de Gancia (2007) e Brasil (2009).

A atuação brasileira, na região e durante o período, foi bastante intensa. Todavia, faltava-lhe uma estrutura forte que demonstrasse uma organização que pudesse ser identificada como política fundamentada e estruturada para a região. De acordo com Campos (2008), em primeiros momentos, o Brasil foi atuando no âmbito da CPLP na área da saúde, ajudando, por exemplo, a Guiné-Bissau no combate à malária que afetava a população, bem como parcerias para tratamento da AIDS em Angola e Moçambique. Além disso, fornecendo remédios a preços mais baratos para diversos países da África.

Na cooperação entre Brasil-África, pode-se perceber que além dos interesses materiais, envolvendo trocas comerciais, também há elementos novos das relações, por exemplo, o combate à pobreza e às epidemias, como Malária e HIV, a introdução e geração de tecnologias adaptadas aos problemas dos países subdesenvolvidos e a construção de alianças ativas nos fóruns multilaterais em defesa de interesses comuns na busca do desenvolvimento e da construção de um sistema mundial que garante paz e estabilidade em todos os países (VISENTINI; PEREIRA, 2008).

O crescimento econômico do Brasil, sua atuação crescente no cenário mundial, o sucesso alcançado em reduzir a desigualdade social e a experiência de desenvolvimento oferecem lições importantes para os países africanos que, dessa forma, buscam cada vez mais a cooperação, assistência técnica e investimentos do Brasil. Ao mesmo tempo, multinacionais brasileiras, organizações não governamentais e diversos grupos sociais passaram a incluir a África em seus planos (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011, p.3).

A partir dessa iniciativa da política externa do governo Lula, de se aproximar do continente africano, resultaram as fortes ações de cooperação no âmbito social e cultural com a África, em que a cooperação técnica para o desenvolvimento foi implementada com ampla atuação na África, envolvendo trocas de conhecimentos (tecnologia social) do Brasil com os países africanos, principalmente com os Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

De tal modo, que durante um discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 03 de novembro de 2003, na Assembleia Nacional de Angola, destacou que:

Estou seguro de que, no que depender do Brasil, nada poderá dar mais solidez às nossas relações com a África e Angola, em particular, do que o reconhecimento do legado africano e angolano na nossa cultura, no nosso modo de ser. Mas, na minha visão, ter uma parceria privilegiada com Angola é um interesse estratégico do Brasil. O imenso desafio de promover a inclusão social nos aproxima. Podemos compartilhar experiências e desenvolver soluções para problemas comuns (LULA DA SILVA, 2003e).

Nesse âmbito, verificou-se um nítido esforço para a ampliação do raio de atuação da diplomacia brasileira no continente africano, embora a grande parte dos esforços diplomáticos e de cooperação técnica tenham se voltado mais para os países lusófonos do continente (MENDONÇA JÚNIOR; FARIA, 2015 p.12). Essa influência acontece em razão da similaridade linguística, histórica e institucionais com esses países (Angola, Moçambique, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) que agregam um potencial maior para a cooperação técnica do Brasil no continente africano.

Por exemplo, o projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB) criado pelo Ministério da Educação (MEC) no ano de 2005, que oferece cursos de graduação a distância em parceria com as faculdades brasileiras. Esse projeto proporcionou melhor ambiente de ajuda do Brasil na formação dos recursos humanos dos países lusófonos da África. Com essa iniciativa, a UAB Moçambique tem o maior orçamento previsto entre todos os projetos de cooperação do Brasil na África (em torno de 30 milhões de dólares até 2019), cuja aula inaugural foi ministrada pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em novembro de 2010, na sua última visita à África, como Chefe de Estado. (ROSSI, 2015, p.192).

Entretanto, os Programas de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG) foram ampliados para os países africanos e aumentadas as vagas para os estudantes estrangeiros no Brasil, o que tem resultado impacto positivo para os países participantes do processo, especialmente da África. De modo que, entre 2001 a 2006, mais de 2.800 estudantes de Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP) foram selecionados para cursos de graduação nas universidades brasileiras (LEITE, 2011). Esse convênio cultural proporciona um excelente ambiente de trocas culturais entre diferentes povos, tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico.

Outro aspecto importante do Brasil, na cooperação técnica com o continente africano, é a implementação do projeto de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), sendo um dos mais importantes polos nacionais de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial. Neste contexto, o modelo de instituição, por sua experiência, seriedade e competência contribuiu para consolidar o Sistema de Formação Profissional no Brasil e, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), transferiu seu modelo para outros países da África, especialmente aos PALOP, assim como a Ásia e América Latina (ABC, 2016c). Esse assunto será desenvolvido no próximo capítulo da dissertação.

Ao que tudo indica, a orientação de política externa de Lula da Silva para a África, apreendida nos discursos analisados, revela a orientação de fortalecer os laços com base na cooperação e na criação de coalizões Sul-Sul, para proporcionar maior intercâmbio entre os países do Sul.

### **2.1.1. Razões morais**

O uso político de argumentos de ordem moral tem sido fundamental nas relações do presidente Lula com os países africanos, e pode ser identificado pelo comportamento de solidariedade demonstrado durante as suas visitas ao continente. A estratégia de Lula, na primeira parada de viagem para o continente africano, no dia 02 de novembro de 2003, em São Tomé e Príncipe, tinha um objetivo simbólico, a saber: o país foi uma das portas de saída dos escravos para o Brasil. Assim, e sendo o primeiro solo pisado pelo presidente na visita ao continente,

sinalizava o objetivo moral de pagar uma “dívida histórica” assumida com a escravidão.

Nessa aproximação com o continente africano, o que aconteceu na sua visita à África, em 07 de novembro de 2003, num jantar oferecido em sua homenagem pelo Presidente Thabo Mbeki, Lula declarou que o Brasil tem uma dívida com a África:

Uma dívida de reconhecimento pela contribuição, em condições de sofrimento e opressão, que milhões de africanos deram para a construção do Brasil. Associamo-nos ao renovado compromisso do continente africano em tomar em suas próprias mãos a responsabilidade de encontrar respostas para seus problemas (LULA DA SILVA, 2003b).

A contribuição brasileira, com o continente africano, é extremamente importante, considerando-se que – e de acordo com Amorim (2003b) - o Brasil é o segundo maior país com população afrodescendente do mundo (76 milhões), perdendo apenas para a Nigéria. Esse número de afrodescendentes que vivem no país é altamente esclarecedor da importância que os países africanos, como Angola e Moçambique, entre outros, têm na formação do Estado-nação brasileiro. Fato, este, cujo desdobramento remonta aos meados do século XVI até meados do século XIX - com a transposição da população africana em decorrência do tráfico de escravos para o Brasil – o que era a principal atração econômica da África para o país, uma vez que se constituía na maior mão-de-obra durante o período colonial.

Para Campos (2010), quando se refere à escravidão, ao tráfico de milhões de pessoas durante séculos, observa-se que a convivência de africanos, portugueses e brasileiros - antes e depois da abolição – contribuiu muito na formação de uma cultura híbrida e bastante rica. Nesse sentido, Ferreira (2009) demonstrou que a contribuição desses escravos foi além da participação econômica, uma vez que foram inseridas suas práticas, seus costumes e seus rituais religiosos na sociedade brasileira, dessa forma contribuindo para uma formação multicultural no Brasil e assim ultrapassando as relações de escravidão impostas aos africanos.

A verdade é que a África continua muito presente nas nossas vidas, embora muitas vezes esqueçamos disso... Afinal, dela herdamos algumas marcas da nossa identidade cultural: o sabor da famosa feijoada, o ritmo contagiante do samba, os passos acrobáticos da capoeira, inúmeras palavras do nosso vocabulário - como "moleque" e "batuque" -, cultos religiosos, como o candomblé, que milhões de brasileiros seguem (CAMPOS, 2010).

Na sequência do entendimento daquilo que engloba as relações Brasil-África no âmbito da contribuição para a identidade da cultura brasileira, várias práticas, costumes e rituais religiosos têm sido praticados no outro lado do Atlântico, levando em conta o “trânsito de culturas” existente entre os continentes. Não apenas escravos atravessaram o Atlântico, mas também um intenso mundo cultural, contribuindo para a formação da identidade brasileira (JESUS, 2006).

A migração forçada de milhões de africanos para o continente americano foi um dos cenários mais cruéis da História. Mas, apesar disso, dessa crueldade, agregou grande benefício para os países americanos, especialmente o Brasil, considerando-se, segundo Nascimento (2010, p.31) “o continente africano era o fornecedor de mão de obra que sustentava o modelo econômico agroexportador do Brasil”. E, desse modo, contribuíam duramente na construção do país.

Ao que tudo indica, a contribuição africana no Brasil foi benéfica, porque “os negros constituíam o aspecto positivo de toda a escravidão – foram a mão direita da formação agrária brasileira –, contribuindo para uma mestiçagem que, ao invés de ter sido maléfica, era o traço principal da conformação nacional” (JESUS, 2006, p.81).

O patrimônio de herança africana, tão presente entre nós e que normalmente é apontado como um dos parâmetros da cultura brasileira, constitui-se não só num importante valor nacional, como num fato de aproximação com outros povos (JÚNIOR; CASTRO,1997, p.152).

Com esta configuração africana no contexto social brasileiro, é possível dimensionar os fatos que permitiram a aproximação entre os dois lados do Atlântico Sul, o que envolve a questão histórica. Desta forma, ao enquadrar o período estudado, de 2003 a 2010, observa-se uma intensa aproximação do governo Lula com os países africanos, sobretudo Angola e Moçambique.

Nesse ínterim, cabe destacar a análise do discurso proferida por Lula, no dia 03 de novembro de 2003, na Assembleia Nacional de Angola, durante o qual ressalta a prioridade de aprofundamento das relações com o continente africano, nem só por convicção moral, mas igualmente pela necessidade estratégica. E assim se pronunciou a respeito de seu governo:

Governo tem plena consciência da obrigação que tem o Brasil de resgatar a dívida histórica e moral para com os grupos sociais que mais sofreram e sofrem, ainda, com a violência, a injustiça e a humilhação. Entre eles, estão os afrodescendentes (LULA DA SILVA, 2003e).

Dessa forma, durante sua visita a Moçambique, no dia 05 de novembro de 2003, num jantar oferecido pelo Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, em discurso Lula ressaltou que,

A relação que Brasil pretende manter com os países da África não é uma relação de um país imperialista com vocação de hegemonia. Nós já estamos cansados, já fomos colonizados, já nos libertamos do hegemonismo. Nós, agora, queremos parceria, queremos companheirismo, queremos trabalhar de braços juntos, para a construção de uma política internacional equânime, para organismos multilaterais, democráticos e para que tenhamos igualdade de oportunidades (LULA DA SILVA, 2003d).

E foi então, e a partir de tais convicções, que pela primeira vez – na História do país – instalou-se uma Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com atuação nas mais diversas áreas, fazendo com que houvesse a incorporação, nos currículos escolares, do ensino da História da África e da História e cultura afro-brasileira. Lula, desta forma, mostrou a direção que se deve dar à questão africana, dentro da sociedade, vinculando-a “a cultura afro-brasileira à realidade e à vivência de milhões de crianças brasileiras para que, desde os bancos escolares, possam conhecer e orgulhar-se destes elementos essenciais da formação de nosso país” (LULA DA SILVA, 2003e).

O resgate de Lula da política africanista também tinha um componente pragmático, tanto que suas viagens à África sempre eram acompanhados de um considerável grupo de empresários. No entanto, o apelo a questões sentimentais deu outro significado simbólico às parcerias com o outro lado do Atlântico. Sob essa perspectiva, o Brasil não se aproximaria da África apenas por isso ser de seu interesse imediato (como se demonstra pelo aumento do comércio entre as regiões ao longo da década de 2000), mas também por terem as duas regiões uma história em comum, e conseqüentemente uma série de desafios em comum (SENS, 2014, p. 63).

As iniciativas foram desencadeadas para o continente africano como uma das formas que representa aspecto de reconhecimento da política externa de Lula em relação à África, implicando, pois, “o aumento das correntes de comércio, o número de acordos bilaterais, a abertura de representações diplomáticas, os programas de assistência técnica, os fóruns multilaterais envolvendo os dois atores, ações de solidariedade para com o continente e as diversas viagens do presidente Lula atingiram níveis inéditos”(NASCIMENTO, 2010, p.38), representando, sem dúvida, a identidade compartilhada de reconhecimento da África no Brasil.

### **2.1.2. Razões estratégicas**

A aproximação em relação à África, na política externa do governo Lula, constituiu momento importante na articulação dos parceiros estratégicos do Brasil nas relações internacionais. Nesse sentido, a PEB estabeleceu uma questão de princípios e de interesses, com o objetivo de promover a solidariedade entre os países do Sul, assim como aumentar a capacidade de influência do Brasil nos assuntos internacionais, através de uma diversificação de suas relações com os parceiros externos, tanto no âmbito puramente político, quanto na questão econômica (LECHINI, 2008). Visando, sobretudo, o aumento de sua projeção internacional e maior multilateralidade no sistema internacional.

Tendo em conta o objetivo de diversificação dos parceiros de atuação, o Brasil passou a articular a política externa junto às políticas públicas, a fim de promover o desenvolvimento nacional, assim como as iniciativas de cooperação para fortalecer a imagem do país não somente com parceiros tradicionais (Europa, EUA) e América Latina, mas também na África (MILHORANCE, 2013).

Em razão disso, a estratégia brasileira - na articulação das ações externas – deu maior visibilidade do país na política internacional, o que fica a cargo do Itamaraty como uma política de continuidade. Os interesses estratégicos e geopolíticos visavam a viabilizar caminhos que marcam a conquista de novos espaços na arena internacional, os quais, em certa medida, estão sempre buscando autonomia e projeção internacional, bem como a expansão do comércio e de novos e promissores investimentos.

Como consequência dessa busca incessante pela autonomia e projeção internacional do Brasil, uma notória necessidade de aprofundar os laços com o continente africano, de modo que, “a partir dos anos 2000, notadamente com a presidência de Lula, em 2003, a política de cooperação internacional ganhou notoriedade em relação com a África” (MILHORANCE, 2013, p.6).

O governo Lula deu prioridade à África, identificando o continente como propício para atuação das empresas brasileiras e para a ampliação da imagem do país no espaço internacional, a fim de obter maior margem de manobra nos fóruns multilaterais (ONU, OMC e entre outras organizações). E o fez em atenção a uma estratégia de política externa.

A estratégia envolve, também, a constante busca do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Este, um dos elementos que estimulou as ações do Brasil na África nos anos 2000, que conseqüentemente vem incorporando a diplomacia brasileira de forma mais efetiva. O Itamaraty conquistando mais espaço para o país nos fóruns de decisões globais (exemplo do OMC) e o Conselho de Segurança - que era o mais importante (ROSSI, 2015, p.219).

Foi assim que a política externa inseriu essa estratégia, no sentido de obter o poder atribuído aos países que fazem parte desse conselho que se encarrega das decisões globais e que visa a autorizar o uso de força contra alguma nação para manter ou estabelecer a paz, bem como adotar medidas de repressão, entre as quais, interromper relações econômicas inconvenientes, e também aplicar sanções em atos de instabilidade.

Já para área empresarial, a estratégia de Lula na sua relação com o continente e de acordo com Visentini; Pereira (2008) o presidente viajou com uma comitiva de 128 empresários interessados na expansão de exportações e investimentos na África. Numa declaração de Lula, em Angola, no ano de 2007, ele enfatizou que “os empresários que me acompanham nesta visita estão empenhados em diversificar nosso comércio e ampliar nossos investimentos”.

Então, nesse quadro, foram fábricas de cimento e remédio, construção de ferrovias, exploração de carvão, exportação de aparelhos celulares, montagem de ônibus e venda de máquinas de coletar lixo, entre outros. Ato que envolveu um intercâmbio a mais de US\$ 1 bilhão, o que envolve estratégia de expansão do comércio e investimento na África (VISENTINI; PEREIRA, 2008).

Nessa perspectiva, a política externa do Governo Lula demonstrou uma forte relação com o continente africano, que reconhece que existe, sim, uma solidariedade aos povos africanos. Todavia, e por outro lado, também envolvendo interesses estratégicos e cujo objetivo era o de expandir o prestígio internacional do Brasil, bem como formar coalizões dos países do Sul, o que alavancaria de forma eficiente o crescimento econômico, político e cultural do país.

A aproximação com o continente africano tem sido um desdobramento importante da política externa brasileira, na medida em que vem solucionado diversas situações de relevância, não somente para o Brasil, mas também para outras nações. E, isso, no sentido de cooperar para o desenvolvimento. A Agência Brasileira de

Cooperação (ABC) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE), entre outras instituições, têm desempenhado papéis relevantes nessas relações, em que o governo trabalhou de forma a abrir espaço no comércio internacional com a África, na medida em que ganha certo poder de influência nas relações (VERDAN, 2013).

Nessa base, a PEB do governo Lula partiu em busca de relevância internacional, sobretudo nos âmbitos econômico-comercial e sociocultural, com o objetivo de alcançar as diretrizes da política externa brasileira para a África, aumentando a participação do Brasil nos acordos de cooperação diplomático.

### **2.1.3. Razões econômicas e comerciais**

O crescimento econômico da África, no início do novo século, vem atraindo potências médias e altas de diferentes partes do mundo, o que ocorre pelos expressivos contatos de relações com o continente africano. A paz e a estabilidade que se verifica na maior parte dos países africanos possibilitou avanços na economia dos países africanos.

Os líderes africanos entenderam que o novo século representa momento significativo para a condução de um desenvolvimento mais assertivo, no continente. A autoconfiança que se vislumbra, no seio da inteligência política do continente, demonstra sinais de um ambiente positivo e conjugado com a implementação do plano estratégico para o desenvolvimento econômico e social, que foi o lançamento da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), em 2001.

Desse modo, a estabilidade da África, por sua vez, criou melhores oportunidades de expansão econômica e comercial para diversos países no cenário internacional, especialmente para o Brasil, que na “primeira década do século XXI, aumentou seu peso relativo no investimento, na presença comercial, na criação das embaixadas e na dimensão estratégica do continente africano” (SARAIVA, 2012, p.97).

Na palavra de Lula, no início da Conferência Conjunta de Imprensa em Pretória, África do Sul, em 07 de novembro de 2003 ressaltou que,

O Brasil quer uma relação de parceria. Nós não queremos hegemonia, em nenhuma hipótese. Para nós, uma boa relação comercial pressupõe que um país não tenha grande superávit comercial sobre outro, que um país não queira apenas vender, mas também se disponha a comprar, para que a troca

se dê de forma justa e compensadora para todos – para os empresários, para os trabalhadores e para os governos (LULA DA SILVA, 2003c).

Mas, no entanto, o Brasil também pretendia diversificar os parceiros de comércio exterior, como forma de abrir novas fronteiras de investimento (ROSSI, 2013b), que por sua vez, de acordo com Cervo; Bueno (2012, p.527) “a diplomacia de Lula expressou essa nova linha de ação externa na Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancun, em 2003”, levando em conta que, desde Segunda Guerra Mundial as relações econômicas eram reguladas pelo centro de capitalismo a seu favor.

A partir dessa iniciativa, Amorim (2011, p.215) ressaltou que o aprofundamento das relações, com os países em desenvolvimento, traduziu-se na extraordinária expansão do comércio exterior, observando que, hoje, esses países compram cerca de 55% das exportações brasileiras, a maior parte produtos manufaturados.

O objetivo é o de que tais relações tragam melhores benefícios para o crescimento econômico, impulsionando o desenvolvimento dos países. E foi nessa perspectiva que Lula proferiu seu discurso, no dia 03 de novembro de 2003, na Assembleia Nacional de Angola, revelando a importância da sua atuação internacional. Destacando que:

Aos líderes dos países em desenvolvimento a mensagem de que precisamos melhor coordenar nossa atuação internacional, inclusive nos foros mundiais. Devemos lutar para revigorar o multilateralismo, pois ele é o garantidor último do convívio pacífico entre nações e do respeito e tolerância mútuos entre povos. Não tenho dúvidas de que o comércio internacional tem grande potencial para gerar a riqueza de que nossas nações necessitam para se desenvolver econômica e socialmente (LULA DA SILVA, 2003e).

Nesse sentido, “a diversificação de parceiros comerciais, com ênfase nos países em desenvolvimento, constituiu parte da estratégia diplomática adotada pelo Presidente Lula, bem antes da crise econômica” (AMORIM, 2011, p.235). A participação dos empresários brasileiros tem sido fundamental na articulação das relações econômicas entre Brasil e África.

O continente que passou muitas décadas de estagnação, nos últimos anos a economia africana começou a dar sinais de recuperação, tornando-se visível o seu peso no mercado internacional. Nesse sentido, o continente não vivenciou apenas uma aceleração do crescimento econômico, mas também tem acompanhado as novas oportunidades de comércio e investimentos. Contudo, os Estados africanos ainda têm se esforçado na promoção do

desenvolvimento econômico sustentado por ações políticas próprias: a União Africana (UA), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) e a Nova Aliança para o Desenvolvimento da África (NEPAD) são sinais claros da vontade de superar problemas históricos. (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p.5).

E foram esses fatos que tornaram o mercado africano competitivo, atraindo o Brasil porque nele viu um espaço promissor de comércio e investimento.

No que se refere à integração da África como prioridade aos instrumentos de política econômica externa do Brasil, o financiamento público às exportações de bens e serviços tem sido o principal instrumento de política comercial utilizado pelo Brasil em suas relações com o continente, nos últimos anos. No entanto, apesar da ofensiva diplomática brasileira em direção à África nos governos Lula, os resultados de tais iniciativas são ainda bastante modestos. Apenas no caso das exportações para Angola financiadas pelo BNDES parece possível afirmar que a África ganhou alguma expressão na política comercial brasileira (VEIGA, 2011, p.5).

O presidente Lula tinha a convicção de que a África seria capaz de superar as suas enormes dificuldades econômicas e sociais, resultado de décadas de conflito, agravadas pela herança colonial. Situação que modestamente começou a se modificar no final do século XX e início do século XXI, possibilitando a estabilidade política e econômica. Nessa perspectiva, Lula destacou o interesse do Brasil de “aumentar o comércio com a África, nos dois sentidos, e investir no Continente, apoiando o esforço de recuperação continental que a NEPAD representa” (LULA DA SILVA, 2003d).

Com a implementação dessa visão, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenhou papel importante “como financiador da internacionalização das empresas brasileiras, fornecendo empréstimos às empresas nacionais que atuavam em setores estratégicos (como infraestrutura, mineração e energia) em países africanos” (OLIVEIRA, 2015, p.31). O que, naturalmente, trouxe grandes vantagens ao empresariado brasileiro, o qual teve o crédito facilitado para lançar bases na África.

No entanto, o comércio do Brasil com a África é bastante concentrado geograficamente, uma vez que suas ações se dirigem, especificamente, para poucos países da África Ocidental, para o Norte da África e para a África do Sul. Mas, por outro lado, essas mesmas regiões têm se destacado nas importações brasileiras,

sendo a Região Ocidental a fornecedora de petróleo, a partir da Nigéria e de Angola (VEIGA, 2011).

Nesse aspecto, a partir de 2003, houve um acentuado crescimento no comércio (exportação e importação) do Brasil com a África, que só foram abaladas em 2009 em meio à crise econômica mundial, resultando saldo comercial negativo em 2010 (ver no gráfico 1 abaixo). Dessa forma, a oportunidade de comércio proporcionou um ambiente propício para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) incrementasse iniciativas em medidas voltadas para a promoção do comércio entre as duas regiões com base em empréstimos brasileiros.

A dinâmica comercial revelava a nova postura, que para Veiga (2011, p.3) “enquanto a África aprofundava sua integração à economia internacional, o Brasil efetuou durante os dois governos Lula, uma ofensiva diplomática que tinha como um dos seus objetivos a expansão do comércio bilateral” que vem resultando num crescimento econômico-comercial entre o Brasil- África.

O comércio entre o Brasil e a África registra crescimento substancial nos últimos 10 anos, tendo em conta o aprofundamento das relações políticas entre os dois lados. E os principais produtos comercializados são oriundos da área de energia (petróleo e gás), agricultura (alimentos e fertilizantes), gado (carne), mineração (minério de ferro) e automotivo (veículos e peças). Os 10 principais parceiros comerciais do Brasil na África Subsaariana são a Nigéria (32,83%), África do Sul (11,43%), Angola (8,68%), Gana (1,47%), República Democrática do Congo (0,77%), Senegal (0,71%), Costa do Marfim (0,69%), Cabo Verde (0,45%), Benin (0,42%) e Mauritânia (0,41%). Esses países responderam por 57,87% do total do comércio bilateral com a África Subsaariana no período (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011, p.100).

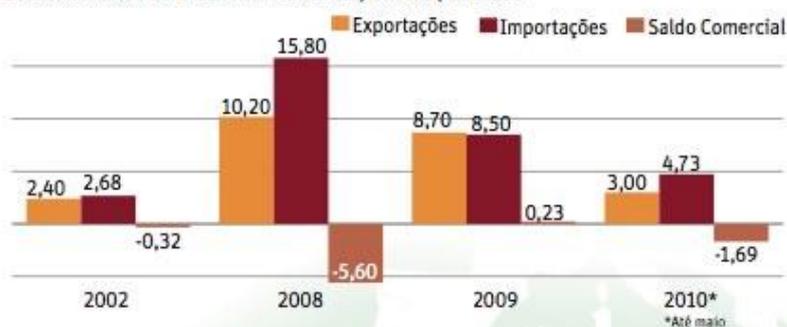
Durante esse período, a ofensiva diplomática brasileira, na África, foi objeto da política do governo no sentido de diversificar os parceiros comerciais do país, de modo a fortalecer a sua economia e projeção internacional. E, ao mesmo tempo, uma oportunidade para a globalização do país.

## Gráfico 01 - Relação econômica-comercial Brasil-África

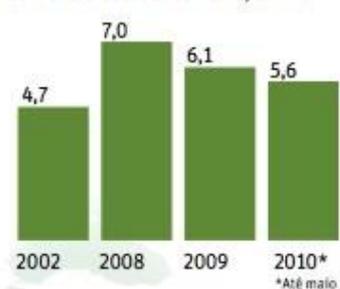
### RELAÇÃO ECONÔMICA BRASIL-ÁFRICA FICA AQUÉM DE OFENSIVA DIPLOMÁTICA

Comércio e investimentos crescem, mas continuam concentrados em poucos países; Brasil segue deficitário

Comércio total do Brasil com a África, em US\$ bilhões

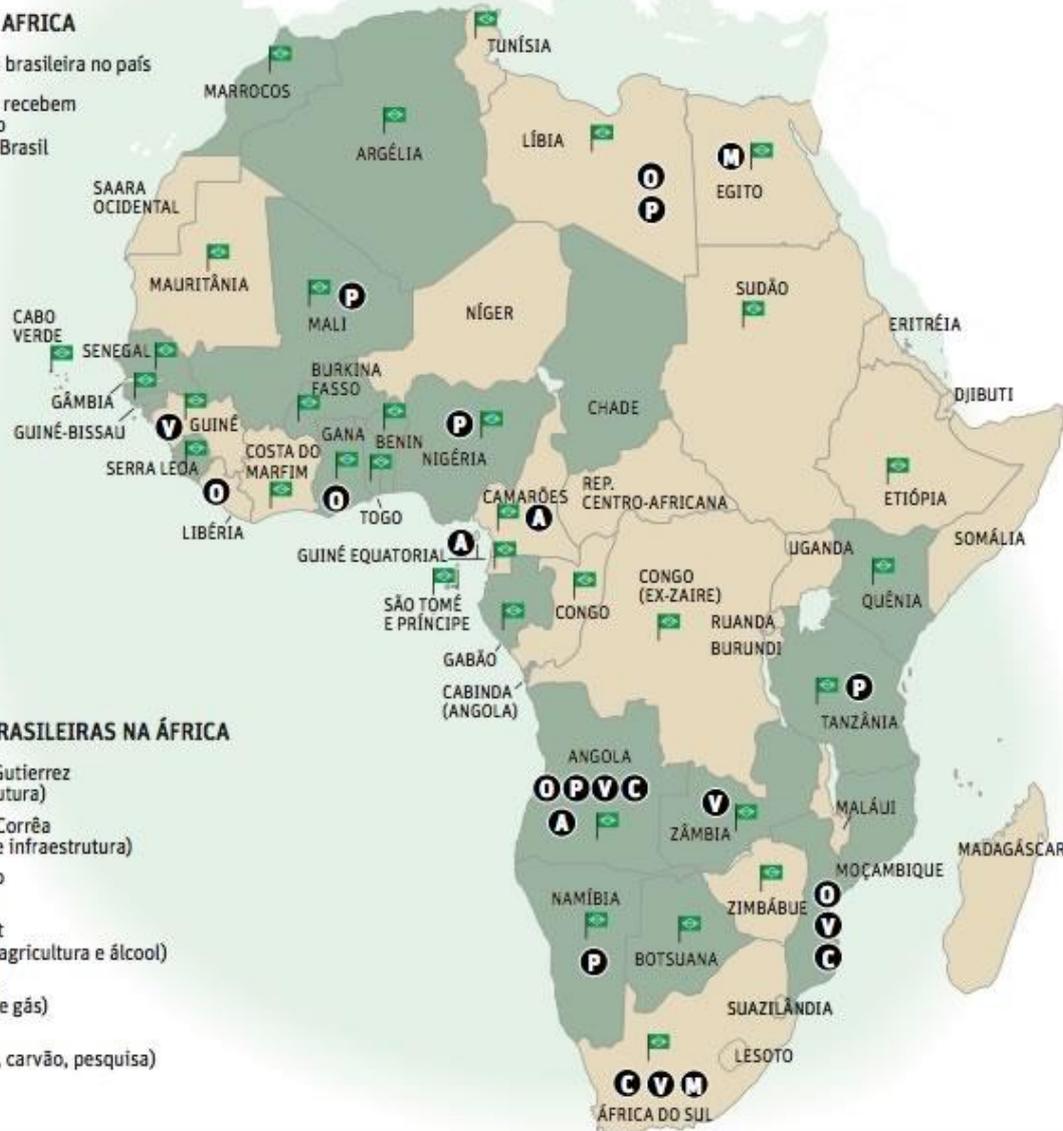


Participação da África no comércio total brasileiro, em %



### O BRASIL NA ÁFRICA

- Embaixada brasileira no país
- Países que recebem cooperação técnica do Brasil



### EMPRESAS BRASILEIRAS NA ÁFRICA

- A** Andrade Gutierrez (infraestrutura)
- C** Camargo Corrêa (cimento e infraestrutura)
- M** Marcopolo (ônibus)
- O** Odebrecht (imóveis, agricultura e álcool)
- P** Petrobras (petróleo e gás)
- V** Vale (minérios, carvão, pesquisa)

Fonte: Ganga Macota (2010).

Olhando para os gráficos, observa-se que o comércio total - do Brasil com a África – cresceu ao longo dos anos do governo Lula, haja vista os fluxos comerciais baseados no formato de intercâmbio bilateral – o que deu, ao país, uma forte atuação na exportação para o continente e, ao mesmo tempo, um crescimento gradual da importação brasileira originária da África.

As iniciativas políticas do governo brasileiro, na África, mostram que há, sim, algum impacto sobre os fluxos de comércio bilateral surgido a partir da constatação de que a Líbia e a Guiné-Equatorial, países com os quais o governo Lula estreitou as relações diplomáticas, aparecem em 2008-2010, entre os dez maiores exportadores africanos para o Brasil, algo que não acontecia nos períodos dos governos antecessores (VEIGA, 2011).

Em 2008, constatava-se os mais altos fluxos de comércio Brasil-África, tanto nas exportações (US\$ 10,20 bilhões) quanto nas importações (US\$ 15,80 bilhões) entre as duas regiões, pelo fato de que o governo brasileiro, através das empresas nacionais que atuam no continente africano, tem se movimentado muito nas exportações de bens e serviços para os países da África, onde marcou sua presença, em particular no acordo de comércio bilateral que o governo exerceu durante esse período com diversos países africanos.

A consequência desse crescente aumento de comércio são os incentivos e empréstimos feitos por BNDES para as empresas brasileiras, a fim de que as mesmas possam incrementar os negócios em África (no âmbito da ação conhecida como “Programa Integração com a África”). Uma iniciativa que ganhou maior destaque no ano de 2008, época em que houvesse a concessão de R\$ 477 milhões, elevando-se para R\$ 649 milhões em 2009, o que pode ser atribuída a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), estabelecida em 2008 para promover a expansão econômica nacional (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011, p.83).

No que refere à importação brasileira originária da África, o petróleo se destaca como o produto mais importado, proveniente majoritariamente o petróleo que constituiu uma parcela maior de Angola e Nigéria - dois grandes produtores. Mas, logo em seguida, também foram firmados acordos com a Líbia e Guiné-Equatorial – igualmente produtores destacados no setor petrolífero. Mas, de modo geral, as principais origens das importações brasileiras no continente foram Nigéria, Argélia,

Angola Líbia, Guiné-Equatorial e África do Sul, sendo os principais produtos petróleo, ferro, produtos químicos, pérolas e pedras preciosas (LEITE, 2011, p.183).

A participação da África, no comércio total brasileiro, aumentou ao longo do período (2002-2010) pela importância que o continente africano atingiu, a partir da estratégia política do governo Lula da Silva, voltada para os países em desenvolvimento.

Há que se ressaltar, igualmente, a crise econômica de 2008-2009 - que atingiu fortemente a maioria dos países, inclusive grandes potências da Europa e o EUA. A China que é maior parceiro comercial com a África no *ranking* dos países, diminuiu bruscamente a sua participação no comércio bilateral com o continente em 2008, mas que voltou a integrar-se no ano seguinte. Entretanto, e em razão a política de diversificação de parceiros adotada pelo governo Lula, o Brasil conseguiu enfrentá-la com mais facilidade.

### **3. PROJEÇÃO DO BRASIL NA ÁFRICA**

O terceiro capítulo trata especialmente da cooperação técnica realizada no âmbito da Cooperação Sul-Sul e de aspectos econômicos empresariais, ou seja, dos negócios das empresas brasileiras na África durante o período estudado. O objetivo é analisar as duas vias de projeção do Brasil para a África e destacar a internacionalização das empresas brasileiras no continente africano, principalmente em Angola e Moçambique, analisando seus projetos e ações de forma a compreender seus efeitos tanto para as condições socioeconômicas dos africanos quanto para a imagem do Brasil. Desta forma, queremos ressaltar desde já que no âmbito da cooperação técnica, ou seja, a cooperação Sul-Sul e a atuação das empresas brasileiras nos países africanos têm sido importantes na construção da imagem internacional do Brasil que, lamentavelmente, é prejudicado pela ação de certas empresas. Esses prejuízos causados por certas empresas brasileiras serão vistos no item 3.2.5 deste capítulo.

#### **3.1. Cooperação Sul-Sul no Governo Lula**

Quando se fala da Cooperação Sul-Sul abre o entendimento de uma cooperação técnica para o desenvolvimento de diferentes áreas da necessidade e de experiência entre países em desenvolvimento. No caso do Brasil, a cooperação Sul-Sul é usada como instrumento para enfrentar os problemas de crescimento e desenvolvimento do país (SOARES DE LIMA, 2005). Dessa forma, o governo Lula buscou desde início de 2003 a possibilidade de diversificar as relações do Brasil com os diferentes parceiros internacionais, o que vem dando maior relevância para os acordos de cooperação técnica horizontal.

Nesse âmbito, a cooperação Sul-Sul ganhou espaço importante para a política externa do seu governo. Estabilizou as relações da CSS tanto com os países mais próximos quanto aos considerados potências regionais, assim como o continente africano, afirmando a capacidade do Brasil como uma potência alternativa no plano internacional.

No entanto, a África se encontra em rápida transformação, que de certa forma, permitiu ainda mais as ações de CSS entre os dois lados do Atlântico Sul, que têm as

fortes ligações históricas e culturais. Ainda que, de acordo com Banco Mundial; Ipea (2011, p.4):

A tecnologia brasileira parece ser de fácil adaptabilidade a muitos países africanos em razão das semelhanças geofísicas de solo e de clima, possibilitando assim, o sucesso do Brasil no plano social e econômico que atraiu a atenção de muitos países de língua portuguesa na África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe) com os quais o país possui ligações históricas pela identidade cultural decorrente da colonização por Portugal.

A política de cooperação, no âmbito das relações Sul-Sul do Brasil com os países africanos, foi usada de forma relevante na política externa do governo Lula para manter acordos bilaterais com Angola e Moçambique, países que obtiveram especial atenção na implementação dos projetos com base nessa cooperação.

Mas, de uma forma geral, o Brasil realizou vários projetos no âmbito da CSS com os países da África, considerando que a maioria dos países africanos, especialmente da África Subsaariana, para Banco Mundial; Ipea (2011, p.4) “solicitam cooperação com o Brasil em cinco áreas principais: agricultura tropical; medicina tropical; ensino técnico (em apoio ao setor industrial); energia; e proteção social”. São áreas totalmente vulneráveis na maioria dos países do continente e que precisariam de grande apoio para uma melhoria de porte.

A política externa brasileira passou a atuar, de forma mais incisiva no continente, a partir de 2003.

Para realização de projetos de cooperação Sul-Sul (ou cooperação técnica), a ABC responsável por negociar, coordenar, implementar e acompanhar as atividades, estabelece parcerias com agências executoras, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), nos setores de agricultura, saúde e educação profissional, que serão áreas de destaque no desenvolvimento deste estudo.

Desta forma, nas principais áreas em que o Brasil vem desenvolvendo ações de cooperação Sul-Sul com os países africanos, Angola e Moçambique, destacam-se agricultura, saúde e educação profissional, com órgãos públicos responsáveis, ABC em parceria com EMBRAPA, FIOCRUZ e SENAI respectivamente. Nas áreas de energia e proteção social também houve cooperação, embora não contem com órgãos

especializados de apoio, como por exemplo, na área energética há participação de diversas empresas privadas brasileiras que trabalham com esse serviço nesses países, enquanto a proteção social é promovida por meio de vários ministérios e agências do governo em parceria especial com a ABC nos países africanos.

### **3.1.1. Agricultura**

O Ministério da Agricultura, através da Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), atua junto dos parceiros africanos, Angola e Moçambique, na implementação dos projetos modelo na área da Agricultura para ajudar os países africanos a alcançar melhor nível de produção agrícola, a fim de desenvolver o setor e promover agronegócio no continente (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011). Nessa base, a Embrapa “busca auxiliar, promover e fomentar o desenvolvimento social e o crescimento econômico através da transferência de tecnologia e da troca de conhecimentos e de experiências no campo da pesquisa agropecuária” (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010, p. 25).

A partir dessa perspectiva, vale a pena ressaltar que o setor agrícola, além de ser a base de produção de alimentos, é a principal atividade econômica dos países africanos. Nesse sentido, constituem exemplos de atuação da empresa na área agrícola o Projeto Cotton-4 (que entrega Benin, Burkina Faso, Mali e Chade) e o Projeto de Desenvolvimento da Rizicultura no Senegal. E porquanto não sejam países do foco deste estudo, mesmo assim merecem ser citados como exemplo da cooperação que se efetivou – no desenrolar do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Por sua vez, há que se destacar Angola, que passou por longo período da devastadora guerra civil (1975-2002), que afetou a produção agropecuária e, conseqüentemente, a pesquisa, que precisaram mudar de cenário para se adaptar às novas técnicas da área. Nessa perspectiva, em 2004, houve uma preocupação do governo angolano, no sentido de identificar possibilidades de transferência de tecnologias e produtos da Embrapa para Angola. Nessa conjuntura, a empresa buscou fazer parceria para ajudar o país africano, apoiando o Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola (SNIA) com a sua longa experiência na pesquisa e inovação agrícola, no âmbito das relações Sul-Sul (VIEIRA, 2009).

Nesse sentido, a Embrapa se dispôs a dar suporte ao governo angolano no fortalecimento das instituições de pesquisa e na promoção de sustentabilidade do sistema agropecuário no país, com tecnologias tropicais brasileiras. Com essa iniciativa, a empresa levou sua experiência de culturas para aquela terra, treinando técnicos angolanos em novas experimentações agrícolas, a fim de conseguir que obtivessem resultados positivos no cultivo de produtos agrícolas, tais como arroz, feijão, soja, milho e hortaliças (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2008).

A inovação tecnológica da Embrapa, levada no acordo de cooperação técnica com o governo angolano, serviu de grande transformação agrícola local e, sobretudo, na reestruturação do Instituto de Agricultura de Angola (IAA), que incluiu a criação de 16 centros de pesquisa até 2013. A atuação da empresa promoveu um grande aumento no nível de produtividade agropecuária angolana, de forma que o setor vem superando os limites, com ênfase na capacidade de implementação dos projetos de melhoria agrícola (EMBRAPA, 2009).

Já em Moçambique, a Embrapa- Moçambique executa, desde 2010, a atividade de Apoio Técnico ao Desenvolvimento de Inovação, através do projeto que visa a ampliar a capacidade de pesquisa e inovação do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), no que diz respeito ao fortalecimento do setor agrário e de nutrição no país africano. Dentro do continente, Moçambique é o país no qual o Brasil possui maior número de projetos de cooperação técnica.

Para fortalecer a capacidade do sistema de inovação tecnológica em áreas estratégicas, e as quais são importantes para o desenvolvimento agrícola e rural de Moçambique, o programa Embrapa- Moçambique está dividido em três projetos de atuação: o projeto Plataforma, o projeto ProAlimentos e o projeto ProSavana. Cada um desses projetos tem uma atuação específica no setor agrário moçambicano, mas ao todo visam fortalecimento das instituições de desenvolvimento agrário e a disseminação da tecnologia em Moçambique.

O Projeto Plataforma (ou Plataforma de Investigação Agrária e Inovação Tecnológica- PIAIT), assinado em maio de 2010, visa fortalecer tecnológica e institucionalmente o sistema de pesquisa e inovação do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM).

Nessa base, segundo Avelhan (2005, p.10):

Existem principais componentes que norteiam o desenvolvimento do projeto, entre eles o fortalecimento do sistema de produção de sementes, estabelecimento do sistema de comunicação e informação para transferência de tecnologia e o desenvolvimento de um sistema de gestão estratégico, para acompanhar e avaliar a pesquisa agropecuária.

Entre os resultados já obtidos na implementação desse projeto, destacam-se a emissão de sete técnicos do IIAM para treinamento em fluxo editorial e design gráfico; a construção de um estúdio de Rádio para elaboração de programas tecnológica e a disposição de acesso remoto a base de dados da Embrapa (LEITE; SILVA, 2013). O projeto é realizado através de uma cooperação trilateral entre o Brasil, os EUA e Moçambique, orçada em US\$ 14,6 milhões e que teve início em 2010 e previsto que mantivesse até 2014 (AVELHAN, 2015).

Na base de implementação do Projeto Plataforma, observamos que não surgiu nenhuma controvérsia a respeito da ação desencadeada para o desenvolvimento da atividade agropecuária no país, não havendo indicações de críticas negativas sobre o impacto desse projeto. E, isso, pelo fato de que o acesso à tecnologia, ou seja, a troca de conhecimento é aspecto fundamental para o desenvolvimento agrícola. E o projeto vai, justamente, ao encontro da natureza dos objetivos oficiais declarados pela política brasileira de cooperação para o desenvolvimento, que sustenta a base da transferência de tecnologia.

O Projeto ProAlimentos (ou Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique) é um projeto de segurança alimentar em Moçambique, iniciado no período de 2010. O projeto é financiado pelos governos do Brasil, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e dos EUA, através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e executado pela Embrapa, pela Universidade de Florida, pela Universidade Estadual de Michigan e pelo Ministério da Agricultura de Moçambique, através do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) (EMBRAPA, 2015).

As ações do projeto estão direcionadas para o fortalecimento da produção de hortaliças por produtores de base familiar, destinadas ao consumo *in natura* e processadas (AVELHAN, 2015). Também é lavado em conta, pelo referido projeto, a capacitação dos recursos humanos para aprender as novas técnicas por meio dos cursos realizados no Brasil, nos EUA e em Moçambique. A partir dessa iniciativa,

encontram-se variedades de produtos brasileiros, entre os quais tomate, cebola, alface, cenoura, repolho, beterraba, pimentão e alho – todos em teste na estação agrária de Umbelúze (LEITE; SILVA, 2013).

Constatamos uma percepção semelhante no Projeto Plataforma, no qual o ProAlimentos é um projeto sustentado de forma muito semelhante à política brasileira de cooperação para o desenvolvimento, e estabelecida no pronunciamento oficial, sendo que se refere a não condicionalidades quanto à execução dos programas. Dessa forma, não é alvo de críticas nas bibliografias consultadas. E considerando que Moçambique tem uma base da agricultura familiar, o projeto obteve uma excelente receptividade da sociedade civil.

O Projeto ProSavana (ou Programa de Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais no Corredor de Nacala em Moçambique) é o maior projeto na área agrícola em que o Brasil atua através da Embrapa- Moçambique, sendo o mais complexo e mais estudado para a sua implementação. Mas, há que se dizer, foi o que gerou maiores críticas no seio da sociedade. O projeto tem, por objetivo, uma melhoria da capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala em Moçambique (LEITE; SILVA, 2013). ProSavana é também resultado de uma cooperação trilateral, que envolve além da Embrapa em conjunto com a ABC, também a atuação da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e do governo moçambicano (EMBRAPA, 2012). Foi assinado em 2009 e lançado em 2011, com ação voltada para a produção em larga escala e exportação, juntamente com a agricultura de subsistência familiar para diminuir a pobreza em Moçambique.

No ProSavana, o programa Embrapa- Moçambique tem como objetivo:

Fortalecimento da capacidade do sistema de inovação tecnológica em áreas estratégicas para o desenvolvimento agrícola de Moçambique. Além disso, visa aumentar a competitividade do setor, tanto em matérias de segurança alimentar (orientado para agricultura familiar) como na geração de excedentes exportáveis (agricultura orientada para o agronegócio) (LOMBARDO, 2015, p.75).

Com base nisso, o projeto se destina a dar maior suporte na investigação e transferência de tecnologia no Corredor de Nacala. A partir dessa iniciativa, observa-se que o ProSavana possui alguns objetivos semelhantes aos dois projetos destacados acima (Plataforma e ProAlimentos), tendo em conta a ação de

desenvolvimento tecnológico com a produção em pequena escala. Enquanto o seu diferencial é a utilização da tecnologia para revolucionar a agricultura no Corredor de Nacala, numa perspectiva de produção em larga escala voltada à exportação (agronegócio).

Verificamos que o ProSavana se diferencia dos dois projetos quanto à causa gerada ao longo da sua implementação em relação com a população, ou seja, com a sociedade civil que se queixa de falta de transparência do projeto. Em algumas literaturas, há críticas sobre o projeto, de que o mesmo estaria prejudicando a atividade agrícola de milhares de camponeses, os quais perdem suas terras em que praticam lavoura.

O ProSavana é o maior e mais polêmico projeto de cooperação do Brasil na África. Não se trata somente apenas de pesquisa agrícola, como as atividades da Embrapa em outros países africanos. Pretende desenvolver uma cadeia agrícola completa no Corredor de Nacala, com ações de estímulo tanto à produção como à comercialização (ROSSI, 2015, p.232).

Em sendo assim, é o primeiro projeto brasileiro que consiste na cooperação e interesses econômicos, sendo ainda o mais longo, com uma duração de 20 anos (2011- 2030). Os beneficiários, estimados para o projeto, somam 400 mil pequenos e médios agricultores, em uma área de 14,5 milhões de hectares (o tamanho de Ceará), onde vivem 4 milhões de pessoas (ROSSI, 2015). Duas associações de camponeses, localizadas na região, lamentaram muito o ProSavana, pedindo esclarecimento de como vão ser tratados, posto que a integração dos camponeses ao programa parece não ser a prioridade, uma vez que os interesses econômicos se sobrepõem, num mundo capitalista. Por isso, há divergências em torno do ProSavana que, para alguns, representa desenvolvimento de Moçambique. Para outros, ele é a reprodução do agronegócio nos modelos brasileiros para atender as demandas externas.

### **3.1.2. Saúde**

Na área da saúde, o Brasil desenvolveu vários acordos bilaterais com os países africanos, que atinge a casa de 53 acordos celebrados com 22 países do continente. Acordos, esses, que atendem às necessidades para o tratamento da HIV/AIDS e outros tipos de doenças frequentes, como a malária e a anemia falciforme, nas quais o Brasil tem uma larga experiência reconhecida por parceiros africanos. E, nesse

aspecto, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) – uma conceituada instituição brasileira voltada para a pesquisa e para o desenvolvimento de ciências bioquímicas - vem mantendo relação de parceria com entidades dos países africanos (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

Neste contexto, os Países Africanos da Língua Portuguesa- PALOP (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe) constituem a prioridade de cooperação em saúde, em razão dos laços históricos, políticos e culturais com o Brasil. Destacando-se, evidentemente, Angola e Moçambique porque ambos compõem o foco deste trabalho.

Mas levando em conta esse cenário, o Brasil também se propôs a ajudar outros países a superarem as dificuldades enfrentadas pelas novas epidemias que assolam os povos. Observou-se, pois, que era muito importante adotar medidas mais eficazes para a cooperação em saúde, e que não sejam somente as verticais, ou seja, dos países do Norte para os do Sul, posto que tais ações se vinculam a doenças específicas e possuem pequeno impacto nos sistemas de saúde. Por essa razão, que segundo Fedatto (2015, p.4):

O Brasil, portanto, através do Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS) da Fiocruz, desenvolveu o conceito de cooperação estruturante de saúde, buscando romper com o modelo Norte-Sul. O conceito brasileiro é crítico à Cooperação Vertical, pois a considera uma transferência passiva de conhecimento e tecnologias que não auxilia na capacitação autônoma dos agentes dos países receptores.

A *Cooperação Estruturante em Saúde* (CES) desenvolvida pela Fiocruz tem como principais focos o treinamento de recursos humanos e a construção de capacidades em pesquisa, ensino ou serviço para o fortalecimento ou criação de “instituições estruturantes” do sistema de saúde, tais como Ministérios da Saúde, Escolas de Saúde Pública, Institutos Nacionais de Saúde, Universidades ou cursos técnicos, escolas politécnicas em saúde, institutos de desenvolvimento tecnológico e de produção de insumos, incluindo fábricas de medicamentos. A proposta é que estas instituições operem coletivamente em redes nacionais e regionais, em que cada um apoia o outro para estruturar e fortalecer os sistemas de saúde de seus respectivos países (ALMEIDA et al., 2010).

Essas características de atuação foram estabelecidas pela Fundação na cooperação técnica para o desenvolvimento com os PALOP, que tinha sido

desenvolvida inicialmente com apoio de Cooperação Japonesa (JICA) e posteriormente, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na década de 90 que define um plano estratégico de cooperação em saúde.

**Quadro 02 - Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP: Eixos Estratégicos e Redes Estruturantes**

<b>EIXOS ESTRATÉGICOS</b>	EE1 – Treinamento e desenvolvimento de mão de obra da área da saúde
	EE2 – Informação e comunicação na saúde
	EE3 – Pesquisa em saúde
	EE4 – Desenvolvimento do complexo industrial da saúde
	EE5 – Vigilâncias epidemiológica e monitoramento de situação da saúde
	EE6 - Emergência e desastres naturais
	EE7 – Promoção e proteção da saúde
<b>REDES ESTRUTURANTES</b>	RE1 – Institutos nacionais da saúde
	RE2 – Escolas nacionais de saúde pública
	RE3 – Escolas técnicas de saúde
	RE4 – Centros técnicos de instalação e manutenção de equipamentos

**Fonte:** CPLP (2009).

A partir dessa iniciativa, o Brasil vem demonstrando um papel ativo no cenário global, representado pela Fiocruz como centro de articulação das estratégias voltadas à saúde no âmbito das relações Sul-Sul, com sua constante participação nos organismos multilaterais da saúde (OMS/OPAS), assim como no organismo de saúde dos países nos quais o Brasil mantém esse modelo de cooperação. Porém, entende que a CES cria múltiplas possibilidades de negociação na área da saúde, pois

apresenta modelo expressivo e fortemente capaz de produzir melhores resultados para a saúde da população de cada país envolvido no processo.

Para o desenvolvimento da Medicina, desde de 1990, a Fiocruz começa a incrementar projetos de cooperação com o continente africano, relacionamento que se intensificou durante os governos de Lula, especialmente durante o segundo mandato do presidente, seguindo as diretrizes da política externa que visa manter uma forte relação em âmbito da cooperação Sul-Sul. Nessa base, a Fundação tornou-se o elemento principal na execução dos projetos de cooperação internacional em saúde com a África e estabelecendo o seu papel estratégico pela região, que em 2008 criou-se o Escritório de Representação da Fiocruz no continente, com sede em Moçambique. Dessa forma, passou a desenvolver projetos em diferentes países africanos, especialmente em Angola e Moçambique- país que é um dos pontos focais das ações brasileiras de cooperação na área da saúde pública.

Durante o governo Lula, a cooperação internacional da Fiocruz cresceu de forma importante, priorizando as áreas sociais, entre elas a saúde, na política externa brasileira. Nesse sentido, desencadeando as atividades da pesquisa propriamente dita e de cooperação técnica para o desenvolvimento, que envolve a capacitação/formação de recursos humanos e fortalecimento institucional e entre vários outros (BRANDÃO, 2010).

A cerca da atuação do Brasil, no campo da saúde e no período do governo Lula - composta pelos dois mandatos - destaca-se os seguintes projetos de cooperação com os dois gigantes dos PALOP: Em Angola, a Criação e Fortalecimento de Escolas Nacionais de Saúde Pública. E em Moçambique, a Capacitação em Serviços de Saúde, Institutos Nacionais de Saúde, Escolas politécnicas de Saúde e Implementação da Fábrica de Medicamentos Antirretrovirais. Sendo importante destacar que todas essas ações feitas seguem o conceito, já exposto, de “cooperação estruturante em saúde” da Fiocruz (FEDATTO, 2015).

A cooperação brasileira com Angola é significativamente importante. Em Angola, o Proforsa (Projeto de Fortalecimento do Sistema de Saúde em Angola) é um dos projetos mais conhecidos no campo de saúde nesse país, com uma atuação trilateral entre o Brasil, Angola e Japão. O Proforsa visa à capacitação individual e institucional para saúde pública de Angola, de modo a superar as grandes dificuldades que se encontram nesse setor no país. Além do apoio à criação da Escola Nacional

de Saúde Pública de Angola (ENSPA) que foi planejado pela Fiocruz, em 2007, para realização do primeiro curso de Mestrado em Saúde Pública no país africano.

Diante desse cenário, analisa-se o ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica de 1980, assinado em 2007, que tem como objetivo a capacitação dos sistemas de saúde da Angola, bem como o fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde. O primeiro artigo descreve que:

A cooperação desenvolver-se-á nos seguintes domínios, considerados de interesse comum: a) apoio à organização e implementação do curso de Mestrado em Saúde Pública em Angola para formar profissionais que atuarão no ensino, investigação e cooperação técnica na Escola de Saúde Pública de Angola; apoio à estruturação de uma rede de bibliotecas em saúde em Angola; apoio à reestruturação das Escolas Técnicas de Saúde de Angola; apoio ao fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde Pública de Angola. (BRASIL- MRE, 2007a).

Esse acordo, assinado entre os dois países, estabeleceu que a coordenação do projeto, por parte do Brasil, ficou sob a responsabilidade da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), juntamente com a Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde. Por parte de Angola, a responsabilidade coube ao Ministério da Saúde. E execução das atividades, em si, ficaram a cargo da Fiocruz e da Direção Nacional de Recursos Humanos de Angola.

No que diz respeito às responsabilidades de cada país no desenvolvimento desse acordo de cooperação, o artigo terceiro apresenta que, para o Brasil, caberia designar e enviar especialistas brasileiros a Angola para desenvolver as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto; receber especialistas angolanos para serem capacitados pelas instituições executoras do Projeto e acompanhar e avaliar o desenvolvimento do mesmo. Já para o país africano, coube designar os especialistas angolanos que participariam das atividades de cooperação técnica no âmbito do Projeto, tanto no Brasil, como em Angola; disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades em Angola; prestar apoio necessário aos especialistas brasileiros na execução do Projeto e, ainda, em ação conjunta com o Brasil, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto (BRASIL-MRE, 2007a).

Já a cooperação brasileira com Moçambique constitui o principal foco da diplomacia em saúde da política externa brasileira. Considerando o conjunto dos projetos que compõem a linha do conceito de cooperação estruturante acordado com

o governo moçambicano, país com maior destaque nos acordos de cooperação para o desenvolvimento celebradas com os PALOP. Que segundo Fedatto (2015, p.11):

Em 2010 40% dos projetos brasileiros direcionados aos PALOP envolviam Moçambique. Com efeito, a formação e aperfeiçoamento de recursos humanos locais é uma das prioridades das linhas de ação do Brasil no país africano, visando estruturar e fortalecer os sistemas de saúde para que sejam capazes de enfrentar autonomamente seus problemas. Por isso, a Fiocruz atua em conjunto com os Ministérios da Saúde e das Relações Exteriores de vários países para a criação de cursos de mestrado e doutorado.

Nesse quadro, cabe analisar-se o “Fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde de Moçambique”, que se trata de um ajuste complementar- assinado em 2007- o Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, de 1981. Que visa a fortalecer o Instituto Nacional de Saúde de Moçambique para melhorar a capacidade de gestão de serviços de saúde, assim como beneficiar as escolas politécnicas de saúde. A iniciativa revela, no seu artigo primeiro a sua finalidade:

a) apoiar a organização e implementação do curso de Mestrado em Ciências da Saúde em Moçambique para formar futuros profissionais que atuarão no ensino e na pesquisa no país; b) apoiar a reestruturação da rede de bibliotecas em saúde; c) apoiar a elaboração do Planejamento Estratégico do Instituto Nacional de Saúde de Moçambique (BRASIL-MRE, 2007b).

No que se refere às responsabilidades a serem assumidas por cada um dos países, o artigo terceiro do Ajuste Complementar estabelece que, para Brasil, caberia a responsabilidade de designar e enviar especialistas brasileiros a Moçambique para desenvolver as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto; receber especialistas moçambicanos no Brasil para serem capacitados pelas instituições executoras do Projeto; assim como acompanhar e avaliar o desenvolvimento do mesmo. Por outro lado, da parte de Moçambique, coube-lhe designar especialistas moçambicanos que participariam das atividades do Projeto no Brasil e em Moçambique; disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades em Moçambique; prestar apoio necessário à execução do Projeto aos especialistas brasileiros e acompanhar e avaliar em conjunto com o Brasil o desenvolvimento do mesmo (BRASIL-MRE, 2007b).

Nesse sentido, observa-se que as ações implementadas nos dois países africanos, Angola e Moçambique, possibilitaram um grande avanço no setor da saúde,

tendo em vista o resultado que sobreveio pelo fortalecimento institucional e pelo nível de qualificação de recursos humanos em área de saúde que obteve uma mudança satisfatória. Por outro lado, os resultados têm sido muito positivos para a saúde das suas populações

Além de implementar uma série de projetos-modelo em saúde, ou seja, em medicina tropical, a FIOCRUZ desenvolve parceria com o governo de Moçambique que prevê a construção de um laboratório farmacêutico que produzirá medicamentos para o tratamento de HIV/AIDS e outras doenças. O laboratório habilitará Moçambique a exportar para os países vizinhos (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

Nesse sentido, analisa-se o ajuste complementar ao Acordo Geral de Cooperação de 1981, assinado em 2003, que visa a fortalecer a Indústria Farmacêutica em Moçambique, com o intuito de combater as doenças denominadas HIV/AIDS. Com essa iniciativa, ao Brasil caberia “desenvolver o Projeto objeto do presente ajuste; selecionar e enviar profissionais brasileiros para desenvolver o Projeto; levantar dados técnicos econômicos necessários ao desenvolvimento do Projeto; e também acompanhar e avaliar o desenvolvimento do mesmo. Por outro lado, o país africano caberia apoiar o desenvolvimento do Projeto; indicar os profissionais moçambicanos para participar do acompanhamento do projeto; e prestar apoio necessário aos profissionais enviados pelo Governo brasileiro, especialmente no que diz respeito ao fornecimento das informações para realização do Projeto (BRASIL-MRE, 2005).

Com a ação da política externa do governo Lula, o Brasil se empenhou muito no combate à AIDS na África, principalmente em Moçambique, onde a epidemia afeta um grande número das pessoas adultas. Em razão disso, o Brasil se mobilizava na criação da fábrica pública nesse país, acordo assinado na primeira viagem do Lula à África em 2003, e na qual o projeto foi concretizado no final de 2010 com as instalações (num custo estimado em 20 milhões de dólares). E começou a operar em 2013, com a transferência da experiência brasileira de produção de genéricos contra a AIDS, através da Fundação Oswaldo Cruz, instituição que ficou responsável pela tarefa (ROSSI, 2015).

### **3.1.3. Educação profissional**

Na área voltada para a educação, com formação dos profissionais, existe uma atenção especial voltada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) nos países africanos, principalmente em Angola e Moçambique - onde foram construídos centros de formação profissional. Além disso, também a Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe tiveram a mesma oportunidade. Neste contexto, a instituição atua no desenvolvimento do ensino profissionalizante para capacitar recursos humanos e apoiar as políticas de promoção de emprego para os jovens (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011). Sendo, pois, um dos principais parceiros do Governo brasileiro para atuação externa no âmbito da Cooperação Sul-Sul.

Neste campo, a ABC, por meio da parceria com SENAI para atuação na África, ou seja, em Angola e Moçambique, é o resultado de vários anos de planejamento e coordenação, que a partir dos anos 2000 e ao longo da década, começou a abrir centros de formação profissional nesses países africanos, e com o objetivo de construção e reconstrução, sobretudo naqueles países – Angola e Guiné-Bissau – os dois recém-saídos de uma devastadora guerra civil.

Por conseguinte, “o projeto apoiou a formação de quadros qualificados nas áreas de mecânica de motores, construção civil, eletricidade, vestuário e informática, contribuindo para o esforço de reinserção social” (ABC, 2016c) e desenvolvimento econômico e social, assim como adequação do padrão cultural. Essas ações de dimensão social e cultural têm sido relevantes no efeito das transformações para o desenvolvimento desses países africanos, assim como aqueles que beneficiam de forma indireta com alguns projetos de cooperação executados pelo Brasil no continente.

Diante de crescente retomada da cooperação entre os países em desenvolvimento, esta política de cooperação ganhou, na agenda política externa brasileira, uma especial atenção ao longo da primeira década. E o governo brasileiro então percebe a qualidade do serviço oferecido pela instituição e a experiência internacional da entidade. Tanto, que passa a solicitar, com maior frequência, o auxílio da instituição no atendimento às demandas sempre crescentes dos países em desenvolvimento, especialmente Angola e Moçambique.

O Centro de Formação Profissional Brasil-Angola deu início a uma nova etapa do SENAI na cooperação internacional para o desenvolvimento e na qual obteve uma

relação direta com o Governo brasileiro na área. Desta forma, foi o primeiro centro do SENAI instalado no exterior, através do acordo afirmado em 1997 e com a sua abertura em 2000. A partir deste projeto, a instituição ampliou sua participação de cooperação em várias atividades a convite da ABC, o que vem envolvendo, ao longo da primeira década do século XXI, a concepção de todo um sistema de formação profissional, incluindo procedimentos de gestão, capacitação de formadores e equipamento de espaços de treinamento, devido às necessidades e à realidade local. E entre 2000 a 2006, mais de 3 mil angolanos foram capacitados pelo centro em áreas como mecânica diesel, construção civil, confecções e tecnologia da informação (WAISBICH; POMEROY, 2016).

Já em Moçambique, o SENAI atua em duas parcerias: uma, com a empresa brasileira fora do Brasil, a Vale, que ganhou a concessão para exploração de mina de carvão na Província de Tete, em Moçambique, iniciada em 2011. Mas a preparação dos técnicos que trabalhariam na mina começou bem antes do período do início da exploração, que ficou sob a coordenação técnica e execução da instituição, que tem completamente a legitimidade de “coordenar todo o programa de formação profissional, o qual prevê turmas de Operador de Equipamentos de Mina, Operador de Equipamentos de Usina, Mecânico de Manutenção e Eletricista de Manutenção” (SENAI, 2010, p.25).

Por outro lado, existe a parceria com a ABC, no acordo para implementação do Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique, assinado em 2009, e na qual a instituição ficou responsável pela execução das atividades no projeto. Nesse âmbito, atuou na capacitação e formação da equipe de profissionais do Centro, para formação de profissionais em áreas de Alimentos e Bebidas, Tecnologia da Informação, Mecânica e Produção, Elétrica e Automação (SENAI, 2010), sempre de conformidade com a demanda do país africano, visando a contribuir para o desenvolvimento social e econômico do mesmo.

Em uma abordagem geral das áreas destacadas de cooperação no âmbito da relação Sul-Sul, é notório que há melhor intercâmbio de ideias, as quais acabam somando várias experiências, conhecimentos e aspectos das relações mais igualitárias entre as partes envolvidas no processo da CSS do Brasil com os países do continente africano, quais sejam, Angola e Moçambique. Nesse aspecto de cooperação, percebe-se, segundo Visentini; Pereira (2008) que a aproximação com

os países africanos não tende à obtenção de resultados em curto prazo, ainda que, em termos econômicos a África represente um mercado importante. Sendo assim, possibilitará maiores avanços para o Brasil na estratégia da sua projeção internacional.

Há também outras áreas importantes como a Energia e Proteção Social que vem sendo levado a cabo pelo conhecimento especializado do Brasil, o que chama muito a atenção de diversos países africanos, principalmente Angola e Moçambique. Na África, o setor privado brasileiro atua com questões energéticas para promover o desenvolvimento sustentável e inclusão social, como o exemplo de Angola, em que a empresa brasileira Odebrecht e a empresa estatal Sonangol de Angola trabalharam de sócias no processo de produção de cana de açúcar para produzir açúcar, etanol e eletricidade, cujo investimento atingiu o expressivo valor de U\$\$ 400 milhões. Por outro lado, o modelo de Proteção Social implementado no Brasil, desde 2003, para diminuir os índices de desigualdade social, isto é, o conhecido Fome Zero, que não se esgota nele mesmo, mas inclui outros programas sociais relevantes, como o Bolsa Família, promovido por meio de parceria entre doze (12) ministérios e agências do governo. Essa experiência de proteção social está servindo de modelo adaptado e reproduzido por diversos países africanos, como Angola, Quênia, Senegal e inclusive Moçambique (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

### **3.2. Empresas e negócios**

A inserção das empresas brasileira na África pode ser entendida a partir de dois tipos que as apelidam: primeiro, as grandes empresas - que tiveram presença desde os anos 1980, sobretudo as que operam com maiores volumes de negócios no continente africano. Segundo, as pequenas e médias empresas – aquelas que vieram se engajado recentemente no continente, durante o governo Lula (2003-2010). O que fez com que durante a última década do século XXI, houvesse um grande crescimento do investimento direto brasileiro no continente africano, em especial em Angola e Moçambique. Ainda se observa que a balança comercial Brasil e África, ao longo de oito (8) anos da governação Lula, tem aumentado com uma melhoria considerável durante seis (6) anos consecutivos (de 2003 a 2008), que só foram abaladas em 2009 em meio à crise econômica mundial, registrando posteriormente queda em 2010.

Neste estudo, destacam-se com maior relevância a atuação das seis (6) grandes empresas brasileiras, entre eles: Petrobras, Vale, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Queiroz Galvão.

### **3.2.1. Empresas antes do governo Lula**

As empresas brasileiras começaram a identificar novas oportunidades de investir nos mercados externos, em especial no continente africano, no início dos anos 1980, momento em que iniciou o investimento do setor privado brasileiro na África. No entanto, as atuações das empresas brasileiras se concentram principalmente nos setores de infraestrutura, energia e mineração, nas quais atuam grandes empresas brasileiras - que engajaram nos países africanos antes e durante o período estudado, como: Petrobras, Vale, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Queiroz Galvão. (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

É importante destacar que as ações relevantes que essas empresas desenvolvem na África foram atraídas, especialmente, por oportunidades nos setores de infraestrutura e exploração de recursos naturais que estão concentradas em diferentes países do continente. Fato que possibilitou um mercado propício para atuação das empresas brasileiras na África, principalmente em Angola e Moçambique e que antes de Lula estavam desenvolvendo ações no continente, entre eles: Petrobras, Andrade Gutierrez e Odebrecht.

*PETROBRAS:* a Petrobras presente em diversos países, desenvolvendo as atividades da exploração e produção do Petróleo e Biocombustível, por intermédio da sua controlada Petrobras Internacional Braspetro B.V. (PIBBV) voltada para ação externa da empresa. A sua “inserção na Angola deu-se em 1979, a convite do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)” (COUTINHO; STEFFENS; VIEIRA, 2014, p.15). Em 1980, começou a atuar no país, tornando-se sócia em seis blocos de petróleo, nos quais quatro a partir de 2006, quando passou a ser operadora de exploração dos três desses blocos (VIEIRA; ABOIM, 2012). Nesse contexto, a empresa não se limitou em expandir os seus negócios no continente, na medida que, em 1998, investiu na Nigéria (grande produtor de petróleo na África) e no início do século XXI, precisamente no período do governo Lula estendeu-se para outros países

do continente, como a África do Sul, Botsuana, Djibouti, Gabão, Gana, Líbia, Libéria, Tanzânia, Namíbia, Benin e República Democrática do Congo.

*ANDRADE GUTIERREZ*: a Andrade Gutierrez presente em onze países do continente africano, entre eles: Angola, Argélia, Camarões, Congo, Gana, Guiné-Conacri, Guiné Equatorial, Líbia, Mali, Moçambique e Nigéria, realizando negócios desde 1984 (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011, p.89). A empresa intensificou atividades em Angola em 2005 e desde então atua na África por intermédio da Zagope Construções e Engenharia, subsidiária da empresa instalada em Portugal, que na qual lhe permite conseguir financiamentos de diversos organismos da União Europeia. O consórcio feito com Zagope, fez lhe realizar a construção de várias estradas e rodovias urbanas nos países africanos (VIEIRA; ABOIM, 2012).

*ODEBRECHT*: a Odebrecht está presente no continente africano desde 1984, prestando serviços de engenharia e construção de infraestrutura em diversos países do continente africano, como: Angola, Moçambique, Gana, África do Sul, Botsuana, Djibouti, Gabão, Líbia, Libéria e República Democrática do Congo. Atuando em seguintes áreas: Porto e aeroportos, irrigação, habitação, mineração, transportes urbanos, hidrelétricas, energia, saneamento, requalificação urbana e agroindústria (ODEBRECHT, 2016).

### **3.2.2. Empresas no governo Lula**

Ao longo da última década, houve a crescente inserção das empresas brasileiras na África. O que conduziu momento decisivo para realização das mudanças necessária no estreitamento das relações internacionais do país, que entre “2001 e 2009, as presenças das empresas brasileiras na África têm crescido de uma forma significativa, possibilitando assim um Investimento Externo Direto (IED) de US\$ 69 bilhões para US\$ 214 bilhões” (VILAS-BOAS, 2014, p.43).

Durante esse período, principalmente em 2008 houve um aumento dos fluxos de investimentos brasileiros no continente, mas levando em conta que, desde meados dessa década várias empresas do país passaram a procurar o continente de forma mais acentuada como destino para seus investimentos (VILAS-BOAS, 2014). Entre eles, destacam-se: Vale, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão- que pertencem conjunto das empresas destacadas para desenvolvimento deste trabalho. Mas há também as

pequenas e médias empresas que se destacaram com suas ações em Angola durante o período em estudo, entre eles: a Engevix, Fidens, Asperbras e Stefanini.

*VALE*: a Vale está presente em África desde 2005, nos países como África do Sul, Angola, Gabão, Guiné-Conacri, Moçambique, República Democrática do Congo, Libéria, Zâmbia e Malauí. No entanto, fez uma parceria com a empresa angolana Genius, oferecendo serviços para o desenvolvimento mineral e de pesquisa, com destaque para níquel e cobre (VIEIRA; ABOIM, 2012).

Nesse sentido, a Vale se destacou para outros países do continente, principalmente em Moçambique, um território rico em recursos naturais e que representa uma região estratégica para os negócios da Vale no continente africano. Resultou-se no começo das relações comerciais da Vale com Moçambique, em 2004, na qual a empresa ganhou concurso internacional para exploração da mina de carvão de Moatize, uma das maiores reservas carboníferas do mundo, que na altura não foi explorada (ROSSI, 2013a).

*CAMARGO CORRÊA*: a construtora está presente na África desde 2005, quando inaugurou escritório comercial em Angola. A partir de lá começou a executar projetos em vários setores, incluindo estradas, rodovias, mineração, saneamento e energia, nos países como a Angola e Moçambique (VIEIRA; ABOIM, 2012).

*QUEIROZ GOLVÃO*: a Construtora Queiroz Galvão vem desenvolvendo serviços no continente africano há uma década, nos países como: Angola, Gana, Guiné-Equatorial, Gabão, Senegal, Namíbia, Tanzânia, Quênia, Etiópia e Líbia. Presente em Angola desde 2005, onde deu início das suas atividades no continente, atuando no mercado imobiliário, construção e reabilitação de estradas, além de manter um estaleiro e um escritório administrativo com cerca de 3.000 funcionários, entre brasileiros e angolanos (VIEIRA; ABOIM, 2012).

Além desses grandes empresas brasileiras que desencadeiam projetos nos países africanos destacadas acima, há também as pequenas e médias empresas brasileiras de destaques e que vêm se engajando no continente no período do governo Lula, principalmente em Angola que é principal destino dos empresariados brasileiros, nos quais estão em destaque as empresas como: Engevix (na área da Infraestrutura e Energia); Fidens (na área da construção civil, óleo e gás, mineração e energia); Asperbras (na área da construção civil e comércio de equipamento industrial-

maquinas, caminhões, carros leves); e a Stefanini (no segmento de Tecnologia da Informação).

### **3.2.3. Efeitos das empresas**

A forte demanda pelo processo da globalização, que é conhecida como fenômeno caracterizado pela intensidade das relações econômicas, comerciais e culturais entre os países, facilitando assim o espaço das constantes trocas no quadro das inovações tecnológicas, dos negócios e entre outras coisas. Que ao longo dos anos, vem diminuindo as distâncias fronteiriças e possibilitar ambientes favoráveis para o desenvolvimento das empresas nos cenários internacionais. Ressaltando ainda, as oportunidades auferidas as empresas brasileiras que atuam no mercado externo, principalmente no continente africano, onde tiveram uma forte participação em Angola e Moçambique.

A viabilidade das iniciativas que vem acontecendo de uma forma mais assertiva para a inserção das empresas brasileiras na África, ou seja, em Angola e Moçambique se observa com a chegada do Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) a presidência do Brasil, que “faria uma reorientação da política externa brasileira, que passou a privilegiar regiões e parcerias até então não valorizadas nas outras gestões” (COUTINHO; STEFFENS; VIEIRA, 2014, p.12). O período do governo Lula houve uma expansão e instalação de empresas brasileiras no exterior, que tiveram papel importante e muito significativo nas relações com a África.

Pode-se perceber, desde 2003, a partir de uma política econômica e externa mais arrojada, uma retomada na recuperação dos investimentos diretos brasileiros no exterior, alcançando taxas de crescimento de 14% ao ano, patamares superiores aos das economias asiáticas – China, Coréia do Sul, Taiwan. Esse fato encontra explicações em diversos pontos, entretanto, pode-se discriminar a expressiva melhoria financeira das empresas brasileiras, assim como a recente valorização cambial, da perspectiva da política governamental de incentivo a internacionalização das empresas e o apoio expressivo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em forma de empréstimos a baixo custo (MELO, 2010).

As principais empresas, que mais fortemente apostaram no desenvolvimento dos projetos em África, apresentam uma crescente demanda de obras de infraestrutura e de recursos naturais, o que estimulou fortemente as relações externas do Brasil com os países do continente, principalmente os PALOP.

Esse movimento abrange cerca de 25 empresas, presentes em quase 30 países, mas com predominância em Angola e Moçambique, presença essa facilitada pelo idioma comum, assim como na África do Sul, país que conta com a economia mais desenvolvida, o maior mercado consumidor e o ambiente institucional mais favorável do continente (VIEITAS; ABOIM, 2012, p.20).

O papel do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como mantenedor do suporte financeiro que viabiliza os investimentos das empresas brasileiras, é de inegável valor. E sempre se mostrou empenhado na tarefa de facilitar o crédito, tanto para o governo angolano, quanto para o governo de Moçambique.

Por disso, ressaltamos que o modelo de funcionamento do Banco é de ajudar as empresas com suporte financeiro de longo prazo, o que permite a elas manter o nível de competitividade que se deseja para o efeito de exportar os produtos (tais como: máquinas e equipamentos novos) fabricados no país para os mercados internacionais. Por outro lado, atua ainda no fortalecimento da estrutura econômica das empresas de capital privado, para assim obterem melhor forma de expandir os negócios.

Entre os principais objetivos elencados pelo Brasil, encontra-se a perspectiva de aumento nas relações comerciais com a África, apoiados também em atos de política externa – esta teria como função a promoção de acordos e tratados bilaterais. Estas ações influenciam perceptivelmente, o crescente comércio exterior entre as partes contratantes, além da expansão das empresas nacionais, alargando a presença brasileira em solo africano. Esse processo de internacionalização se torna condição necessária para o país, como medida de fortalecimento de suas capacidades competitivas diante da concorrência crescente em seu mercado doméstico (MELO, 2010).

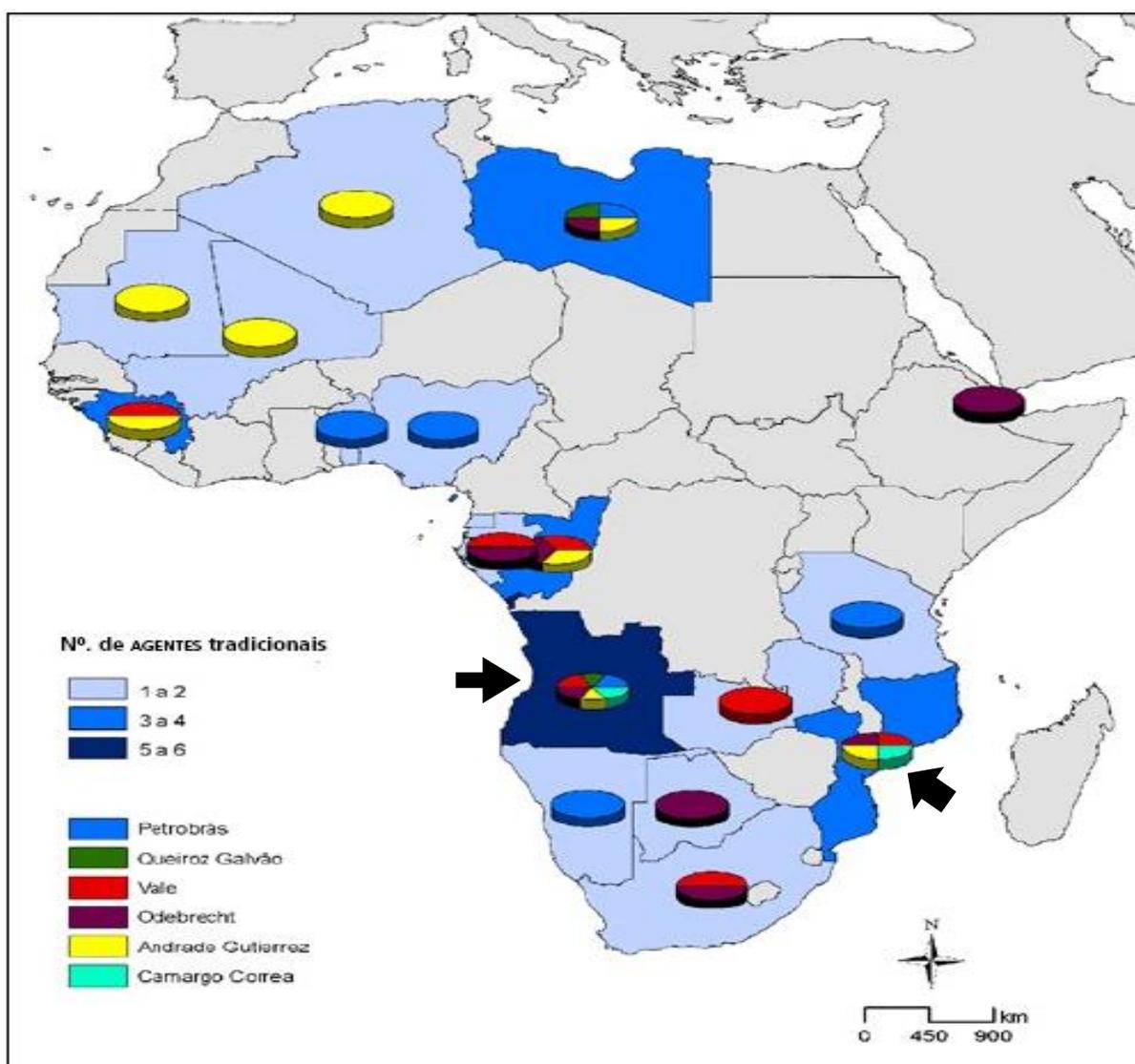
Neste contexto, o governo brasileiro como principal promotor da política externa do país optou pela iniciativa de apoiar as empresas nacionais por meio de financiamento do BNDES. Por outro lado, ajudaria na estabilização das companhias brasileiras no mercado africano.

Em termos de investimento brasileiro, várias empresas têm conseguido desenvolver bases de negócios na África e em especial na África Subsaariana. Existem grandes projetos na área de mineração, conduzidos pela Vale; a Petrobras tem hoje uma atuação importante na exploração de petróleo no oeste da África, notadamente em Angola e na Nigéria, (produzindo uma média de 53 mil barris/dia de óleo, quase 40% da sua produção no exterior). [...] dadas as dificuldades institucionais e logísticas de concretização de negócios nesses países, o investimento direto brasileiro na África ainda é muito concentrado em grandes empresas, principalmente Petrobras, Vale e grandes construtoras. Mais recentemente, os grandes projetos desenvolvidos por essas empresas têm atraído também um

segmento de firmas de menor porte, oriundas das respectivas cadeias de fornecedores (VIEITAS; ABOIM, 2012, p.21- 22).

Destaca-se a importância dos bens ou serviços que cada uma dessas grandes empresas, conhecidas como agentes tradicionais, oferecem nos países africanos, em Angola e Moçambique, entre eles: Petrobras, Vale, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht e Queiroz Galvão- que desenvolvem projetos de investimento para atender as principais demandas dos países africanos. Sendo assim, “conforme observado, o período do governo Lula apresentou-se como um momento propício para a expansão das empresas brasileiras no exterior, sob o paradigma do Estado logístico” (COUTINHO; STEFFENS; VIEIRA, 2014, p.15).

Figura 01 - Empresas brasileiras na África



Fonte: Banco Mundial; Ipea (2011).

Nesse contexto, a África vem tendo aspecto relevante na política externa brasileira durante esse período, e se observa maior apoio de desenvolvimento dos principais projetos das empresas brasileiras na África, como uma forma de fortalecer os laços com os diferentes países do continente, principalmente com Angola e Moçambique. De modo que a instalação e expansão dessas empresas, no mercado africano, tiveram um papel influente nas relações do Brasil com os países africanos, onde estão presentes em Angola o total das seis (6) empresas brasileiras e Moçambique conta com os quatro (4) das seis empresas brasileiras destacadas para realização deste estudo.

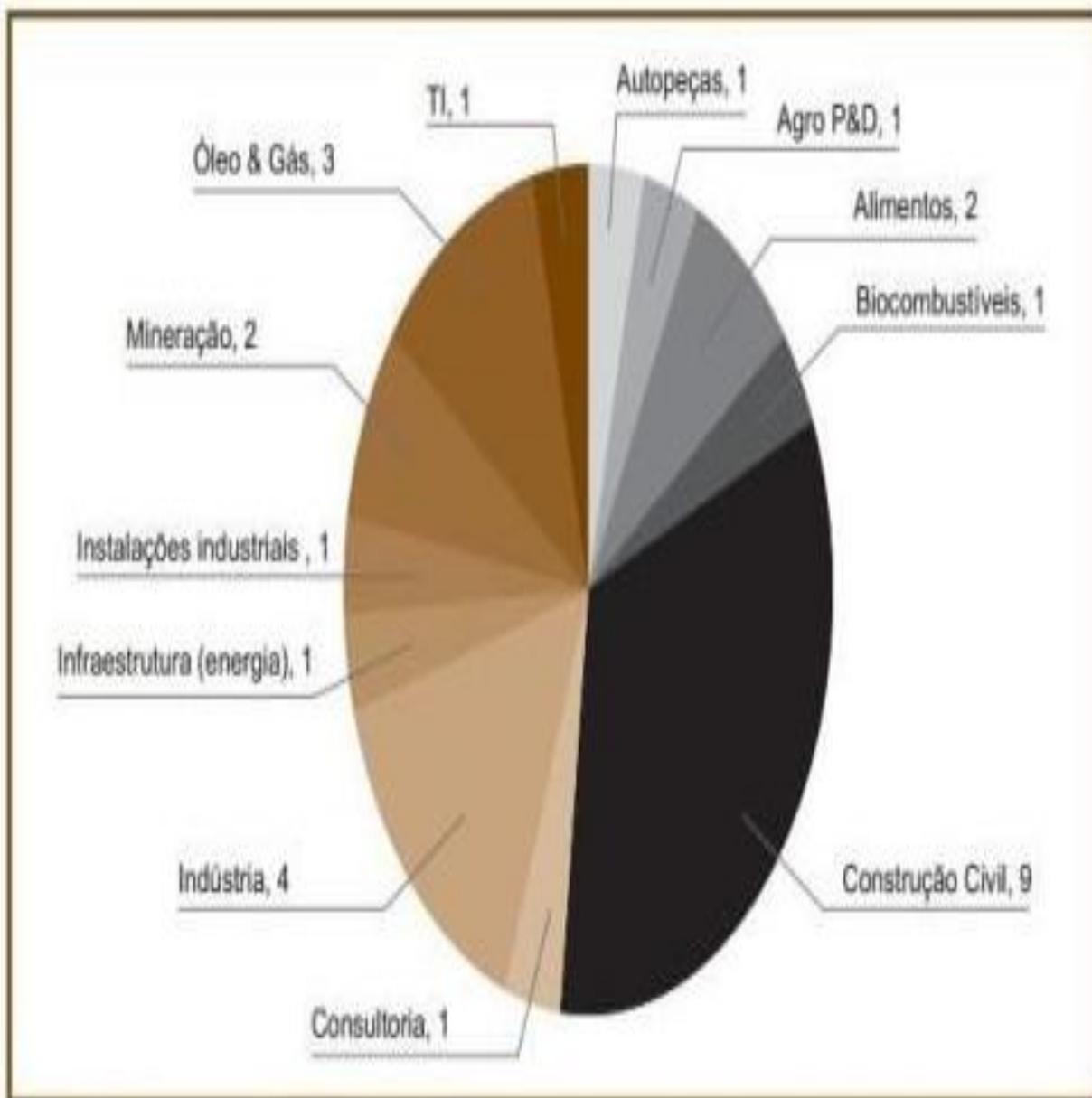
O aspecto de mudança, que ocorreu durante toda a década de noventa e início do século XXI na África, pode ser visto como um avanço no processo gradual de democratização dos regimes políticos e a contenção dos conflitos armados que afetavam vários países do continente, como Angola - que saiu de uma guerra civil em 2002.

A diminuição de conflitos no continente africano e o resultado da estabilidade política e econômica, facilitaram a penetração de pequenas e médias empresas do Brasil na África, fazendo com que houvesse um aumento de investimentos brasileiros no período do governo Lula (2003-2010) para acelerar o crescimento econômico por lá e trazer melhores benefícios para o Brasil.

Diante desse cenário, o comércio entre o Brasil e a África, tem se aumentado de forma significativa em seis anos seguidos (como demonstra o gráfico 1). Os investimentos das empresas brasileiras no continente, sobretudo em Angola e Moçambique têm possibilitado de certa forma o BNDES a lançar e implementar medidas para fortalecer o negócio entre as duas regiões, permitindo dessa forma o acesso a empréstimo brasileiro (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011, p.83).

Dessa forma, as grandes empresas que estavam no mercado africano, especialmente as empreiteiras, conseguiram ampliar suas atuações, uma vez que a estabilidade política trouxe desenvolvimento econômico (FILHO, 2013). O que representa para Melo (2010) um aspecto positivo nos resultados econômicos e oportunidades auferidas para atuação das empresas brasileira no exterior, especialmente nos países da África, como Angola e Moçambique- grandes parceiros do Brasil no continente.

Gráfico 02 - Distribuição setorial das empresas brasileiras na África



**Fonte:** DEINT/AINT- BNDES (2012).

Desta forma, a Odebrecht é a empresa de construção brasileira com o maior número de projetos na África, com presença em dez (10) países africanos, nos quais estão incluídos Angola e Moçambique. No âmbito dos seus negócios, a empresa tem realizado as parcerias com os governos e entre outras empresas estrangeiras que têm o objetivo de investir no continente africano, no sentido de aproveitar a nova oportunidade que a África vem apresentando ao longo da última década do século XXI.

Nesse sentido, a empresa desenvolveu projetos relacionados ao seu mercado tradicional de atuação, na exploração de petróleo e gás, infraestrutura, a construção de condomínios residenciais, planejamento urbano, a operação de minas de diamantes e a distribuição de alimentos.

Em Angola, um dos primeiros projetos realizados pela Odebrecht em 1984, logo com a sua chaga nesse país foi a construção da Usina Hidrelétrica (Barragem) de Capanda, que vem ampliando os demais projetos pela empresa, ao passo de ganhar vários contratos para construção de obras da rodovia de Luanda e da província de Benguela. Atuando ainda no segmento imobiliário, com a construção de 3 mil unidades habitacionais, que envolvem investimento de US\$ 281 milhões, assim como a atuação nas áreas da bioenergia, mineração, energia, agronegócios e projetos sociais com a construção de escolas e campanhas contra a Aids. Posteriormente, em 2007, recebeu contrato de reformar e ampliar a segunda maior hidrelétrica do país (hidrelétrica de Cambambe), no Rio Kwanza, através da garantia dos parceiros financeiros, a MIGA, Banco Mundial e o BNDES que apoiaram com financiamento de US\$ 464 milhões para o projeto (VIEIRA; ABOIM, 2012; NBO, 2016).

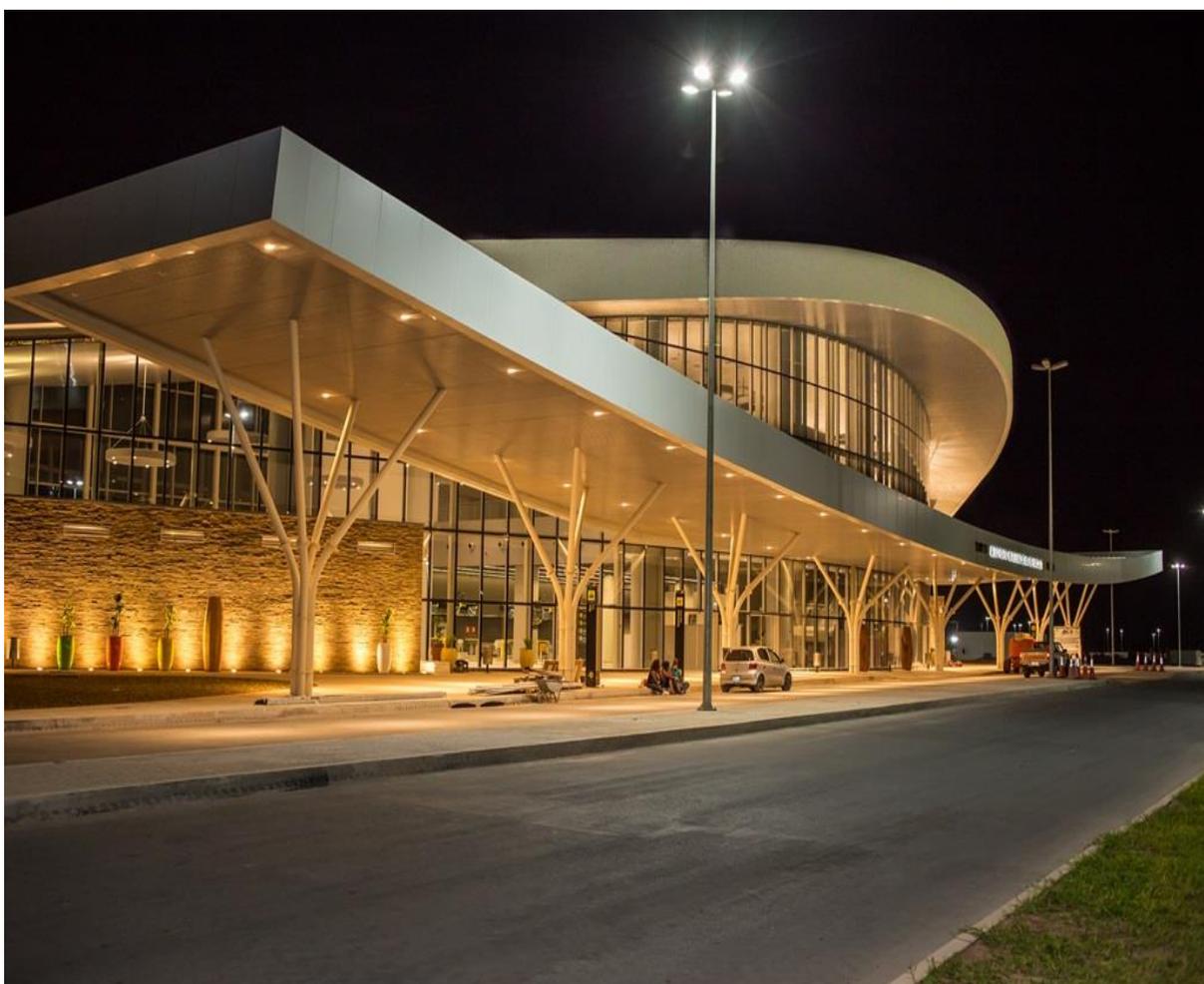
**Figura 02 - hidrelétrica de Cambambe (Angola)**



**Fonte:**<http://comentandoanoticia.blogspot.com.br/2016/05/alem-da-odebrecht-engevix-atuou-em.html> (2016).

Em Moçambique, a Odebrecht desenvolveu projeto de expansão das instalações industriais da mina de carvão de Moatize, em parceria com a Vale. Também participou na construção da nova pista do Aeroporto Internacional, em cidade de Nacala, com investimento de US\$ 200 milhões (US\$ 125 milhões por parte do BNDES). Além de projeto da mobilidade urbana implementada em Maputo, capital do país, num valor de US\$ 220 milhões (US\$ 180 milhões por parte do BNDES). Já em Gana a empresa atuou na construção das obras do Corredor Rodoviário Oriental e a construção de uma usina de açúcar e álcool, que envolve investimento de US\$ 300 milhões (ODEBRECHT, 2016; HERMES, 2014).

Figura 03 - Aeroporto de Nacala (Moçambique)



Fonte: Notícias Brasil Online (2016).

Figura 04 - Capital Maputo (Moçambique)



**Fonte:** Hermes (2014).

Na Líbia, a empresa chegou em 2006 e trabalhou em dois projetos de infraestrutura do país, o Aeroporto Internacional de Trípoli e o Anel Rodoviário, que de acordo com embaixador Ozório, os dois contratos da Odebrecht somam cerca de US\$ 1 bilhão (DANIEL, 2007). Em Djibouti, a companhia conquistou contrato, no qual construiu um terminal de contêineres de Doraleh, que terminou em 2005, avaliado em US\$ 400 milhões (OGLOBO, 2009).

Já em Botsuana participou da construção de pontes, a perfuração de poços de petróleo na República Democrática do Congo, a prestação de serviços associados a poços de petróleo no Gabão, assim como na Libéria. Desta forma, ao que tudo indica, o compromisso da Odebrecht nessas regiões vai além das obras de infraestrutura, e inclui ação voltada a desenvolvimento sustentável e a geração de trabalho e renda para a população local.

A empresa Andrade Gutierrez atua ativamente no setor de construção civil, atuando em 11 países africanos, incluindo Angola e Moçambique, na realização dos negócios que iniciou desde 1984 no continente. Em Angola, a empresa começou com a construção da via expressa entre Luanda e Viana, que serve Aeroporto Internacional

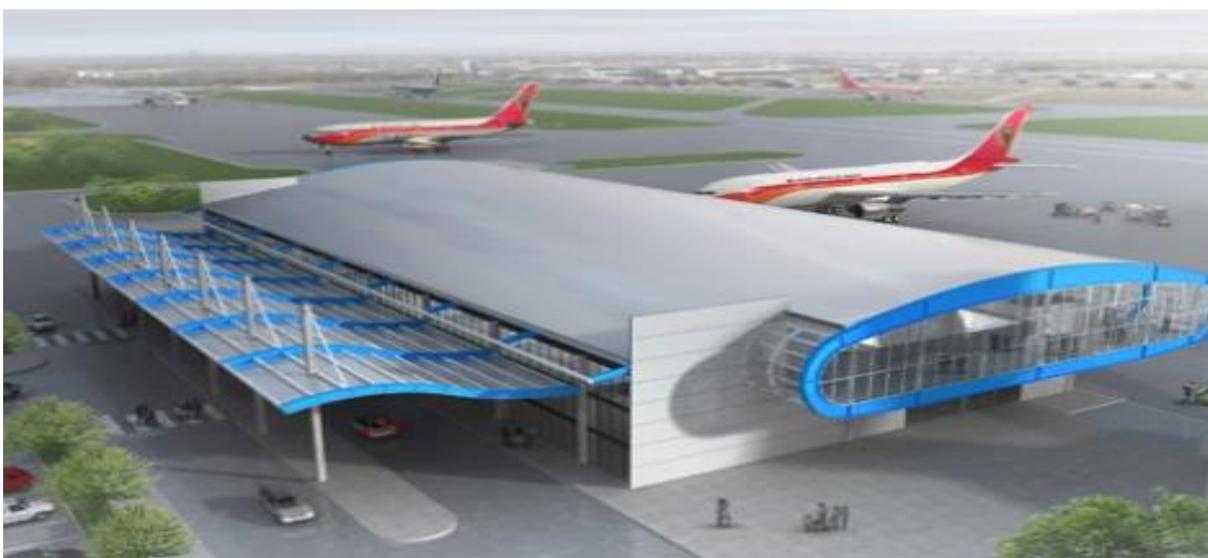
de Luanda construída pela empresa e inaugurada em 2009. Além de executar a reabilitação e ampliação do Aeroporto Internacional de Mukanka no Lubango, inaugurada também em 2009, com investimento de US\$ 144 milhões (MUCAUHUB, 2010). E obteve em 2011 extensões de alguns dos contratos existentes e a reabilitação do Terminal de Contêineres do Porto de Luanda (VIEIRA; ABOIM, 2012).

**Figura 05 - Via Expressa Luanda (Angola)**



**Fonte:** Hermes (2014).

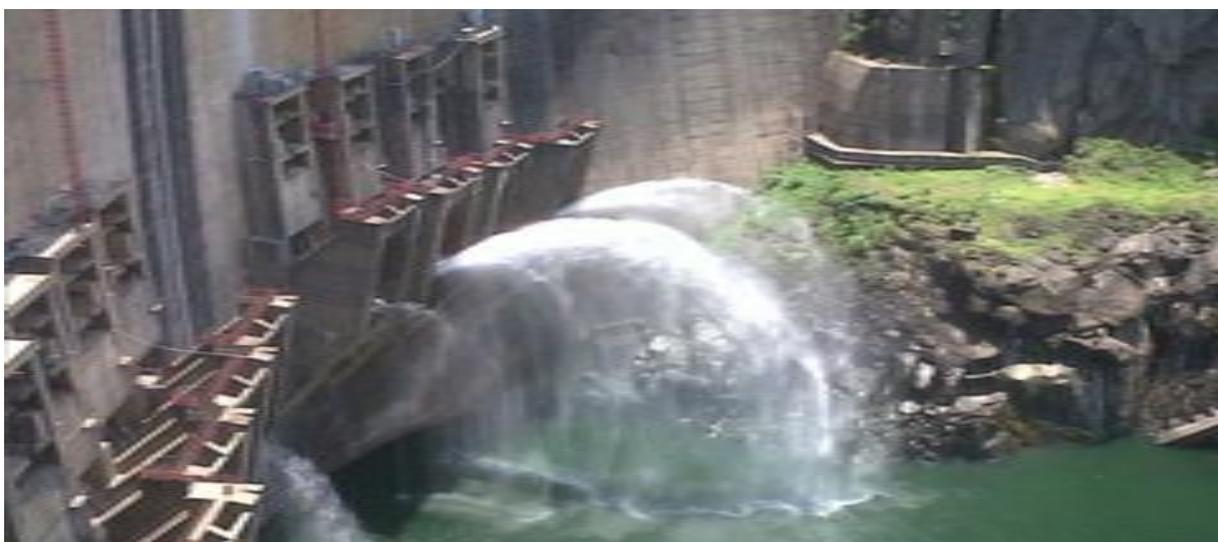
**Figura 06 - Aeroporto Internacional de Mukanka no Lubango (Angola)**



**Fonte:** <http://www.egis-brasil.com.br/action/realisations/aeroporto-internacional-da-mukanka-lubango-angola>.

Em Moçambique, a AG instalou em 2009, com a construção de infraestruturas rodoviárias na província norte de Cabo Delgado, e também materializou um contrato da construção de Barragem da Moamba Major, na província sul do país, que ficava para ser iniciada em 2014, com investimento de US\$ 460 milhões (HERMES, 2014). Na Líbia desenvolveu projetos de engenharia, assim como alguns projetos do mesmo segmento em Camarões, Mali, Gana, Nigéria; Guiné- Conacri, Líbia, Argélia, Congo, Guiné-Equatorial.

Figura 07 - Barragem de Moamba Major (Moçambique)



**Fonte:** Hermes (2014).

A empresa Camargo Correa após de abrir escritório em Angola, inaugurada em 2005, no ano seguinte a empresa foi contratada como empreiteira em grande número de projetos, envolvendo atividades como planejamento urbano e a construção de condomínios comerciais e residenciais, construção de estradas e linhas de transmissão de energia, que somam valor de US\$ 400 milhões (CAMARGO CORRÊA, 2007).

Ainda um dos maiores projetos da empresa é realizado em consórcio com empresas estrangeiras e locais na produção de cimento. Dessa forma, fez parceria com o grupo português Escom, Gema e Palanca Cimentos, em 2008, construindo uma indústria de produção de cimentos na província de Benguela, com investimento de US\$ 200 milhões (VIEIRA; ABOIM, 2012). Em Moçambique, a Camargo Corrêa participou na construção dos empreendimentos, como a instalação da mina de carvão

de Moatize, uma das maiores reservas carboníferas do mundo (CAMARGO CORRÊA, 2007).

A construtora Queiroz Galvão que também realiza obras de construção civil já há uma década em onze (11) países africanos, incluído a Angola, na realização dos projetos relacionados com a reabilitação e a construção de estradas. Em Angola desde 2006, com o maior projeto de construção na África, em que foram realizadas obras de infraestrutura viária de Angola, com ênfase em rodovias que servem como importantes corredores de transporte de carga entre a capital Luanda e grandes centros produtores nas províncias de Benguela, Kwanza Sul e Moxico, autoestrada periférica de Luanda (QUEIROZ GALVÃO, 2010).

Na Gana, construiu maior complexo viário do país, executando obras de construção de novas pistas e a requalificação do terminal de passageiros do aeroporto da cidade. E já na Guiné-Equatorial, a empresa executa obras nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Na Líbia, participou na construção das obras de infraestrutura em seis cidades do interior do país, que se resulta num grande impacto social para a população, tendo em conta a superação das barreiras culturais. E ainda que fazendo as prospecções de novos negócios que prosseguiriam no resto dos países africanos (QUEIROZ GALVÃO, 2013).

A empresa Vale atua no setor de mineração da África desde 2004 e presente em nove (9) países africanos, nos quais estão incluídos Angola e Moçambique. A partir desse momento, iniciou estudo e desenvolvimento mineral, que deu na implementação dos projetos de exploração de minas nesses deferentes países do continente africanos.

Em Angola, a Vale partiu da iniciativa de identificar áreas adequadas da mineração de cobre e níquel, em 2005, que constitui a rica importância econômica do país. Para execução desse projeto, a Vale entra em parceria com a empresa GeVale Industria Mineira Ltda. e também um consórcio com o grupo angolano Genius para atuar na Província de Moxico, na fronteira com a Zâmbia, onde realizou atividades de garimpo em um dos maiores veios de cobre do mundo, que forma um “cinturão de cobre”, junto da Katanga, República Democrática do Congo (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

Na República Democrática do Congo, em 2007, desenvolveu atividades de estudo de validade da Mina Klumines, no chamado “cinturão de cobre”, na operação

de cobre e cobalto. Em Malauí, a Vale executou o projeto da recuperação da ferrovia da Sociedade do Corredor Norte do país tendo em vista o escoamento do carvão produzido pela própria empresa em Moatize, Moçambique, em 2009 (MUTZENBERG, 2014).

Nesse sentido, na perspectiva de costurar as relações comerciais do governo brasileiro com Moçambique foi um processo conduzido ao longo de duas décadas, para após a Vale ter ganhado o concurso internacional da concessão das minas de Moatize, em 2004, lançado pelo governo moçambicano, resultado de 24 anos de negociações entre os dois governos (ROSSI, 2013a). Já em 2007, resultou-se a assinatura do contrato para exploração do carvão mineral em Moatize entre a Vale e o governo de Moçambique, o que fez em 2010 a mineradora se tornar maior investidor no país, no valor de US\$ 1,3 bilhões na primeira fase da operação (SCHOSSLER, 2010).

No entanto, a empresa vem desenvolvendo outros projetos, que a cargo da Odebrecht, construiu uma ferrovia de 912 quilômetros e também ergueu um porto marítimo de águas profundas com a construtora brasileira OAS que participou do consórcio que realizou a obra. Por outro lado, a construção do Corredor Nacala que envolve dois Estados, Moçambique e Malauí, com benefícios não só para ambos, mas também para os países vizinhos, tendo investimento de US\$ 4,444 bilhões (ROSSI, 2013a).

A partir de 2010 a Vale começou a atuar na Zâmbia, com o lançamento de um projeto Konkola North, localizada na região do Cinturão do Cobre no continente africano, sendo uma das mais promissoras regiões do mundo em depósitos de cobre de alto nível. Desta forma, a Vale atuou nas operações da mina, assim como na atividade de pesquisa e desenvolvimento mineral, em que foram investidas cerca de US\$ 400 milhões para colocar o projeto em prática nesse país (VALE, 2016).

Já em Guiné-Conacri realizou parceria com a empresa BSG (Guiné) e detém concessão da exploração de minério de ferro de Samandou-Guiné, em 2006, no país, que envolve investimentos de mais US\$ 10 milhões pela Vale (VALOR ECONÔMICO, 2012). Na Libéria, implementou projeto para desenvolver, financiar, operar manter ferrovia e porto para escoamento de minério de ferro da região do Samandou-Guiné. E já no Gabão, em 2012, começava a atividade da pesquisa de exploração mineral, projeto da mina de Cobre que tem início em 2013.

A Petrobras, maior empresa estatal brasileira, vem investindo na África desde os anos 1970, desenvolvendo atividade de Exploração e Produção do Petróleo e Biocombustível. Mas, com a virada para o novo século, precisamente “entre 2005 e 2010, se verifica desde o início do governo Lula o investimento na exploração de petróleo na África foi apontado como uma das áreas prioritárias na estratégia internacional de inserção da empresa” (COUTINHO; STEFFENS; VIEIRA, 2014, p.15).

A atuação da Petrobras foi significativamente ampliada, para além da Angola e Nigéria que eram parceiros tradicionais da empresa no continente, estendeu-se para outros onze (11) países africanos. De forma que:

A Costa Oeste da África é um ponto estratégico para os negócios da companhia. Na Nigéria, produz nos campos de Akpo e Agbami e, em Angola, no bloco 2, somando 57,8 mil bpd de óleo. A companhia atua também em exploração na Tanzânia, que se encontra em fase de perfuração de poços; na Namíbia, onde detém o direito de operação do ativo e se prepara para a perfuração do primeiro poço; no Benin, onde realizou sísmicas 3D; e no Gabão, onde será iniciada a aquisição de sísmica 3D (PETROBRAS, 2011, p.51).

Em 2008, a Petrobras passou a assumir postura mais assertiva na implementação dos seus projetos do que no passado. Suas atividades priorizaram a busca e a extração de petróleo especialmente em águas profundas e ultra profunda, com operações ativas nesta área em Angola, Líbia, Nigéria, Namíbia e Tanzânia (PETROBRAS, 2010).

A empresa ampliou seu escopo no continente tendo em conta a grande oportunidade identificada no período Lula pela vantagem competitiva na África com outras potências (principalmente a China e EUA), e também na aproximação dos países africanos, que possibilitaria maior visibilidade, ou seja, peso para projeção internacional do Brasil. Por outro lado, a diplomacia de negócios na África era o foco central na política externa do Lula, com a interferência da ideologia esquerdista do Partido dos Trabalhadores (PT) na aproximação a região, o que revelava sentimento do Lula e do PT em ajudar os países africanos a superar principais problemas sociais deparados ao longo do século passado (ESCOSTEGUY et al., 2014).

Nesse sentido, por devidos dificuldades que alguns países deparavam em transformar as suas riquezas de matéria-prima em dinheiro, o Brasil abriu maior campo para atuação da Petrobras no continente. Observando a realidade que se vive

do continente africano, muitos países ricos em recursos naturais deparam grande dificuldade para explorá-los, devido falta de técnicos e meios tecnológicos para o efeito.

Por exemplo, países como Gana que detém muita matéria-prima, sobretudo na área de energia, como campo de petróleo e gás, mas detém pouca experiência ou recursos para transformar riquezas naturais em dinheiro para seus povos, o que caracteriza uma boa parte dos países africanos com a mesma situação.

Percebendo essas dificuldades que se encontra na África, segundo Escosteguy et al. (2014) “o governo Lula determinou que a Petrobras buscasse oportunidade de parceria nesses países e também que o BNDES financiasse os projetos em que empreiteiras brasileiras tivessem participação”.

De 2003 a 2010, pode constatar também a crescente ida das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) como a Engevix, Fidens, Asperbras e Stefanini, que vêm se engajando ao longo do período do governo Lula, identificando as oportunidades que os mercados africanos ofereciam em termos de necessidades pelos produtos e serviços. Entretanto, a Agência Brasileira para a Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) que vem fomentando a presença de PME no continente por meio de diversas feiras, em parceria com as pequenas empresas brasileiras (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011), que decidiram a inserir no novo mercado.

A maior concentração de PME brasileiras encontra-se em Angola, onde a APEX abriu um centro de negócios em 2010; as operações tiveram início em 2011. A partir de 2009, Angola e o Brasil formalizaram a intenção de internacionalizar as PME por intermédio da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) de Angola e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Algumas PME já atuam na África, e outras têm expressado interesse em ingressar naquele mercado (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011, p.90).

Mas o que se verifica, no sentido de apoio do BNDES as empresas nacionais, nas ações voltadas à exportação para a África, as principais beneficiadas são as empresas de engenharia, as empreiteiras, que recebem grande financiamento do governo. Na maioria dos casos, Angola serviu de maior destino dos projetos das empresas brasileiras no continente africano, que:

Em um universo de 44 projetos de prestação de serviços de engenharia financiados pelo BNDES entre 1998 e 2011, num total 75 projetos, a Angola é responsável por 47 projetos – aproximadamente 63% dos projetos -,

figurando como o principal destino dos projetos brasileiro (PINTO & ABREU apud VILAS-BOAS, 2014, p.75).

A empreiteira Engevix que está presente em Angola desde 2005, onde tem feito a parceria com o grupo angolano Genius, em uma participação de 50% por cada. Dessa forma, executando projetos em áreas estratégicas de engenharia ambiental, distribuição e geração de energia elétrica, nos setores de petróleo e gás, assim como na elaboração do projeto de engenharia elétrica para a usina hidrelétrica de Cambambe, em Cuanza Norte (VIEIRA & ABOIM, 2012). Por outro lado, envolveu nos estudos que possibilitam a viabilidade hidrelétrica de Baynes, situado no rio Cunene, fronteira entre Angola e Namíbia- resultando-se no acordo dos dois países para implementação do projeto, que foi concretizado pelo Consórcio Cunene - formado por Engevix, Furnas, Eletrobrás e Odebrecht (SOUZA, 2008).

A empresa Asperbras que em meados de 2004, iniciou a atuação no mercado internacional, em meio a uma oportunidade para investimento no continente Africano (GABALDO, 2014). Com forte presença em Angola, onde participou da instalação de indústrias na Zona Econômica Especial (ZEE), em Viana e no distrito do Catete, além das cidades de Huambo, Negage, M'Banza Congo, entre outras, e ainda atua nos segmentos de construção civil e condomínios residenciais, sistemas de irrigação, comercialização de veículos, etc. (VIEIRA; ABOIM, 2012).

Em 2009, a empresa Fidens realizou o primeiro projeto de pavimentação da pista do aeroporto de Catoca, Província de Luanda Sul, em Angola. E também a empresa Stefanini que inseriu em Angola desde 2004 e um filial na África do Sul desenvolveram serviços na área da tecnologia da informação, atendendo as principais demandas nesse segmento do mercado dos negócios.

#### **3.2.4. Impactos da atuação das empresas**

A identificação das oportunidades de operação das empresas brasileiras no continente africano tem sido aspecto importante para inserção e projeção internacional do Brasil pelo mundo. Resultado de um cenário internacional favorável que permitiu as iniciativas mais recentes do governo brasileiro em adotar uma política clara para estimular os investimentos externos, com o fornecimento de crédito pelo

BNDES para o apoio à internacionalização das empresas para o novo mercado em crescimento.

Para Castro (2011) na década de 1990 a África estava emergindo da crise econômica, mas que no início do século XXI inaugurou uma fase de prosperidade que tem se verificado até os momentos atuais. O que torna a África um destino repleto de oportunidades para o investimento das empresas brasileiras e as ações estratégicas da política externa do país como forma de ampliar seu poder de influência.

As mudanças que sucedem no cenário internacional e nos países africanos, principalmente em Angola e Moçambique, conduziram o governo brasileiro há uma busca pela inserção no continente. A iniciativa de desenvolvimento econômico nacional envolveu constantemente as ações políticas coordenadas e investimentos produtivos, que acabou dando a maior autonomia e projeção ao país no cenário internacional (MELO, 2010). Apesar do sucesso das empresas brasileiras nesses países, é bom ressaltar que, no entanto, houve ações de certas companhias brasileiras que impactam de forma negativa no desenvolvimento dos seus negócios, o que discutiremos mais adiante.

De acordo com Vilas-Boas (2014, p.43) entre 2001 a 2009, a presença das empresas brasileiras na África tem crescido de uma forma significativa, possibilitando assim um Investimento Externo Direto (IED) de US\$ 69 bilhões para US\$ 214 bilhões. Ainda é destacado pelo autor que durante o período, principalmente em 2008 houve um aumento dos fluxos de investimentos brasileiros no continente, mas levando em conta que desde meados dessa década várias empresas do país passaram a procurar o continente de forma mais acentuada como destino para seus investimentos.

Dessa forma ressaltamos que as companhias brasileiras têm implementado mudanças econômicas e sociais no continente, principalmente nos países como Angola e Moçambique, que recebem maiores números dos investimentos e projetos das empresas brasileiras. Mas, com a carência de mão-de-obra local qualificada para atender demandas, fez as empresas brasileiras adotarem a estratégia que daria melhor retorno na prestação dos serviços, usando programas de capacitação ou treinamento com grandes números da população, em uma parceria com outras organizações da sociedade civil e dos governos.

Essa presença do Brasil em Angola e Moçambique durante última década tem chamado muita atenção pela forma que as empresas brasileiras vêm realizando

negócios no mercado africano, pelo fato do modelo utilizado para prática das suas atividades. Que de modo geral, as companhias brasileiras “tendem a incluir a contratação de mão de obra local para seus projetos e o desenvolvimento de capacidades locais, o que resulta melhor forma de prestação de serviços” (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011, p.7).

Nesse contexto, a atuação das empresas no continente tem sido relevante no desenvolvimento dos projetos de grande melhoria nesses países do continente. Com base nisso, passaram a proporcionar mudanças significativas na economia e na vida social da população dos países em que executam os seus negócios, gerando o emprego e a renda para sociedades locais. Sendo que, “a Queiroz Galvão conta hoje com 2400 funcionários na África, dos quais 2 mil angolanos e 400 brasileiros” (SILVEIRA, 2011).

Com esse efeito, os representantes da Odebrecht em Angola, por exemplo, confirmaram que os cargos estratégicos da empresa não são ocupados apenas por brasileiros, mas também por profissionais locais. Fazendo com que “o número de africanos contratados por empresas brasileiras é tão expressivo que a Odebrecht se tornou o maior empregador do setor privado em Angola” (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011, p.87). Sendo que, dos 10.200 integrantes da Odebrecht em Angola, 92% são angolanos e destes, 2.470 têm na empresa a sua primeira oportunidade de trabalho, desta forma, atuando nas 16 obras públicas e nos diversos projetos sociais que a Odebrecht realiza no país (ODEBRECHT, 2007).

O relatório da Odebrecht (2007) descreve que:

Para identificar e atrair jovens angolanos, a Odebrecht criou diversos programas, no país e no exterior. O Havemos de Voltar, por exemplo, oferece àqueles que deixaram Angola durante a guerra para residir no Brasil (só no Rio de Janeiro vivem 8 mil jovens angolanos), a oportunidade de retornar à terra natal. Eles recebem qualificação profissional no Senai e regressam a Angola com trabalho garantido nas obras da Odebrecht. Outro programa, o Jovem Parceiro, desenvolvido em todos os países em que a Construtora Odebrecht está presente, oferece estágio remunerado de um ano, com a possibilidade de contratação, a estudantes de engenharia angolanos da Universidade Agostinho Neto e de cursos técnicos dos institutos Médio Industrial de Luanda e de Benguela. Uma vez na Organização, os jovens têm acesso a programas de capacitação técnica e se preparam para contribuir cada vez mais para o desenvolvimento de seu país.

Para esse efeito, as grandes empresas brasileiras no exterior, que detêm padrões favoráveis e de alto domínio no mercado, que segundo Melo (2010):

Em medida, os três grandes setores produtivos do país – mineral, petroquímico e da construção civil – alojam, respectivamente, as três maiores empresas multinacionais com presença física – firmas ou mesmo filiais – em outros continentes. São elas: Petrobras, Vale e Odebrecht. Sendo as companhias chaves na expansão e fortalecimento da presença brasileira no exterior e principalmente no continente africano.

Nesse sentido, que para Vieitas; Aboim (2012, p.22) “o investimento direto brasileiro na África ainda é muito concentrado em grandes empresas, principalmente Petrobras, Vale e grandes construtoras” que atuam fortemente com a maior capacidade no desenvolvimento dos projetos de infraestrutura, energia e mineração no continente africano. Partindo do pressuposto que, essas empresas constituíram impactos positivos através das suas atuações nos países africanos, o que fazem parte dos bons resultados para o desenvolvimento dos países africanos, assim como para a imagem internacional do Brasil.

Existem grandes projetos na área de mineração, conduzidos pela Vale; a Petrobras tem hoje uma atuação importante na exploração de petróleo no oeste da África, notadamente em Angola e na Nigéria, (produzindo uma média de 53 mil barris/dia de óleo, quase 40% da sua produção no exterior) (VIEITAS; ABOIM, 2012, p.21).

E também a participação da empresa Vale em Moçambique, no contrato assinado em 2007 para extrair minas de carvão de Moatize, estimada a empregar 1,5 mil pessoas (SCHOSSLER, 2010). Quando na sua fase de operação para o Projeto de Carvão Moatize, a empresa conseguiu dar alguns suportes importantes na vida da população atingida diretamente no processo de reassentamento, principalmente a considerada urbana. Para Matos (2016, p.222) “as condições de vida pareciam caminhar para um futuro melhor, já que boa parte das famílias dispunha de um membro empregado ou na Vale ou em uma das suas subcontratadas”.

Desta forma, entendemos que, o que influencia a grande atuação das empresas brasileiras na África é o potencial que o mercado africano apresenta pela necessidade dos produtos e serviços brasileiros. No governo Lula, a instalação dessas empresas no continente, ou seja, em Angola e Moçambique teve um papel importante no estabelecimento das relações, possibilitando fortes laços com diversos países africanos, promovido pela diplomacia presidencial do Lula e pela intensa cooperação técnica, que contribuiu no treinamento e formação de mão-de-obra local desses países.

Toda essa ação das empresas brasileiras em conjunto com a atuação do governo brasileiro no continente africano tem criado, sem dúvida, impactos positivos, apesar de haver desempenhos negativos por parte das certas empresas como veremos abaixo. Os aspectos positivos ocorreram principalmente no desenvolvimento social e econômico da população - falando do econômico porque os países africanos carecem das empresas nacionais que ofereçam elevado número de emprego, de forma que as empresas estrangeiras ajudam a diminuir a grande taxa de desemprego, fato que realmente impacta positivamente na economia. Os investimentos brasileiros possibilitaram expressivas melhorias na infraestrutura, observando várias obras que as empreiteiras como Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e Odebrecht desenvolveram nos países africanos, em especial a Angola e Moçambique. Isso tem gerado mudanças na estrutura econômica e social, tendo em conta as oportunidades de emprego, renda e qualificação profissional que essas empresas vêm proporcionando para as populações locais (VILAS-BÔAS, 2011).

Nessa perspectiva, Lula da Silva buscou a valorização da África na política externa brasileira, através de cooperação técnica consoante com objetivos econômicos de busca de mercados para produtos e empresas brasileiros. O apoio do governo Lula à internacionalização das empresas foi demonstrado durante suas visitas aos países africanos, especialmente Angola e Moçambique, sempre acompanhado de comitiva de empresários. Tais ações são muito importantes para construção da imagem do Brasil no cenário internacional o que, lamentavelmente, é prejudicado pelo desempenho de certas empresas.

Observamos que no contexto dessas relações, especialmente em Angola e Moçambique, os grandes beneficiários são as empresas brasileiras e uma pequena elite governamental desses países africanos. Pode-se constatar que nem sempre as coisas funcionam como imaginamos que deveriam, tendo em conta os interesses de certas empresas brasileiras. A forte procura das empresas por mercado, as fazem adotar práticas que redundam em para a sociedade na qual exercem as suas atividades econômicas.

Esse contexto é a real situação que se encontra com as práticas de algumas empresas brasileiras no continente africano, atos envolvendo ações de corrupção no sentido de obter mais vantagens que geram grandes lucros empresariais. Práticas essas que ao observar a realidade africana, prejudicam uma boa parte da população

e vantagens para pequeno grupo das elites governantes que usufruem dos benefícios ilícitos que as empresas disponibilizam, no sentido de obterem maiores vantagens, proteção, domínio e facilidades na implementação dos seus negócios.

Nesse sentido, cabe observar no próximo item o caso que aconteceu nos dois países africanos que compõem a amostra deste trabalho, a Angola e Moçambique, com ações de algumas empresas brasileiras, a Odebrecht e a Vale. As duas empresas brasileiras merecem destaque nesse contexto, pela forma como conduzem as negociações para conseguir adquirir as zonas de suas atividades econômicas nesses países. De certo modo, as práticas exercidas por duas empresas com a participação governo brasileiro (que sabia do prejuízo que essas companhias poderiam causar na execução dos projetos) transparecem as ações imperialistas, demarcando espaço com uso de influência e a ordem de controle, que veremos agora a diante.

### **3.2.5. Impactos negativos da atuação das empresas**

O que chama tanta atenção para o desenvolvimento deste conteúdo, tem sido algumas práticas exercidas por certas companhias brasileiras que tiveram amplo apoio do governo brasileiro para realização dos projetos, que de certo modo desobedecem a ética e direitos humanos no cumprimento das suas atividades empresariais. Nesse sentido, ressaltamos o que vem acontecendo com ações de duas empresas brasileiras na África, a Odebrecht em Angola e a Vale em Moçambique. Neste item, vamos relatar alguns impactos negativos das práticas dessas empresas nesses países que afetam tanto as populações locais dos países africanos quanto a imagem do Brasil no exterior. As informações constantes neste item provêm de fontes bibliográficas e em grande medida do jornalismo investigativo.

*O CASO DA EMPRESA ODEBRECHT EM ANGOLA:* a Odebrecht em Angola, a situação concreta está ligada a fatos ocorridos em 2015 no município do Sumbe, província do Kwanza- Sul. É uma zona que a empresa fez a ocupação de terras e destruição de plantações no bairro da Chiculula, no Sumbe, por interesse de construir um condomínio. Ato que levou confronto entre a população local e a Odebrecht.

Com a oposição e resistência da parte das populações locais, que viram a perda das suas terras, pela invasão da companhia. Que por outro lado, sofria a queixa apresentada para autoridade por uma Cooperativa de Organização Comunitária do

Sumbe, alguns dos seus membros e outros cidadãos contra a empresa. No entanto, a Odebrecht desistiu daquele método de ocupação e engendrou um outro plano, em conjunto com o governo angolano (MATONDO, 2016).

Diante dessa situação, Matondo (2016) reforçou que:

Perante a oposição das populações, chamou o governo, que se fez espaldar na força da Marinha de Guerra, colocando militares armados nos terrenos, destruindo as culturas, demitindo autoridades regionais tradicionais, intimidando as populações com armas. Como bem se vê, os interesses privados da Odebrecht são defendidos pela força das armas públicas, existindo uma clara proteção dos negócios da Odebrecht por parte do Governo angolano. Trata-se de pura selvajaria, e faz lembrar o colonialismo do século XIX, quando as empresas majestáticas utilizavam a força pública para ocupar e desalojar os nativos das suas terras. Pensava-se que a independência tinha acabado com essa exploração colonial. Afinal, apenas mudaram os donos das empresas (ou, se formos ver bem, nem isso).

Esse tipo de situação é que ocorre frequentemente na realidade das empresas pela conquista do espaço em colaboração com o governo local, estilo fortemente usado não só pela Odebrecht, mas também pelas certas empresas provenientes dos outros continentes. As relações da Odebrecht com o Governo angolano são fortemente marcadas pela proteção dos negócios, resultado que muitas das vezes envolvem suborno para autoridades governamentais para obter vantagens da realização dos contratos pelo país. Isso porque a empresa que está envolvida em muitos atos de corrupção, no Brasil e no exterior, acusado de subordinar entidades estrangeiras, nas quais a Angola- um mercado muito estratégico pelos inúmeros projetos de infraestrutura realizados pela companhia (MANSANI, 2016).

O que chama muita atenção é a forte relação de Odebrecht com o presidente da Angola, José Eduardo Santos, desde a época da sua instalação no país, em 1984. A Odebrecht é considerada a multinacional brasileira que goza de íntima proximidade ao presidente angolano, conhecido por facilitar negócios para a empresa. Desta forma, a Odebrecht se beneficia das grandes oportunidades conferidas a todos aqueles que fazem negócios com ele, sua família e os membros próximos de seu regime ou governo.

Esse tipo de situação acontece frequentemente em boa parte dos países africanos, no sentido de que as empresas multinacionais estrangeiras têm facilidade de acesso a essas pessoas, através de negócios obscuros que envolvem propinas utilizadas pelas empresas como meio para ganhar vantagens na contratação de seus

serviços. As empresas aproveitam o fato de que em muitos casos, em Angola como em outros países africanos, não há controle das licitações e se beneficiam de uma relação de proximidade com as elites governamentais. Nessa base de relações, a Odebrecht conseguiu integrar a Assembleia Geral, órgão consultor do Presidente da República e o Conselho Fiscal da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), a maior ONG de Angola, fundada pelo mandatário com missão de consolidar o progresso social, cultural e científico. Além disso, há o privilégio que a empresa detém de se reunir com o presidente angolano todos os anos para prestar contas sobre negócios em andamento (CAPAI; VIANA, 2016). Apesar de as relações da Odebrecht terem sido construídas ao longo de muito tempo, a investigação da Justiça Federal em curso no Brasil através da chamada Operação Lava Jato, trará sem dúvidas, muitos esclarecimentos sobre tais práticas, além de outras que envolvem também governantes e órgãos financeiros brasileiros (POLÍCIA FEDERAL, 2014).

A submissão de más condições de trabalho da Odebrecht em Angola vem gerando ação judicial contra a empresa aqui no Brasil, que em 2015 foi acusado pelo Ministério Público do Trabalho do Brasil de tráfico de pessoas e de manter 400 trabalhadores brasileiros em condições idênticas a escravidão. Sem ter como se escapar de tanta situação envolvida, acabou por fechar acordo de indenização no valor de R\$ 30 milhões por danos morais coletivos a esses funcionários, sofrida entre 2011 a 2012 na construção de uma usina de cana-de-açúcar em Angola. Pode-se destacar que vários angolanos passaram por esta mesma situação que a empresa colocou os seus trabalhadores, mas em Angola é difícil concretizar uma ação dessa natureza em relação a Odebrecht, porque há grande proteção dos líderes poderosos nos negócios com a companhia (FELLET, 2017).

*O CASO DA EMPRESA VALE EM MOÇAMBIQUE:* já no caso Moçambique, a empresa Vale venceu um concurso internacional para exploração das minas de Moatize, em 2004. Em 2009 iniciou o projeto Moatize de extração de carvão, no distrito moçambicano, na província de Tete. A partir desse momento a empresa tem feito as promessas que vem sendo descumpridas e que até hoje as comunidades locais enfrentam os seus impactos, de forma como foram prejudicados pela companhia e do papel cúmplice com a corporação do governo moçambicano.

A primeira intervenção da Vale com as comunidades locais foi em 2005, quando iniciou o processo de escuta às comunidades a serem atingidas pela implementação

do Projeto de Carvão de Moatize, as famílias não acreditavam que isso seria uma realidade, que chegaria ao ponto de serem expulsos dos seus territórios, algo que nunca aconteceu na história de exploração mineira do país. Por outro lado, a execução desse projeto representava para eles sinônimo de emprego e possibilidade de melhora das condições de vida (MATOS, 2016, 216).

Para efetivação do processo de exploração de carvão de Moatize, a empresa Vale começou o processo de reassentamento em 2007, quando assinou o contrato mineral com Moçambique. No primeiro momento, fez mapeamento do local ocupado, registrando 1.365 famílias, com seus patrimônios e pequenos negócios. Para assim sejam distribuídas em quatro comunidades: Chipanga, Malabwe, Mithete e Bagamoyo, no qual em 2009, foi iniciada a retirada (ROSSI, 2015, 123).

Em muitos dos casos, a chegada de uma empresa numa determinada região simboliza de alguma forma um projeto para o desenvolvimento da realidade social da população. Desse modo, foi o que aconteceu com os moçambicanos quando viram a estratégia de marketing da empresa Vale, divulgando a imagem fundamentada na ideia de desenvolvimento, mas sua finalidade era unicamente de extração de carvão. Esse momento simbolizava para população local uma grande perspectiva de desenvolvimento que a empresa traria para nação moçambicana.

Durante esse processo, passando por pouco período de tempo quando a Vale começou a colocar ações projetadas em prática para desocupação do espaço, se observa o descontentamento de população das comunidades, que entendem que a empresa utiliza a forma de uma propaganda enganosa para atingir os seus objetivos nos negócios. Em geral, “para aquele que não foi reassentado e para pessoa que foi reassentada, há grande prejuízo, que ninguém sabe quando vai acabar” (ROSSI, 2015, p.123).

Para Matos (2012), os efeitos da mudança de um território nem sempre são negativos, tendo em conta a oportunidade de melhoria da qualidade de vida que isso possa trazer para as comunidades. Mas também, um novo território pode apresentar resultados muito diferentes daquilo que se espera como algo que traria resultados positivos.

A mudança de local sempre envolve alguma resistência por parte das comunidades locais que já apresentam uma identidade com o lugar e, mudar significa perder os seus referenciais identitários, podendo significar o seu desaparecimento. A resistência a mudanças também está ligada ao fato dos

novos destinos não responderem às necessidades das comunidades locais, principalmente no acesso aos espaços produtivos com qualidade, acesso à água e outros recursos. Mas, mesmo que as comunidades se mostrem menos dispostas a mudar, a legislação referente à exploração não lhes concede essa possibilidade, até porque a favor está a arrecadação de impostos e outros ganhos econômicos que essa exploração pode dar ao país num todo (MATOS, 2012, p.9).

Ainda que seja assim, a estratégia de reassentamento implementado pela Vale é extremamente contestada pela população local, até mesmo pelo governo moçambicano. Além de não ter cumprido com as promessas iniciais feitas para o governo e a população, a Vale empregou a estratégia em que dividiu as populações a serem reassentadas em dois grupos: os rurais e os semiurbanos.

As divisões das famílias foram feitas da seguinte maneira: primeiro, 717 famílias, consideradas rurais, compostas de camponeses, pastores e desempregados, foram reassentadas na localidade de Cateme, localizada a 40 Kms do município de Moatize; segundo, 288 famílias consideradas semiurbanas, compostas principalmente de comerciantes, carpinteiros, mecânicos, entre outros, foram para o Bairro 25 de Setembro, nas proximidades do município de Moatize; portanto, no total de 1.365 famílias registradas para os referidos reassentamentos, 360 famílias optaram para receber uma “indenização assistida”, isto é, não beneficiar de nenhum dos dois locais destinados para reassentamento: o Cateme e 25 de Setembro (SOUSA, 2016; ROSSI, 2015).

De acordo com Selemene (2010) a Vale utilizou a estratégia de “dividir para reinar”, de forma que, transferiu as famílias rurais e desempregadas para uma zona longe e imprópria para desenvolvimento das suas atividades econômicas, condições que seriam recusadas pelas famílias semiurbanas. Essa visão também foi sustentada por Kabemba; Nhancale (2012), que entenderam que, a Vale usou o processo de reassentamento para dividir as comunidades entre as que têm trabalho formal e as que trabalham na informalidade, dando a impressão que a parte da comunidade não educada e sem emprego, pode ser deslocada para qualquer lugar sem grande preocupação.

Com efeito, o programa de reassentamento em Moatize foi alvo de duras críticas e provocou uma ampla resistência das comunidades locais afetadas que, em reação, chegaram a interromper a via férrea do Sena, utilizada pela Vale para escoamento da sua produção, durante protestos em janeiro de 2012. De fato, as casas entregues às famílias transferidas para o reassentamento de Cateme em nada se assemelhavam ao projeto de casa-

modelo apresentado pela Vale ao governo e aos líderes comunitários. As casas foram construídas sem fundações, vigas ou pilares, e em abril de 2010, quando finalizado o processo de reassentamento, já apresentavam rachaduras nas paredes e infiltrações no teto. A multinacional brasileira também atrasou o pagamento da compensação pecuniária às famílias que se recusaram a mudar-se para os assentamentos propostos pela empresa (SOUSA, 2016, p. 205).

Perante essa situação, em não conseguir dar resposta clara e satisfatória para as comunidades atingidas, a Vale passou a ser conhecida pelas péssimas condições em que reassentou as famílias, que foram retiradas das suas terras ocupadas há gerações para dar lugar ao projeto de extração de carvão da empresa (PACS, 2015). Ainda de acordo com relatório de insustentabilidade da Vale, desenvolvida pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), ressaltou que as famílias deslocadas vivem com dificuldade de acesso à água, energia e terras impróprias para a atividade agrícola desde 2009, condições que foram denunciadas pelas famílias, mas que até no momento não houve nenhuma resposta satisfatória da empresa (PACS, 2015, p.22).

Nessa base, segundo Matos (2016, p.222):

A Vale havia prometido a construção de uma escola, de um centro de saúde, um campo de futebol e um cemitério. Quando as famílias mudaram para a unidade 6 do bairro 25 de setembro não encontraram nenhuma dessas infraestruturas. As crianças tiveram que percorrer distâncias maiores para ter acesso à escola e sofreram problemas de integração, pois o deslocamento compulsório aconteceu em pleno decurso do ano letivo.

O descumprimento dessas promessas, tem deixado as comunidades mais críticas em relação a companhia. Por outro lado, a empresa Vale recebe denúncia com frequência do Assessor da Justiça Ambiental/ Amigos da Terra Moçambique, Jeremias Vunjanhe, sobre os impactos ambientais que a empresa está causando e a precarização das condições de trabalho enfrentadas pelos funcionários. Para Fachin (2011) a entrevista com Jeremias (Assessor da Justiça Ambiental/ Amigos da Terra Moçambique) considera que “a situação de trabalho dos moçambicanos que atuam na Vale é extremamente desigual”. De forma que, os filhos de dirigentes políticos e governantes moçambicanos são os mais privilegiados com um teto salarial muito elevado, igual dos funcionários brasileiros e outros estrangeiros.

Nessa base, a maioria dos trabalhadores que possuem pouca instrução e experiência profissional encontram-se numa situação extremamente precária e com

salários muito baixos de acordo com relatos levantados. Em muitas das vezes, a Vale é denunciada por trabalhadores e a população de violação da lei do trabalho moçambicana e desrespeito com os direitos humanos mais elementares. Por isso, para Oliveira (2013) no que escreveu Carlos Tautz (Jornalista, Pesquisador e Coordenador do Instituto Mais Democracia- Transparência e controle cidadão de governos e empresas) “a relação da Vale com a população local é tão ruim que, para muitos, a atual imagem do Brasil é pior do que a de Portugal da época colonial”.

Nos corredores políticos de Moçambique, a Vale exerce a grande poder, colocando claramente a sua influência. Que na fala de Vunjanhe (Assessor da Justiça Ambiental/ Amigos da Terra Moçambique) a empresa “está interferindo no funcionamento normal das instituições oficiais, impondo-se com maior relevância do que a maioria dos órgãos públicos locais como ator nos processos de decisões políticas, econômicas e sociais” (FACHIN, 2011).

A partir dessa situação em que a Vale se mergulhou não transmite a imagem de credibilidade para os moçambicanos, pela forma injusta que colocou prejuízos a muitas famílias que habitavam em Moatize. Em razão desse acontecimento, uma empresa como a Vale, carregada da imagem do Brasil com tantas negociações que envolvem a relação governamental entre o Brasil-Moçambique, merecia ter grande cuidado na forma com que houve a sua atuação. E não só por isso, mas qualquer que seja empresa multinacional, o objetivo de desenvolver boas ações sem grandes prejuízos para as pessoas precisa estar na alma dos negócios das empresas, criando assim o bem-estar social a todos.

Uma das promessas feitas pela empresa, na abordagem com a população dessa localidade no sentido de ter acesso ao espaço da extração de carvão, era a criação de emprego principalmente para as famílias reassentadas, trazendo o desenvolvimento econômico para as mesmas. A notícia era satisfatória para toda comunidade no sentido de que a maioria iria ser empregada assim que projeto iniciasse a operar, tendo em conta a proposta que a Vale prometia para que deixassem o lugar. No entanto, houve um descumprimento das promessas colocadas a comunidade, que sofreu grande prejuízo no processo de reassentamento, com baixa qualidade das casas construídas, falta de meios de subsistência e trabalho, ato que se pode considerar de propaganda falsa e enganosa a fim de obter a área com facilidade para realização dos seus negócios.

Percebemos ainda que a mineradora brasileira está causando tensos problemas ambientais e violações dos direitos humanos, colocando a vida das populações em risco, mas que acima disso, joga a sua influência no meio político para sua proteção. Com o seu alto volume de investimento estabeleceu a relação controlável com o governo moçambicano, que sirva de protetor em razão dos benefícios pessoais de elites do poder. A forma imperialista da Vale pela região com forte influência no poder governamental, coloca boa parte da população em situação de silêncio, com medo de denunciar a companhia das causas graves cometidas no país.

Dessa forma, se vê que os interesses econômicos das empresas brasileiras não conseguiram se encaixar com discurso político proferidas por Lula em relação com o continente africano. O que ele reafirmou numa entrevista realizada por Rossi em 18 de dezembro de 2013, que tinha “feito apelos e mais apelos para os empresários brasileiros que investem nos países africanos, que tenham um comportamento diferenciado, para o Brasil não ser tratado como um país imperialista” (ROSSI, 2015, p.49)

Com esse efeito, a visão da política externa brasileira era para que as empresas sejam “como agente que pudesse ajudar a construir uma nova parceria, em que os empresários brasileiros construíssem parceria com os empresários africanos, para que o país pudesse construir empresas africanas” (ROSSI, 2015, p. 328). Nessa perspectiva, o Brasil procurou manter uma relação com o continente africano de forma a ampliar o seu poder de atuação externa e ter maior visibilidade internacional, na qual levou o governo brasileiro a ter em parte uma participação nas crises causadas pelas empresas nos países africanos. Mas, os casos das empresas brasileiras, a Odebrecht e a Vale apresentados acima (que tiveram o apoio do governo brasileiro para realização desses projetos), têm causado efeitos negativos tanto para angolanos e moçambicanos quanto para imagem internacional do Brasil. Além disso, como afirmamos acima, as investigações em curso realizadas pela Justiça brasileira poderão adicionar outros elementos que maculem ainda mais a intenção de projeção externa do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que, em linhas gerais, a política externa brasileira enquadra-se em dois aspectos importantes, quais sejam, a busca pela autonomia e desenvolvimento econômico. Aspectos, estes, que alavancaram a sua projeção internacional. A estratégia *globalista* das relações possibilitou a diversificação da PEB, na segunda metade do século XX, quando a Cooperação Sul-Sul ganhou relevância na busca de parcerias estratégicas com países similares em todos os continentes, especialmente em Angola e Moçambique - países africanos mais receptivos à cooperação e à recepção de empresas brasileiras na África.

Analizamos, ao longo deste trabalho, a evolução da política externa brasileira, no que diz respeito à cooperação internacional do Brasil para a África, no período de 2003 a 2010, bem como a atuação de algumas empresas brasileiras em Angola e Moçambique. Foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais (governamentais e privadas) e jornalísticas. Devido à complexidade e natureza das informações e o tempo disponível para a conclusão desta pesquisa, não foi possível ir muito além da consulta de fontes de jornalismo investigativo para relatar os aspectos negativos da atuação das empresas em solo africano. Com isso, afirmamos que o tema merece outras investigações mais aprofundadas e amplas, sobretudo porque está em curso, no Brasil, uma investigação federal que envolve os principais agentes presentes neste trabalho: governos brasileiro e africano e empresas de grande porte tais como a Odebrecht e a Vale, além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

No desenvolver deste trabalho, observamos que durante os oito (8) anos do governo Lula (2003- 2010) a relação do Brasil com o continente africano sofreu grandes mudanças, principalmente visível em Angola e em Moçambique, onde houve avanços significativos na cooperação entre os dois lados do Atlântico Sul. Ato que consideramos de relevância para política externa brasileira é o destaque que esses países receberam, como uma das prioridades das relações internacionais do país, o que realmente serviu para o Brasil ampliar sua projeção internacional.

Entendemos que a política externa do período estudado enfatizou a cooperação Sul- Sul com a África, em especial com Angola e com Moçambique. Nesse âmbito, vários projetos foram desenvolvidos com tais países, o que demonstra uma

participação ativa do Brasil no apoio ao desenvolvimento do continente, que vivia décadas de instabilidade política e econômica, as quais vem sendo superadas ao longo dos anos 90 e início do século XXI, possibilitando que o governo Lula da Silva identificasse uma nova oportunidade para a inserção e diversificação dos parceiros estratégicos das relações internacionais do Brasil.

Desse modo, percebemos que a relação do governo Lula com o continente africano, isto é, com os dois países africanos, fora motivada por uma vontade política que aflorava nos dois lados do Atlântico. Ademais, nos discursos de Lula proferidos desde o começo do seu mandato, o presidente já sustentava a ideia de estreitar fortes laços com a África, principalmente com Angola e Moçambique, os quais participam da sigla PALOP, sendo ambos de inegável importância na estratégia externa de seus respectivos governos, para aproximar o Brasil da região. E igualmente percebemos que as razões morais que indica manter a solidariedade ao continente, tendo em conta a participação ativa do povo africano na construção do Brasil, têm influenciado essas relações e também os projetos de cooperação técnica realizados no âmbito das relações Sul-Sul com os dois países africanos.

Evidentemente ficou explícito, durante esse período, que a questão histórica da escravidão esteve no centro da atuação política externa de Luiz Inácio Lula da Silva. Mas, a par disso, também questões de ordem econômica movimentaram o presidente, posto que encontrou - em Angola e Moçambique - grandes oportunidades. Todavia, e em todos os momentos, Lula da Silva fez questão de enfatizar a “dívida histórica”, contraída a partir da escravidão, bem como uma supostamente sincera solidariedade com os povos africanos.

As razões estratégicas fizeram desfilar os interesses da PE do governo Lula na África. Nessa base, percebemos que o continente, em sua fase de estabilidade política e de crescimento econômico, atraía a grande procura das potências internacionais, como a China e os países da Europa. E também foi o que alertou o Brasil, fazendo-o voltar o olhar para a África, adotando uma política de presença mais ostensiva.

Os incentivos à internacionalização das empresas brasileiras para a África foram implementados com sucesso, motivando as grandes construtoras e mineradoras nacionais a identificar novas oportunidades de negócios no mercado africano. O governo Lula, em conjunto com as empresas brasileiras, teve fundamental importância para projeção da imagem internacional do Brasil no continente africano.

De tal sorte que a cooperação e os negócios se fizeram fortemente presentes na região, posto que a mesma apresenta um mercado propício para a inserção de produtos e serviços empresariais, sobretudo Angola e Moçambique, onde há maior predominância das empresas brasileiras. Se é fato que Angola representa o principal destino dos investimentos das empresas brasileiras no continente africano, por outro lado também é inegável que Moçambique lidera com maiores números de projetos de cooperação brasileira na África. Conseqüentemente, ambos - Angola e Moçambique - foram os principais alvos da política externa de cooperação do governo Lula da Silva.

Concluindo, há que admitir que a projeção do Brasil para a África - no plano discursivo - foi coroada de boas intenções. E, até mesmo, acompanhada de excelentes programas de cooperação, desenvolvidos em Angola e Moçambique. Todavia, a atuação das empresas brasileiras nos dois países citados, mesmo que apresentem algum impacto econômico positivo, nem sempre corresponderam às expectativas criadas inicialmente, sobretudo aquelas que dizem respeito à imagem do Brasil no continente africano. E isso como consequência direta de crises profundas na empresa Odebrecht - em Angola, e também na Vale - em Moçambique, o que repercutiu negativamente no continente africano, frustrando a esperança de um povo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC. Cooperação Sul- Sul. **Agência Brasileira de Cooperação**. Disponível em:<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>>. Acesso em: 01 nov. 2016b.

\_\_\_\_\_. Introdução. **Agência Brasileira de Cooperação**. Disponível em:<<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>>. Acesso em: 01 nov. 2016a.

\_\_\_\_\_. SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Agência Brasileira de Cooperação**. Disponível em:<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Senai>>. Acesso em: 01 nov. 2016c.

AGÊNCIA BRASIL. Celso Amorim participa de Fórum Brasil-África. **Agência Brasil**, Fortaleza, 21 mai. 2003. Disponível em:<<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-05-21/celso-amorim-participa-de-forum-brasil-africa-em-fortaleza>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

ALMEIDA, Célia et al. A concepção brasileira de “cooperação Sul-Sul estruturante em saúde”. **Revista Eletrônica de Comunicado, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, vol.4, n.1, p.25-35, mar. 2010. Disponível em:<<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/sites/default/files/pdf/a-concepcao-brasileira-de-cooperacao-sul-sul-estruturante-em-saude.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

AMORIM, Celso. **Discursos, palestras e artigos de Chanceler Celso Amorim: 2003-2010**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicação e Documentação: Coordenação- Geral de Documentação Diplomática, 2011.

\_\_\_\_\_. **Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2003a. Disponível em:<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7547-discurso-proferido-pelo-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-da-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. O Brasil e o "renascimento africano". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 mai. 2003b. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2505200308.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

AVELHAN, Livia Liria. A Presença Brasileira na África: um Estudo sobre o Programa Embrapa Moçambique. I **Seminário Internacional de Ciência Política**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 23, set. 2015. Disponível em:<<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/AVELHAN-2015-A-Presen%C3%A7a-Brasileira-na-%C3%81frica.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2017.

BANCO MUNDIAL & IPEA. **Ponte sobre o Atlântico Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento**. 2011. Disponível em:<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113\\_livropontesobreoatlanticopor2.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113_livropontesobreoatlanticopor2.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRANDÃO, Norma Cristina Cardoso. **Análise de redes internas de cooperação internacional na FIOCRUZ como ferramenta de gestão do conhecimento: a cooperação da FIOCRUZ com a França e com a África (PALOP)**. 2010. 90 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) -Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:<<http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2319>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BRASIL-MRE. Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para implementação do projeto “Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola”. **Ministério das Relações Exteriores**, Luanda, 2007b. Disponível em:<[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b\\_128/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_128/)>. Acesso em: 02 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Ajuste complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para implementação do projeto “Fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde de Moçambique”. **Ministério das Relações Exteriores**, Maputo, 2007a. Disponível em:<[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b\\_64/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_64/)>. Acesso em: 02 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Ajuste complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para implementação do projeto “Estudo de viabilidade técnica econômico para instalação de fábrica de medicamentos em Moçambique para produção de medicamentos antirretrovirais e outros”. **Ministério das Relações Exteriores**, Maputo, 2005. Disponível em:<[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_115/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_115/)>. Acesso em: 02 mai. 2017.

CABRAL, Lídia; WEINSTOCK, Julia. **Brazilian technical cooperation for development: drivers, mechanics and future prospects**. Overseas Development Institute, London, set. 2010. Disponível em:<<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/6137.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

CAMARGO CORRÊA. **Relatório Anual 2007**. São Paulo: Camargo Corrêa, 2007.

CAMPOS, Carmen Lucia. Brasil e África: Semelhanças culturais aproximam povos diferentes. **Uol Educação**, 18 jun. 2010. Disponível em:<<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/cultura-brasileira/brasil-e-africa-semelhancas-culturais-aproximam-povos-diferentes.htm>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CAMPOS, Diego Araújo. África na Política Externa Brasileira. **IBRI**, 2008. Disponível em:<<http://www.ibri-rbpi.org/?p=12172>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

CAPAI, Eliza; VIANA, Natalia. Como a empreiteira brasileira tornou-se sustentáculo do regime autoritário de José Eduardo dos Santos. **Pública**, 2016. Disponível em:<<http://apublica.org/2016/02/em-angola-a-odebrecht-no-espelho/>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

CASTRO, Marina Scotelaro de. A política externa brasileira para África: a inflexão do governo Lula. **Conjuntura Internacional**, PUC Minas, 2011. Disponível em:<[http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20110629143730.pdf?PHPSESSID=130c805638a80cb3f30bf039ac71497c](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20110629143730.pdf?PHPSESSID=130c805638a80cb3f30bf039ac71497c)>. Acesso em: 19 mar. 2016.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: Formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política externa do Brasil**. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

COUTINHO, Isadora Caminha; STEFFENS, Isadora da Silveira; VIEIRA, Taís Cristóvão Martins. A atuação da Petrobras na África durante o governo Lula. **Revista Perspectiva**, Reflexões sobre a temática internacional, Porto Alegre, vol.7, n.13, 2014. Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/64856/37437>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CRUZ, Sebastião C. Velasco; SENNES, Ricardo. O Brasil no mundo: conjecturas e cenários. **Dossiê Brasil**, São Paulo, vol.20, no. 56, jan./apr. 2006. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100004)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

DANIEL, Isaura. A Odebrecht vai construir aeroporto na Líbia. **Agência de Notícias Brasil-Árabe**, 10 out. 2007. Disponível em:<<http://anba.com.br/noticia/7429910/servicos/odebrecht-vai-construir-aeroporto-na-libia/?indice=1230>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

EMBRAPA. Avançam ações de projeto conjunto entre Brasil, Japão e Moçambique. **Notícias Embrapa**, 2012. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/web/portal/busca-de-noticias/-/noticia/1461641/avancam-aco-es-de-projeto-conjunto-entre-brasil-japao-e-mocambique>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Palestra sobre inovação em Angola. **Embrapa**, 26 mai. 2009. Disponível em:<<https://www.embrapa.br/web/portal/busca-de-noticias/-/noticia/18047522/palestra-sobre-inovacao-em-angola>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Projeto tripartite de cooperação em Moçambique recebe avaliação positiva de instituições parceiras. **Notícias Embrapa**, 2015. Disponível em:<<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/8247283/projeto-tripartite-de-cooperacao-em-mocambique-recebe-avaliacao-positiva-de-instituicoes-parceiras>>. Acesso em 20 nov. 2016.

ESCOSTEGUY, Diego et al. Os lobistas e os negócios da Petrobras na África. **ÉPOCA**, 25 abr. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/04/os-lobistas-e-os-negocios-da-bpetrobras-na-africab.html>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FACHIN, Patrícia. Moçambique: "O menino bonito" da Vale. **Revista Instituto Humanitas Unisinos**, 06 out. 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500479-mocambique-o-menino-bonito-da-vale-entrevista-especial-com-jeremias-vunjanhe>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FEDATTO, Maíra da Silva. A Cooperação Internacional na efetivação da Saúde Global: a ações da Fiocruz na África durante o governo Lula. **Instituto de Relações Internacionais da USP**, 2015. Disponível em: <<http://www.iri.usp.br/documentos/seminariopos/FEDATTOCoopera%C3%A7%C3%A3oInternacionalSa%C3%BAdeGlobal%C3%81fricaLula.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FELLET, João. Odebrecht pagará R\$ 30 milhões para encerrar maior ação por trabalho escravo da história brasileira. **BBC Brasil**, 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39288152>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FERREIRA, Márcio Carvalho C. A influência africana no processo de formação da cultura afro-brasileira. **Geledés**, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/influencia-africana-processo-de-formacao-de-cultura-afro-brasileira/#gs.0cRybp4>>. Acesso em: 10 set. 2016.

FERREIRA, Wallace. A África na política externa brasileira: análise de distanciamento e aproximação entre as décadas de 1950 e 1980. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais**, Santa Catarina, vol.2, n.4, 2013. Disponível em: <<http://rari.ufsc.br/files/2013/10/RARI-N%C2%B04-Vol.-II-Artigo-5.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Política externa brasileira para a África nos governos FHC, Lula e Dilma. **Mundorama** - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais- ISSN 2175-2052, mar. 2016. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=18982>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

FILHO, Pio Penna. Comércio entre Brasil e África cresce 416% em 10 anos. **Revista Terra**- Agência de Conteúdo, 06 jun. 2013. Disponível em: <<http://economia.terra.com.br/operacoes-cambiais/operacoes-empresariais/comercio-entre-brasil-e-africa-cresce-416-em-10-anos,40d58a549341f310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

GABALDO, Bruno. Grupo Asperbras cresce com solidez e segurança. **Difundir**, ECCO- Escritório de Consultoria & Comunicação, 17 nov. 2014. Disponível em: <[http://www.difundir.com.br/site/c\\_mostra\\_release.php?emp=4425&num\\_release=142462](http://www.difundir.com.br/site/c_mostra_release.php?emp=4425&num_release=142462)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GALA, Irene Vida. **A política externa do governo Lula para a África**. 2007. 258 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto Rio Branco, Brasília, 2007. Disponível em: <[https://estudoseticosraciaisufabc.files.wordpress.com/2016/02/irene\\_vida\\_gala\\_tese.pdf](https://estudoseticosraciaisufabc.files.wordpress.com/2016/02/irene_vida_gala_tese.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2017.

HEINSFELD, Adelar. **Pensamento geopolítico**: da geopolítica clássica e às novas geopolíticas. Passo Fundo: Ed. Clio Livros, 2008.

HERMES, Felipe. 20 obras que o BNDES financiou em outros países. **Mises Brasil**, 10 out. 2014. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1985>> Acesso em: 15 dez. 2016.

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; PINHEIRO, Letícia. A Política Externa Brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Análise de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n.12, ISSN 1809-8924, dez. 2010. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/a-politica-externa-brasileira-em-tempos-de-novos-horizontes-e-desafios.html>>. Acesso em: 30 jan.2017.

JESUS, Alysso Luiz Freitas de. Da África ao Brasil: trânsito de ideias, miscigenação e identidade cultural. **Revista Unimontes Científica**, Montes Craros, capa v.8, n.2 – jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/220/212>>. Acesso em: set. 2016.

JÚNIOR, Gelson Fonseca & CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de. **Temas de política externa brasileira II**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1997.

KABEMBA, Claude; NHANCALE, Camilo. Coal versus communities: exposing poor practices by Vale and Rio Tinto in Mozambique. Open Policy nº 02, **Southern Africa Resource Watch (SARW)**, 2012. Disponível em: <<http://www.sarwatch.org/resource-insights/mozambique/coal-versus-communities-mozambique-exposing-poor-practices-vale-and-rio>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

LAFER, Celso. **A Identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. **Revista Nueva Sociedad**, São Paulo, ISSN: 0251-3552, out. 2008. Disponível em: <[http://nuso.org/media/articles/downloads/p9-4\\_1.pdf](http://nuso.org/media/articles/downloads/p9-4_1.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2016.

LEITE, José Luiz Bellini; SILVA, Henoque Ribeiro da. **Programa Embrapa-Moçambique**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/Event/Evento/419>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva**. 2011. 228 f. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/842-Brasil\\_e\\_a\\_Cooperacao\\_Sul-Sul\\_em\\_tres\\_momentos\\_de\\_Politica\\_Externa\\_O.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/842-Brasil_e_a_Cooperacao_Sul-Sul_em_tres_momentos_de_Politica_Externa_O.pdf)>. Acessado em: 30 Jan 2017.

LOMBARDO, Adriana Milhomem Seixas. **Embrapa e a cooperação técnica internacional para o desenvolvimento na África Subsaariana: o caso do Projeto ProSavana**. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em:<[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18883/1/2015\\_AdrianaMilhomemSeixasLombardo.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18883/1/2015_AdrianaMilhomemSeixasLombardo.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido em sua homenagem pelo Presidente Thabo Mbeki**. Pretória – África do Sul, 07/11/2003b. Disponível em:<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/07-11-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-jantar-oferecido-em-sua-homenagem-pelo-presidente-thabo-mbeki/view>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo senhor Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano**. Maputo, Palácio da Ponte Vermelha, 05/11/2003d. Disponível em:<<http://www.mundorama.net/2003/11/05/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-jantar-oferecido-pelo-senhor-presidente-de-mocambique-joaquim-chissano-maputo-palacio-da-ponte-vermelha-05112003/>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Assembleia Nacional de Angola**. Luanda, 03/11/2003e. Disponível em:<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-dasilva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/03-11-2003-discurso-do-presidente-darepublica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-assembleia-nacional-de-angola/view>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lula defende investimento brasileiro na África durante seminário em Brasília**. Instituto Lula, 2013. Disponível em:<<http://www.institutolula.org/lula-encerra-seminario-sobre-relacoes-brasil-africa/>>. Acesso em: 01 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no início da Conferência Conjunta de Imprensa em Pretória, África do Sul**. Pretória, África do Sul, 07/11/2003c. Disponível em:<<http://www.mundorama.net/2003/11/07/palavras-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-inicio-da-conferencia-conjunta-de-imprensa-em-pretoria-africa-do-sul-pretoria-africa-do-sul-07112003/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Brasília – DF: Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação- Discurso do Presidente da República, 01 de janeiro de 2003a. Disponível em:<<http://www.jornalgrandebahia.com.br/wp-content/uploads/2010/07/Luiz-In%C3%A1cio-Lula-da-Silva-Discurso-de-posse-1%C2%BA-mandato-em-2003.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

MANSANI, Tainã. A Odebrecht em Angola: corrupção e violação de direitos humanos, denuncia Rafael Marques. **Deutsche Welle**, 2016. Disponível em:<<http://www.dw.com/pt-002/a-odebrecht-em-angola-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-viola%C3%A7%C3%A3o-de-direitos-humanos-denuncia-rafael-marques/a-36041611>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MATONDO, Moiani. A Odebrecht e a ocupação selvagem de terras em Angola. **Maka Angola**, 2016. Disponível em:<<https://www.makaangola.org/2016/12/a-odebrecht-e-a-ocupacao-selvagem-de-terras-em-angola/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de. **Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão Mineral em Moatize, Moçambique**. 2006. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Porto Alegre, 2016. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/144102/000998695.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Exploração mineira em Moatize, no centro de Moçambique: que futuro para as comunidades locais. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Uberlândia-MG, ISSN 1983-487X, 15 a 19 out. 2012. Disponível em:<[http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1064\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1064_1.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2017.

MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1977.

MEIER, Gerald M; BALDWIN, Robert E. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MELO, Vico Dênis de. Política Externa para África e Internacionalização de Empresas no Governo Lula: uma estratégia de inserção. **Mundorama- Revista de divulgação científica em Relações Internacionais- ISSN 2175-2052**, abr. 2010. Disponível em:<<https://www.mundorama.net/?article=politica-externa-para-africa-e-internacionalizacao-de-empresas-no-governo-lula-uma-estrategia-de-insercao-por-vico-denis-de-melo>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MENDONÇA JÚNIOR, Wilson & FARIA, Aurélio Pimenta de. A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) e Lula da Silva (2003–2010). **Revista Brasileira de política Internacional**, Belo Horizonte, n. 58 (1), p. 5-22, 2015. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v58n1/0034-7329-rbpi-58-01-00005.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MILHORANCE, Carolina. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 56 (2), p.5-22, 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n2/v56n2a01.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Embrapa faz parceria para ajudar Angola. **Canal Rural**, 2008. Disponível em:<<http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/embrapa-faz-parceria-para-ajudar-angola-50094>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **A política externa brasileira para a África no início do novo século: interesses e motivações**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011. Disponível em:<[https://www.researchgate.net/publication/216813566\\_A\\_politica\\_externa\\_brasileira\\_para\\_Africa\\_no\\_inicio\\_do\\_novo\\_seculo\\_interesses\\_e\\_motivacoes](https://www.researchgate.net/publication/216813566_A_politica_externa_brasileira_para_Africa_no_inicio_do_novo_seculo_interesses_e_motivacoes)>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MRE. **Colóquio sobre as Brasil-África**. Departamento da África e Oriente Próximo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Instituto Rio Branco, 2002. Disponível em:<[http://funag.gov.br/loja/download/174-Coloquio\\_sobre\\_as\\_Relacoes\\_Brasil\\_-\\_africa.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/174-Coloquio_sobre_as_Relacoes_Brasil_-_africa.pdf)>. Acesso em: 05 mai. 2016.

MUCAUHUB. Aeroporto Internacional do Mukanka, Angola, entrou em funcionamento. **Mucauhub**, 08 jan. 2010. Disponível em:<<http://www.macauhub.com.mo/pt/2010/01/08/8374/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MUÑOZ, Enara Echart. A cooperação Sul-Sul do Brasil com a África. **Caderno CRH**, Salvador, vol.29, n.76, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000100001>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

MUTZENBERG, Remo. Protestos sociais em Moçambique. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 137-153, jan.-abr. 2014. Disponível em:<<http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=413828ff-4066-41aa-a797-34f3435337e2%40sessionmgr4008&vid=1&hid=4107>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

NASCIMENTO, Amanda Frechiani. A formação da identidade coletiva entre o Brasil e a África na política externa brasileira. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 27 - 48, 2º sem. 2010. Disponível em:<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/6380/5834>>. Acesso em: 10 set. 2016.

NBO. As 20 obras mais caras da Odebrecht no exterior financiadas pelo BNDES. **Notícias Brasil Online**, 01 nov. 2016. Disponível em:<<http://www.noticiasbrasilonline.com.br/veja-as-20-obras-mais-caras-da-odebrecht-no-externo-financiadas-pelo-bndes/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

OGLOBO. Crise desmancha castelo de sonhos de Dubai. **O Globo**, 23 mar. 2009. Disponível em:<<http://oglobo.globo.com/economia/crise-desmancha-castelo-de-sonhos-de-dubai-3146609>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ODEBRECHT, **Relatório Anual 2007**. Salvador Bahia, Odebrecht, 2007.

\_\_\_\_\_. Nossos Negócios. **Odebrecht**. Disponível em:<<http://www.odebrecht.com/pt-br/negocios/nossos-negocios/odebrecht-engenharia-construcao-internacional-infraestrutura>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

OLIVEIRA, Astrid Prange de. Expansão do Brasil gera debate sobre postura imperialista. **Deutsche Welle**, 15 jan. 2013. Disponível em:<<http://www.dw.com/pt-br/expans%C3%A3o-do-brasil-gera-debate-sobre-postura-imperialista/a-16521287>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. Política africana do Brasil: Mudança entre Lula e Dilma?. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.6, n.29, p.33-47, ISSN: 2178-8839, abr./mai. 2015. Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/viewFile/51761/33854>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PACS- Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. **Relatório de Insustentabilidade da Vale 2015**. Disponível em:<[http://www.pacs.org.br/files/2015/04/Relatirio\\_pdf.pdf](http://www.pacs.org.br/files/2015/04/Relatirio_pdf.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PETROBRAS. **Relatório Anual 2010**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual 2011**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2011.

PINHEIRO, Letícia. 2004, **Política externa brasileira**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa contemporânea. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol.22, n.2, p. 305-335, dez. 2000. Disponível em:<[http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Pinheiro\\_vol22n2.pdf](http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Pinheiro_vol22n2.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2017.

PINHO, Carlos. Cooperação sul-sul para o desenvolvimento? O Capitalismo brasileiro na África Subsaariana, suas contradições e o “fator” China (2003-2012). III **Forum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política**, Brasília, 2014. Disponível em:<<http://docplayer.com.br/7245958-Cooperacao-sul-sul-para-o-desenvolvimento-o-capitalismo-brasileiro-na-africa-subsaariana-suas-contradicoes-e-o-fator-china-2003-2012.html>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

POLÍCIA FEDERAL. Operação Lava Jato. **Polícia Federal**, 2014. Disponível em:<<http://www.pf.gov.br/imagens/banner-rotativo/imprensa/imprensa/lava-jato>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

QUEIROZ GALVÃO. **Relatório Anual 2010**. Rio de Janeiro: Queiroz Galvão, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual 2013**. Rio de Janeiro, Queiroz Galvão, 2013.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Uma análise da política externa do governo Lula da Silva. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 60-80, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/16561/10583>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

RENZO, Paolo de et al. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Como Responder aos Desafios Correntes**. BRICS Policy Center Centro de estudos e Pesquisas- BRICS, Núcleo de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, 2013. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5992/doc/1619030609.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. As relações Brasil-África entre os governos Collor e Itamar Franco. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 1, p. 289-329, 2009. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/19693.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Crise e castigo: as relações Brasil-África no governo Sarney. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.51, n.2, p. 39-59, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a04.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Relações Político-Comercial Brasil-África (1985-2006)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo -USP. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-31102007-145644/pt-br.php>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROSSI, Amanda. **Moçambique, o Brasil é aqui**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

\_\_\_\_\_. Os dez anos da primeira viagem presidencial de Lula à África. **Estadão**, 29 out. 2013b. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/os-dez-anos-da-primeira-viagem-presidencial-de-lula-a-africa>>. Acesso em: em: 01 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Vale se torna a maior investidora e é alvo de críticas. **Estadão**, 31 out. 2013a. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,vale-se-torna-a-maior-investidora-do-brasil-na-africa-e-e-alvo-de-criticas,1091746>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SANTOS, Luiz Cláudio Machado dos. **A política externa brasileira para a África negra: da “interdependência” ao “pragmatismo responsável” (1964-1979)**. Brasília, vol. 1, n. 1, 2003. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/face/article/viewFile/597/393>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SANTOS, Roberta de Freitas & CERQUEIRA, Mateus Rodrigues. **Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África**. Rio de Janeiro, vol.22, n.1, p. 23-47, jan./mar. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v22n1/pt\\_0104-5970-hcsm-22-01-00023.pdf](http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v22n1/pt_0104-5970-hcsm-22-01-00023.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2016.

SARAIVA, José Flavio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

\_\_\_\_\_. Política exterior do Governo Lula: o desafio africano. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol.45 no.2, dez. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292002000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200001)>. Acesso em: 31 mar. 2016.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.50, n. 2, p. 42-59, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a04v50n2.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

SCHOSSLER, Alexandre. Brasil amplia presença nos países africanos de língua portuguesa. **DW**, 22 mar. 2010. Disponível em:<<http://www.dw.com/pt-br/brasil-amplia-presen%C3%A7a-nos-pa%C3%ADses-africanos-de-l%C3%ADngua-portuguesa/a-5281874>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SCHÜTZER, Herbert. A política externa brasileira para a África Subsaariana. **Intellecter**, Rio de Janeiro, vol. VII, n.14, jun. 2011. Disponível em:<[http://www.revistaintellecter.cenegri.org.br/ed2011-14/herbert\\_schutzer-2011-14.pdf](http://www.revistaintellecter.cenegri.org.br/ed2011-14/herbert_schutzer-2011-14.pdf)>. Acesso em: 01 set. 2016.

SELEMANE, Tomás. Questões à volta da mineração em Moçambique- relatório de monitoria das atividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussudenga. Maputo: **Centro de Integridade Pública (CIP)**, 2010. Disponível em:<[http://www.cip.org.mz/cipdoc/50\\_Questoes%20a%20volta%20da%20mineracao%20em%20Mo%C3%A7ambique\\_TS\\_CIP\\_2010.pdf](http://www.cip.org.mz/cipdoc/50_Questoes%20a%20volta%20da%20mineracao%20em%20Mo%C3%A7ambique_TS_CIP_2010.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2017.

SENAI. **Relatório Anual 2009**. Brasília, 2010.

SENS, Diogo Filipe. **A Política Externa Brasileira para a África durante o governo Lula (2003- 2010): a cooperação internacional em prol da segurança alimentar**. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasil- UnB, Brasília, 2014. Disponível em:<[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16715/1/2014\\_DiogoFilipeSens.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16715/1/2014_DiogoFilipeSens.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SILVA, André Luiz Reis da. & ANDRIOTTI, Luiza Salazar. A cooperação Sul-Sul na política externa do governo Lula (2003-2010). **Conjuntura Austral**, vol. 3, nº. 14, ISSN: 2178-8839, nov. 2012. Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/32986/22424>>. Acesso em: 30 maio 2015.

SILVEIRA, Virgínia. Construtoras brasileiras focam a África. **Valor Econômico**, 21 nov. 2011. Disponível em:<<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/construtoras-brasileiras-focam-a-africa>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.48, n. 1, p. 24-59. 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

SOUSA, Maria Eduarda de Andrade e. A exploração mineira e o reassentamento forçado em Moçambique: uma reflexão sobre a situação do deslocados do desenvolvimento. **REMHU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XXIV, n. 47, p. 204-209, mai./ago. 2016. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v24n47/1980-8585-REMHU-24-47-204.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

SOUZA, Patrícia Melo e. Rumo à África. **Revista FURNAS** - Ano XXXIV - Nº 357, out. 2008. Disponível em:<[http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/RF357\\_rumo.pdf](http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/RF357_rumo.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

UNDP. United Nations Development Programme. Forging a Global South South: United Nations Day for South-South Cooperation. New York: UNDP, 19 dez. 2004. Disponível em:<<http://www.undp.org/content/dam/china/docs/Publications/UNDP-CH-PR-Publications-UNDay-for-South-South-Cooperation.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

VALE. A Vale em Moçambique. **Vale**. Disponível em:<<http://mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Mo%C3%A7ambique>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

VALOR ECONÔMICO. Os problemas da Vale na Guiné. **Justiça nos Trilhos**, 19 set. 2012. Disponível em:<<http://justicanostrilhos.org/2012/09/18/os-problemas-da-vale-na-guine/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

VARGEM, Alex André. A Política Externa Brasileira para a África no Governo Lula. **Ponto & Virgula**, n. 4, nov. 2008. Disponível em:<<http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14151/10399>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

VEIGA, Pedro da Motta. **A África na agenda econômica do Brasil: comércio, investimentos e cooperação**. Centro de estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES), dez. 2011. Disponível em:<<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/09946.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

VERDAN, Mateus Fernandes. **A geopolítica do governo Lula para a África lusófona e sua relação com a expansão de empresas brasileiras em Angola e Moçambique**. 2013. 60 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, Campus campos-Centro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:<<http://bd.centro.iff.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/764/Documento.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 set. 2016.

VIEIRA, Luís Henrique. Embrapa África. **Revista A Granja**, 2009. Disponível em:<<http://www.edcentaurus.com.br/materias/granja.php?id=2541>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

VIEITAS, Deborah & ABOIM, Isabel. **África: oportunidades para empresas brasileiras**. Dados de Relatório do BNDES. 2012. Fonte: Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty. Disponível em:<[http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/116\\_DV\\_IA.pdf](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/116_DV_IA.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. **A atuação das empresas brasileiras na África no governo Lula**. 2011. 57 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2011. Disponível em:<[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2402/1/2011\\_JuliaCovreVilasBoas.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2402/1/2011_JuliaCovreVilasBoas.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **A PRESENÇA DE EMPRESAS BRASILEIRAS NA ÁFRICA: incentivos, atrativos e motivações**. 2014. 162 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília- UnB, Brasília, 2014. Disponível em:<[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16244/1/2014\\_JuliaCovreVilasBoas.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16244/1/2014_JuliaCovreVilasBoas.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. & PEREIRA, Analúcia. **A política africana do governo Lula**. Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) / UFRGS. Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em:<<https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

WAISBICH, Laura Trajber; POMEROY, Melissa. **Angola e Brasil: operacionalizando o conceito de cooperação sul-sul?**. Observatório Brasil e o Sul, 2016. Acesso em: 05 mai. 2017.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria Acadêmica  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [proacad@pucrs.br](mailto:proacad@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br/proacad](http://www.pucrs.br/proacad)